



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA



Maria Solange Sá Leite

**A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural:
Produção de um guia didático-histórico**

Cáceres/MT

2018



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA



Maria Solange Sá Leite

**A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural:
Produção de um guia didático-histórico**

Dissertação encaminhada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, para a Banca Avaliadora, para apreciação e aprovação, como pré-requisito para à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira

Cáceres/MT

2018



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA



MARIA SOLANGE SÁ LEITE

A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural:

Produção de um guia didático-histórico

Dissertação encaminhada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, para a Banca Avaliadora, para apreciação e aprovação, como pré-requisito para à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Orientador

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Aparecida Martins Zarbato

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/Membro Externo

Prof.^a Dra. Maria do Socorro de Souza Araújo

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Membro Interno

Prof.^a Dra. Marli Auxiliadora de Almeida

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Membro Suplente

Cáceres/MT, 22 de Agosto de 2018

Ficha Catalográfica.

A minha família que me apoiou e incentivou a prosseguir nos meus estudos, mas acima de tudo dedico essa Dissertação ao meu pai Francisco Hildegardo Leite (*in memória*) foi por sua causa que consegui passar na seleção e seguir com o Mestrado, os dias de luta que passei, na esperança dos dias de glória.

Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu Império; é possível encontrá-la, mas da maneira que eu disse.

(Calvino. 1990. p. 149)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus e a minha mãe Maria do Socorro Sá Leite por tudo o que sou, e ainda pelo o que pretendo alcançar em nível de estudo, pois foi ela que com muito sacrifício primou por oferecer a mim e a minha irmã uma educação de qualidade, colocando sempre os nossos estudos em primeiro lugar nas nossas vidas, enfatizando sempre que a educação é à base de tudo e por meio dela podemos conseguir galgar espaço social.

Ao meu pai Francisco Hildegardo Leite, que quando tive a intenção de fazer a seleção sofreu um Acidente Vascular Cerebral – AVC, no momento tinha certeza que não iria conseguir nem passar, estudando para seleção e durante o primeiro semestre do curso nos corredores de hospitais, durante a madrugada e por vezes sem entender mesmo o que estava lendo, mas que aquela situação me deu força para prosseguir com o meu objetivo, estimulando, por noites inteiras ao meu lado acompanhando minhas leituras, infelizmente ele não conseguiu sobreviver para estar comigo nesse momento de finalização do curso, mas todas as vezes que pensei que não ia conseguir foi nele e por ele que busquei continuar lutando.

Ao meu amado filho, que mesmo buscando atenção em muitos momentos, soube entender a minha ausência em busca de conhecimento, almejando oferecer um futuro melhor para ele sempre, como a cada ausência justifiquei que ele era um dos motivos que me incentivava a prosseguir, e ao meu companheiro de lutas diárias Sebastião dos Santos, que além de me incentivar a buscar conhecimento, me ajudou nas questões práticas da pesquisa e esteve sempre ao meu lado, compreendendo as horas e momentos de ausência.

A minha irmã Alana Michelle, meus sobrinhos Vinícius e Gabriel, minha enteada Stephanny, meu “neto” João e meu “genro” José Cabral pelos incentivos e por compreender minhas fugas, extensivo aos demais membros da família, que não caberia aqui citar tantos nomes.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, na qual a lista seria enorme, pela compreensão e incentivo a continuar com meus estudos. Incluo aqui não apenas os de labuta diária, como também os colegas do Mestrado Profissional em Ensino de História, que em nome dos meus queridos amigos Mauricélia e Otávio, cumprimento os demais, pois os dois sempre e em todos os momentos em que precisei estiveram ao meu lado, muito antes da própria seleção, durante todo o curso até o presente momento.

Aos meus professores que me oportunizaram experiências únicas e a realização de um sonho que foi o Mestrado Profissional em Ensino de História, nesse momento enfatizando a proximidade de alguns deles como Osvaldo Cerezer, que em seu nome estendo os agradecimentos aos demais que atuaram nas disciplinas do curso.

Aos professores da minha Banca durante a apresentação do Projeto, Exame de Qualificação e Defesa final, como Maria do Socorro de Souza Araújo, Marli Auxiliadora de Almeida e Jaqueline Aparecida Martins Zarbato, pelos apontamentos e sugestões para a conclusão dessa dissertação.

Ao meu orientador Carlos Edinei de Oliveira, por tudo, especialmente pela compreensão das minhas dificuldades em atendê-lo quando necessário, resta dizer que você é uma inspiração pra mim, te admirei desde o momento que o conheci, a princípio pelo conhecimento e sua maneira de ministrar as aulas e posteriormente pelo seu comprometimento e profissionalismo diante dos compromissos firmados.

RESUMO

O presente estudo tem como foco a cidade de Cáceres/MT, a partir da discussão do seu Patrimônio Cultural, com o objetivo de elaborar um guia didático-histórico, para ser utilizado como suporte em sala de aula, ou mesmo em uma aula a campo no Centro Histórico de Cáceres, tombado como conjunto arquitetônico no ano de 2012, pelo IPHAN, servindo de orientativo para alunos e professores, sendo esta uma forma de promover a Educação Patrimonial em sala de aula, na tentativa de sensibilizar para a valorização do Patrimônio Cultural através da história local. O objetivo do presente trabalho é promover a educação patrimonial em sala de aula, temática abordada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, em seus temas transversais, e pouco utilizados na prática, ou por desconhecimento teoricamente dos professores, por não possuir em seus currículos a formação na área, ou mesmo por insegurança em trabalhar o tema, ou ainda por ter pouco material produzido no mercado. Realizamos um levantamento de produções locais, livros, dissertações e artigos, além de cartilhas e outros materiais produzidos. Destacamos alguns lugares de memória como: A Baía do Malheiros (Onde está situado a Praia e Casa do Daveron), o Rio Paraguai (espaço onde está localizado o Porto Mário Correia), a Praça Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru, a Catedral São Luiz, a Casa Rosa, Casa Humberto Dulce (atual Banco Sicredi), a Casa Dulce (Ao Anjo da Ventura), a Escola Esperidião Marques e o Cemitério São João Baptista, por acreditar que são locais de referência a memória local. Assim sendo, é necessário trabalhar na educação básica, nas aulas de história, a educação patrimonial, para despertar nos alunos o sentimento de pertencimento com o local em que vivem, para que não aconteça em futuro próximo, o que já vem ocorrendo na cidade de Cáceres/MT (o descaso visível nas construções do Centro Histórico) e haja mais valorização do patrimônio cultural. O trabalho com a educação patrimonial é uma tentativa de sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação dos seus bens culturais, como uma ação de cidadania. A preservação dos bens culturais é uma ação cidadã, e ela sendo difundida desde cedo, bem como o trabalho com o pertencimento ao local em que vivem, pois se eles conhecerem é um passo para a preservação, e preservando outras pessoas terão acesso a esses bens culturais.

Palavras-chaves: Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural. Memória. Cidade.

ABSTRACT

The present study focuses on the city of Cáceres/MT, from the discussion of its Cultural Heritage, with the objective of elaborating a didactic-historical guide, to be used as support in the classroom, or even in a field course in the Historic Center of Cáceres, listed as an architectural complex in the year 2012, by IPHAN, serving as a guide for students and teachers, this being a way to promote Patrimonial Education in the classroom, in an attempt to raise awareness for the appreciation of Cultural Heritage through local history. The objective of the present work is to promote equity education in the classroom, a topic addressed by the National Curricular Parameters - NCPs, in their cross-cutting themes, and little used in practice, or by teachers' lack of knowledge, because they do not have in their curricula training in the area, or even because of insecurity in working on the theme, or because there is little material produced in the market. We conducted a survey of local productions, books, dissertations and articles, as well as booklets and other materials produced. We highlight some places of memory such as: The Baía do Malheiros (where is located the Beach and House of Daveron), o Rio Paraguai (where is located the Porto Mário Correia), the Praça Barão do Rio Branco, Catedral São Luiz, Casa Rosa, Casa Humberto Dulce (now Banco Sicredi), Casa Dulce (To Angel of Ventura), Escola Esperidião Marques and Cemetery of São João Baptista, believing that local memory is a place of reference. Therefore, it is necessary to work in basic education, in history classes, heritage education, to awaken in the students the feeling of belonging with the place in which they live, so that it does not happen in the near future, which has already occurred in the city of Cáceres / MT (the visible neglect in the constructions of the Historic Center) and there is more appreciation of cultural heritage. The work with heritage education is an attempt to sensitize students about the importance of preserving their cultural assets, as a citizenship action. For the preservation of cultural goods is a citizen's action, and it is spread from an early age, as well as work with belonging to the place where they live, because if they know it is a step towards preservation, and preserving other people will have access to these goods.

Keywords: Patrimonial Education. Cultural heritage. Memory. City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do Município de Cáceres e Área de Tombamento.	p. 17
Figura 02: Fazenda Jacobina	p. 72
Figura 03: Igreja dos Padres Franciscanos	p. 74
Figura 04: Hospital São Luiz	p. 75
Figura 05: Casa Dulce – Ao Anjo da Ventura	p. 77
Figura 06: Documento Impresso da Casa Dulce	p. 77
Figura 07: Prédio do Governo Municipal	p. 78
Figura 08: Vista Parcial da Cidade de Cáceres/MT	p. 82
Figura 09: IPHAN: Poligonal – Área de Tombamento Federal – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres – MT. Superintendência Regional de Mato Grosso.	p. 84
Figura 10: Mapa dos Lugares de Memória da Cidade de Cáceres/MT privilegiados no guia histórico-didático	p. 85
Figura 11: Baía do Malheiros em Cáceres/MT	p. 87
Figura 12: Casa do Daveron	p. 88
Figura 13: Ilha Fluvial em frente ao Cais da Praça Barão do Rio Branco	p. 88
Figura 14: Festa de São João – Lavagem do Santo	p. 89
Figura 15: Praia do Daveron	p. 89
Figura 16: Enchente no Rio Paraguai	p. 90
Figura 17: Baía do Malheiros	p. 91
Figura 18: Vista frontal da Catedral São Luiz	p. 92
Figura 19: Vista interna da Catedral São Luiz	p. 92
Figura 20: Vista frontal e lateral da Catedral São Luiz	p. 92
Figura 21: Vista frontal e lateral da Catedral São Luiz	p. 93
Figura 22: Imagem da Catedral São Luiz em construção	p. 93
Figura 23: Imagem da Catedral São Luiz em construção	p. 93
Figura 24: Imagem da Catedral São Luiz em construção	p. 93
Figura 25: Imagem da Catedral São Luiz em construção	p. 94
Figura 26: Imagem da Catedral São Luiz em construção	p. 94
Figura 27: Imagem da Catedral São Luiz em construção	p. 94
Figura 28: Imagem da Catedral São Luiz em construção	p. 96
Figura 29: A Catedral São Luiz atualmente	p. 97
Figura 30: Xilogravura do Marco do Jauru	p. 99
Figura 31: Brasão de Cáceres	p. 99
Figura 32: Imagem da Igreja Matriz de Cáceres	p. 101
Figura 33: Largo da Matriz de Cáceres	p. 102
Figura 34: Imagem da Catedral São Luiz, Praça Barão e Marco do Jauru	p. 102
Figura 35: 2ª Posição do Marco do Jauru em Cáceres/MT	p. 102
Figura 36: 3ª Posição do Marco do Jauru em Cáceres/MT	p. 103
Figura 37: 4ª e última Posição do Marco do Jauru em Cáceres/MT	p. 103
Figura 38: Marco do Jauru atualmente	p. 103
Figura 39: Largo da Matriz	p. 107
Figura 40: Largo da Matriz	p. 107
Figura 41: Praça Barão do Rio Branco	p. 108
Figura 42: Jardim Público da Praça Barão	p. 108

Figura 43: Praça Barão do Rio Branco vista da torre da Catedral	p. 108
Figura 44: Coreto da Praça Barão	p. 109
Figura 45: Coreto da Praça Barão	p. 109
Figura 46: Coreto da Praça Barão	p. 109
Figura 47: Coreto da Praça Barão	p. 110
Figura 48: Jardim Público da Praça Barão	p. 110
Figura 49: Jardim Público da Praça Barão	p. 110
Figura 50: Praça Barão do Rio Branco	p. 111
Figura 51: Praça Barão do Rio Branco Atualmente	p. 111
Figura 52: Lavadeiras no Rio Paraguai	p. 113
Figura 53: Rio Paraguai	p. 113
Figura 54: Navegação Fluvial	p. 114
Figura 55: Rampa do Porto Mário Corrêa	p. 114
Figura 56: Porto Mário Corrêa	p. 114
Figura 57: Muro de Arrimo do Porto Mário Corrêa	p. 115
Figura 58: Embarcações no Rio Paraguai	p. 118
Figura 59: Barco Etrúria	p. 118
Figura 60: Barco Etrúria	p. 119
Figura 61: Embarcação no Rio Paraguai	p. 119
Figura 62: Embarcação no Rio Paraguai	p. 119
Figura 63: Cais do Porto Mário Corrêa atualmente	p. 120
Figura 64: Casa Dulce – Ao Anjo da Ventura	p. 122
Figura 65: Casa Dulce – Ao Anjo da Ventura	p. 122
Figura 66: Nota Fiscal da Casa Dulce	p. 122
Figura 67: Detalhe da Nota Fiscal da Casa Dulce	p. 123
Figura 68: Casa Rosa	p. 123
Figura 69: Casa Humberto Dulce	p. 124
Figura 70: Escola Esperidião Marques	p. 129
Figura 71: Gravura da Escola Esperidião Marques	p. 129
Figura 72: Escola Esperidião Marques atualmente	p. 131
Figura 73: Escola Esperidião Marques atualmente	p. 132
Figura 74: Cemitério São João Baptista atualmente	p. 135
Figura 75: Mapa dos Lugares de Memória privilegiados na produção	p. 135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA/SIGLA	SIGNIFICADO
AMM	Associação Mato-grossense dos Municípios
APMC	Arquivo Público Municipal de Cáceres
APMT	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
CCC	Convênio de Cooperação Cultural (MT)
CEPT	Comissão Especial de Preservação e Tombamento (Cáceres)
CF	Constituição Federal
CFBCE	Comissão do Festejo do Bicentenário de Cáceres (Cáceres)
COC	Centro Operacional de Cáceres
DAPC	Divisão Administrativa de Patrimônio e Convênios
DPHAN	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPH	Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (Cáceres)
DS	Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
EEOM	Escola Estadual Onze de Março
FCC	Fundação Cultural de Cáceres
FCMT	Fundação Cultural de Mato Grosso
FIPe	Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
GP	Gabinete do Prefeito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IESC	Instituto de Ensino Superior de Cáceres
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
LPC	Legislação: Patrimônio, Cultura e Meio Ambiente Artificial
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHC	Museu Histórico de Cáceres
MinC	Ministério da Cultura
Monumenta	Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano
MPE	Ministério Público Estadual
MT	Mato Grosso
NUDHEO	Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral
PA – CH	Plano de Ação para as Cidades Históricas
PAC	Programa de Ação Cultural
PAC – CH	Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PD	Plano Diretor de desenvolvimento econômico, social, territorial e urbano do município
PIB	Produto Interno Bruto

PIBID	Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PMC	Prefeitura Municipal de Cáceres
PNC	Plano Nacional de Cultura
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNH	Programa de Núcleos Históricos
PP	Patrimônio e Pluralidade Cultural Brasileira
PRONAC	Programa Nacional de Apoio a Cultura
PRÓ-TEMPORE	Temporária
PRRNH	Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos
SAT	Segurança Ambiental e do Trabalho
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social (Cáceres)
SEC-MT	Secretaria do Estado de Cultura
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMATUR	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
SERPEGEO	Sensoriamento Remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo (Banco)
SICMATUR	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo
SICONV	Sistema de Convênios
SMECL	Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
SOSU	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (Cáceres)
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
T.O. R.	Tertius Ordo Regularis Sancti Francisci
TeMA	Curso Técnico em Meio Ambiente
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
ZPE	Zona de Processamento e Exportação (Cáceres)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS PATRIMONIAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM CÁCERES/MT	30
CAPÍTULO 2 – LUGARES DE MEMÓRIA EM CÁCERES/MT	53
CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO DIDÁTICA EM HISTÓRIA	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

A cidade de Cáceres/MT está situada na região oeste do Estado de Mato Grosso, atualmente conta com uma população estimada em 87.942 habitantes,¹ densidade demográfica 3,61 hab/km², PIB per capita (2015) R\$ 17.077,52, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010) 0,708, em uma área de unidade territorial (2016) 24.593.031 km², erigida em 06 de outubro de 1778, com o nome de Villa Maria do Paraguay², por Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, com a finalidade de consolidar as terras em nome da coroa portuguesa, através do *uti possidetis*³, terras estas que pertenciam pelo Tratado de Madri, em 1750, à Coroa espanhola.

Cáceres/MT foi pensada como típico modelo de cidade portuguesa, a partir de um plano ortogonal, próxima a um rio como fonte de abastecimento de água, um largo (Largo da Matriz, posteriormente Praça Barão do Rio Branco) e uma igreja (antiga igreja matriz, onde no local, só no século XX, foi construída a Catedral São Luiz)⁴ passou por períodos de auge do poderio econômico em Mato Grosso, no século XIX⁵, com as Casas Comerciais e no início do século XX foi considerado a

¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, população do último Censo de 2010, em 2017 é considerada a população estimada em 91.271 pessoas.

² Apesar de instituída em 1778, povoado só ganha uma realmente status de Vila com o mesmo nome de fundação, através da Lei nº 1 de 28 de Maio de 1859, assinada pelo Presidente da Província de Matto Grosso Joaquim Raimundo Lamare. Elevação de Freguesia à Vila – APMT. Em 1860 quando são oficialmente criada as primeiras leis regulamentadores e a Câmara Municipal, que funcionava com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, onde também foi criado o primeiro Código de Posturas Municipais, em 27 de junho de 1860. Em 1874, é elevada a categoria de cidade e passa a ser chamada de São Luiz de Cáceres, através da Lei nº 3, de 30 de maio de 1874. APMT. Com o passar do tempo os moradores passaram a reduzir o nome da cidade, utilizando apenas o último nome, o que levou os administradores locais no ano de 1938, através do Decreto-Lei Estadual nº 208 de 26 de Outubro a simplificar para Cáceres, denominação que segue até os dias atuais. Como objetivo de ter um controle das práticas sociais dos moradores da cidade, no final do século XIX, através da Lei nº 788 de 24 de dezembro de 1888, foi instituído um novo Código de Postura, mais elaborado que o primeiro que vigorou até 1946, possuindo em seu anexo inclusive, o Regulamento do Cemitério Público de Cáceres, no caso o Cemitério São João Baptista, doado a municipalidade pelo Major João Carlos Pereira Leite, membro da elite política local.

³ Dir Como possúis. 1 Fórmula diplomática que estabelece o direito de um país a um território, baseada na ocupação pacífica dele. 2 Princípio que faz prevalecer a melhor posse provada da coisa imóvel, no caso de confusão de limites com outra contígua. /www.dicionariodelatim.com.br/uti-possidetis

⁴ Para essa construção historiográfica ver: ARRUDA, Adson. Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A cidade de São Luís de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930).

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Fonte: Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso, Autor: João Carlos Vicente Ferreira - Cuiabá: Buriti, 2004. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios-AMM, Prefeitura Municipal de Cáceres.

* Professora da educação básica, Servidora Pública Municipal. Mestre pelo Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Bolsista da CAPES.

terceira praça do Estado de Mato Grosso, e nos primeiros decanatos da segunda metade do século XX com a produção de grãos. No mapa abaixo, definimos a localização do local de estudo:

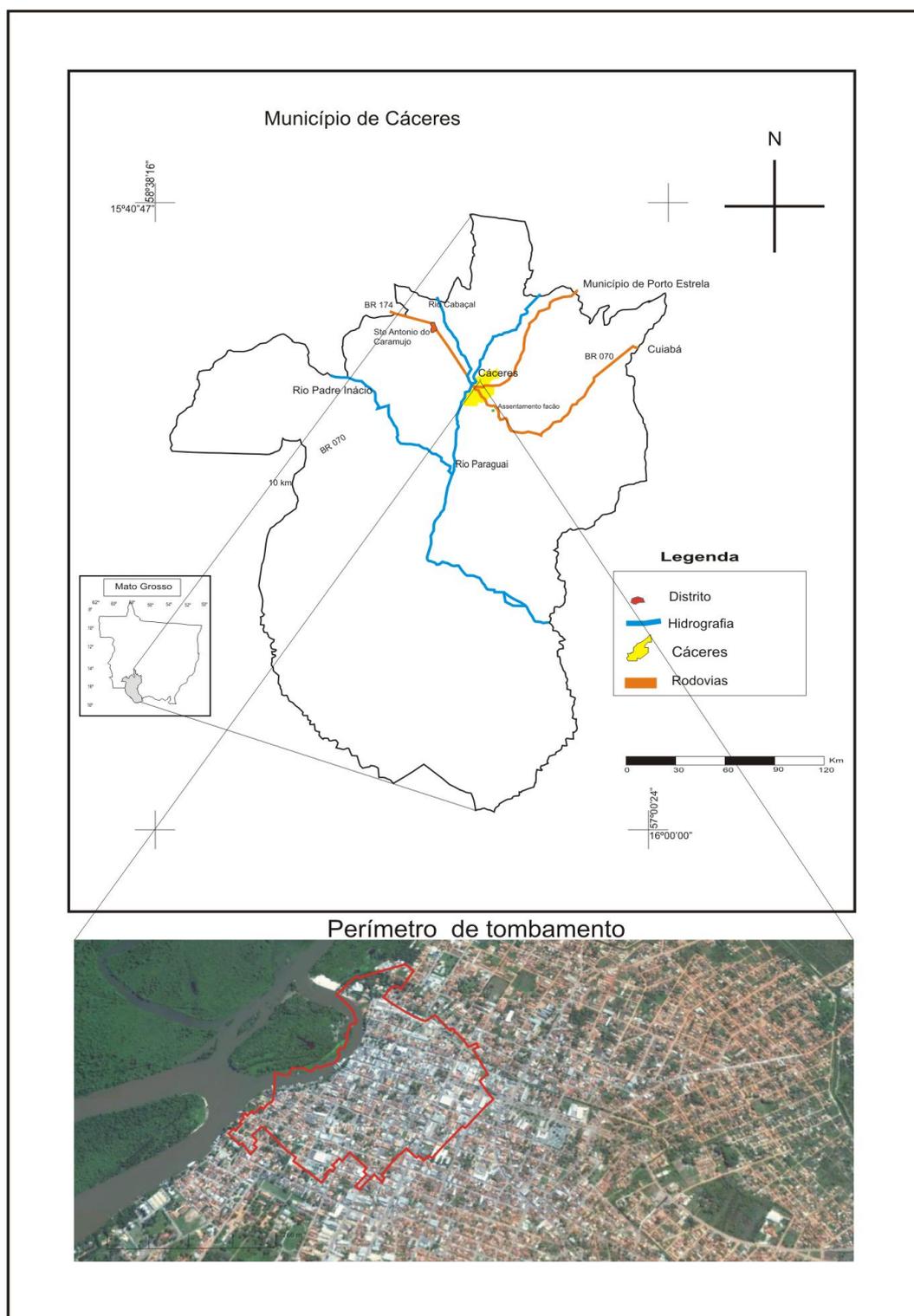


Figura 01: Localização do Município de Cáceres e Área de Tombamento (SANTOS, 2018).

Nos dias atuais Cáceres se mantém devido ao número de órgãos públicos e a pecuária (sendo essa a principal atividade econômica da cidade, que possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil),⁶ tem forte tendência ao turismo, mas por falta de investimentos no setor, ainda não conseguiu sobreviver dele, também não consegue implementação na indústria, tendo em vista a tão sonhada, por parte de parcela política da população, a Zona de Processamento de Exportação e Importação – ZPE, que há mais de trinta anos foi projetada, utilizada amplamente nos discursos políticos locais, e até o momento não obteve o êxito esperado.

Para a implantação da ZPE, nas últimas décadas do século XX, e início do XXI, houve a tentativa de implantar o sistema de transporte intermodal (Hidrovia Paraná-Paraguai), e a busca de uma saída para o pacífico, através de uma rodovia, que até o momento deste estudo não se concretizou de forma eficiente.

A presente Pesquisa: **A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural** tem como objeto, a cidade de Cáceres, investigando o seu Patrimônio Cultural, com o objetivo de produzir de um guia didático-histórico, por meio da Educação Patrimonial.

Como professora de história da rede básica de ensino, tive a oportunidade de atuar no Curso Técnico em Meio Ambiente - TeMA da Escola Estadual Onze de Março – EEOM na cidade de Cáceres – MT, onde lecionei às disciplinas de Patrimônio e Pluralidade Cultural Brasileira - PP e Legislação: Patrimônio, Cultura e Meio Ambiente Artificial - LPC, e atuando posteriormente na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer - SMECL, como Chefe de Divisão Administrativa de Patrimônio e Convênios - DAPC tive contato com o Setor de Patrimônio Histórico da Prefeitura de Cáceres/MT.

Nesse viés pude perceber como é insuficiente tanto na academia, quanto em sala de aula, no município de Cáceres os estudos sobre o Patrimônio Cultural, bem como a ausência de material didático para trabalhar a temática. Além disso, é visível que alguns moradores da cidade de Cáceres não conseguem perceber e valorizar completamente a riqueza que a cidade e o município possuem como patrimônio cultural. Visto que muitos dos seus patrimônios estão em notável processo de deterioração e pelo desconhecimento da importância de se atribuir valor aos bens culturais.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Como a valorização passa pela educação, a proposta é dar condições para que a educação patrimonial seja trabalhada nas escolas, pois: “A Educação Patrimonial contribui para o processo de identificação do indivíduo na sociedade, na medida em que permite que conheça os quadros de referência do passado percebendo semelhanças e diferenças na paisagem cultural, constantemente transformada” (SILVA, 2011, p. 13). É dentro dessa proposta de Educação Patrimonial que pensamos este trabalho.

A presente pesquisa estuda a cidade de Cáceres, a sua política de tombamento realizada desde a década de 1970 até os dias atuais, analisando-a através das referências acerca das questões relacionadas ao Patrimônio Cultural e à Educação Patrimonial, de ter como resultado, como produto da pesquisa, um material didático, que poderá ser utilizado na rede pública de ensino tanto no município, quanto na rede estadual de ensino repassando o material às Escolas de Cáceres para os professores trabalharem com seus alunos.

Os lugares instituidores da memória, utilizados na produção didática, que serão oportunizados aos professores de história da educação básica, para que eles possam tentar sensibilizar os alunos sobre a importância da preservação dos seus bens culturais, como uma ação de cidadania, serão: A Baía do Malheiros (local em que está situada a Praia e Casa do Daveron), o Rio Paraguai (espaço onde está localizado o Porto Mário Correia), a Praça Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru, a Catedral São Luiz, a Casa Rosa, Casa Humberto Dulce (atual Banco Sicredi), a Casa Dulce (Ao Anjo da Ventura), a Escola Esperidião Marques e o Cemitério São João Baptista, esses locais terão maior visibilidade no capítulo 3, a pesquisa foi realizada em meios institucionais e acadêmicos, bibliográficas e documentais.

A escolha desses espaços se deve há vários fatores, entre eles por serem lugares de memória, espaços de sociabilidades dos habitantes de Cáceres e alguns deles também são locais de visitação turística, alguns deles fazem parte do patrimônio genético⁷, e espaços como a Praça Barão do Rio Branco que é tombada

⁷ Definido no texto acima citado, pela autora Regina Abreu, mais precisamente como o patrimônio natural, ou como: “Bens materiais e imateriais, cujo valor reside fundamentalmente na possibilidade e na necessidade de seu uso coletivo, garantindo o mais amplo possível acesso da população a eles, posto que constituem recursos essenciais para garantia da vida digna da população humana, inclusive as futuras gerações.”

pelo Patrimônio Imaterial e está localizada dentro da Poligonal de Tombamento⁸ e ainda algumas edificações que fazem parte da influência européia e produzem sentidos diversos aos moradores da cidade de Cáceres/MT.

O critério de escolha para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa: produções de acesso fácil aos professores da educação básica, por meio digital, ou acervos públicos em Cáceres para empréstimo, ou mesmo para adquirir se for o caso. É importante frisarmos que não existem apenas esses espaços, existem muitos outros, que deverão ser objetos de outros estudos posteriores.

Esses bens patrimoniais são fonte de conhecimento, ferramentas fundamentais para o professor de história aproveitar em sala de aula, e ainda como guia didático, para uma aula de história local, realizada na preparação de uma aula nos espaços citados no guia, oportunizando tanto os professores quanto aos alunos uma ferramenta de trabalho para conhecer e sensibilizar para a valorização do Patrimônio Cultural, seja ele em âmbito material quanto imaterial, salientando que esses espaços são locais já consagrados como espaços de estudos sobre Cáceres.

O que pensamos sobre pedagogia do patrimônio não é, portanto mera reprodução, mas um fazer que nunca fica pronto, um espanto e uma admiração que conduzem a criação. Nessa abordagem, educar para o patrimônio não é, de forma alguma, transmitir informações sobre bens patrimoniais, pois a prerrogativa de que, ao conhecer mais sobre o patrimônio, o aluno seria um defensor de sua preservação é ilusória. A educação para o patrimônio implica uma relação sujeito-bens-culturais-múltiplos sentidos (GIL; TRINDADE, 2014, p. 8).

Como são espaços que já fora objeto de estudo, há material para se pesquisar sobre, assim sendo utilizarmos não para a reprodução do conhecimento e sim para a produção de saberes e percepções múltiplas.

E nessa produção de sentidos entra a proposta em trabalhar a educação patrimonial, não como um saber pronto e acabado, mas como um campo de possibilidades, tanto para alunos como para os professores de história a produção de um guia didático é porque além de uma ferramenta a mais que o professor/aluno possa utilizar, é interessante também por ser uma produção sobre a história local, utilizando os próprios escritos existentes sobre Cáceres, voltada para o ensino e a

⁸ IPHAN: Poligonal – Área de Tombamento Federal – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres – MT. Superintendência Regional de Mato Grosso. Colaborador: Arquiteto Paulo Roberto M. Crispim. Desenvolvimento do Projeto: Maria Clara Migliácio e Raquel Tegen de Pinho. Digitalização Caroline Stori/Paulo Crispim. Atualização 2013.

educação patrimonial local, um recurso a mais para se trabalhar em sala de aula, material ainda inexistente, até a presente data na cidade de Cáceres/MT.

Trabalhar com a temática do estudo sobre o Patrimônio Cultural na cidade de Cáceres/MT surgiu antes da própria seleção do Mestrado Profissional em Ensino de História. Atuando na educação básica desde o ano de 2002, dois semestres antes da conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História, ministrei disciplinas para além da minha área de formação, sendo elas Filosofia e Sociologia, na Escola Estadual Onze de Março.

E veio por meio de experiências como: no período do Aniversário da Cidade de Cáceres, nesse momento como servidora do Arquivo Público Municipal de Cáceres – APMC, atuei nesta unidade da Prefeitura Municipal de Cáceres, com a preservação do patrimônio de 2001 a 2009, fui convidada pela Professora Maria do Socorro de Souza Araújo, então Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral - NUDHEO⁹ para firmar uma parceria na organização da Exposição Iconográfica “Imagens da Cidade”, que me oportunizou ver a cidade de Cáceres com outro olhar, despertando para as questões relacionadas ao Patrimônio Cultural, que realizamos novamente no ano de 2004, por ocasião ainda do aniversário da cidade de Cáceres.

A oportunidade de participar apresentando um trabalho no V Encontro Regional do Centro-oeste de História Oral, na cidade de Pirenópolis/GO e nesse momento ao conhecer esse lugar bucólico, oportunizado um contato maior com o Patrimônio Edificado Tombado e com a experiência de Pirenópolis, inclusive com as questões relacionadas a tombamento, ao visitar na ocasião a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que a cidade possui e ver as crianças contando a história de Pirenópolis e valorizando os patrimônios locais.

O trabalho na Escola Estadual Onze de Março - EEOM, por meio da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde sempre atuei como professora houve a inserção de um Curso Técnico em Meio Ambiente - TeMA, com as disciplinas: Patrimônio e Pluralidade Cultural Brasileira - PP e Legislação:

⁹ O Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral – NUDHEO, é um Centro de Memória vinculado ao Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, na cidade de Cáceres/MT, possui um acervo significativo de documentos escritos, todos digitalizados e ainda documentos imagéticos e trabalhos realizados por professores do Departamento de História com fontes orais, é coordenado e organizado por professores desse mesmo Departamento.

Patrimônio, Cultura e Meio Ambiente Artificial – LPC, participei deste Projeto desde a sua formulação, enquanto Projeto, a sua implantação, até a sua extinção.

Ministrei essas disciplinas técnicas entre os anos de 2011 a 2015, e a minha dificuldade maior para seguir a ementa do curso foi à ausência de material didático, para trabalhar com os alunos, a temática de Patrimônio Cultural.

Com o decorrer das aulas de PP, LPC e DS, percebi também que a maioria dos alunos, apesar de ter nascido em Cáceres, pouco ou quase nada sabia sobre a história local, e menos ainda sobre Patrimônio Cultural. Outro dado que pude perceber foi o interesse dos alunos quando ao ministrar as aulas sobre Patrimônio, eles sempre se envolviam muito, com questionamentos e produções diferentes das outras disciplinas que também ministrei no Curso como História, Filosofia e Sociologia.

No ano de 2011, como servidora pública do município de Cáceres, pude entrar em contato diário com a Divisão de Patrimônio Histórico - DPH, no momento que houve a homologação por parte da Presidência da República do Tombamento a nível Federal do Centro Histórico de Cáceres/MT.

Pude em seguida, participar no ano de 2012 do Grupo de Trabalho para a Promoção e Defesa do Centro Histórico do Município de Cáceres, e concomitantemente com as aulas na rede pública estadual, desenvolver Projetos e Estudos relacionados ao Patrimônio Cultural, com o intuito de sensibilização desde a mais tenra idade, para a valorização e conseqüentemente preservação dos bens culturais.

De 2013 até a atualidade tive a oportunidade de desenvolver em parceria entre a SEMATUR e a Escola Estadual Onze de Março o Projeto City Tour, partindo de uma ideia que surgiu no ano de 2011, quando a Secretaria disponibilizou um espaço nas Tendas Ambientais, durante a realização do 32º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres – FIPe/2011 e os alunos do Curso Técnico participaram do evento.

Assim o Projeto City Tour foi executado enquanto Projeto Pedagógico nos anos de 2014 (33º FIPe), 2015 (34º FIPe), e 2016 (35º FIPe), sempre com os alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente, repassando os conhecimentos em Educação Patrimonial aos alunos das escolas públicas municipais e estaduais, e ainda as da rede privada, que visitavam o evento. No ano de 2017 com o encerramento do

Curso realizei o Projeto durante as comemorações do 239º Aniversário da Cidade de Cáceres/MT 2017.

Os alunos eram capacitados, através de aulas expositivas, no período que antecipava o evento, em que eram trabalhados os conteúdos de História de Cáceres/MT, seguidamente orientações sobre os vários tombamentos que existiram na esfera Municipal, Estadual e Federal, os monumentos e imóveis tombados separadamente ou em conjunto, o Plano Diretor da Cidade de Cáceres/MT - PD, e os estilos arquitetônicos existentes no Centro Histórico de Cáceres.

Como material pedagógico sobre os assuntos estudados, além do Mapa Turístico Cultural, um roteiro histórico, turístico e cultural pelo Centro Histórico de Cáceres/MT elaborado pelo Sensoriamento Remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia - SERPEGEO (UNEMAT), grupo de pesquisa dos professores do Departamento de Geografia da Universidade do Estado Mato Grosso – UNEMAT.

Posteriormente houve a realização em conjunto com os alunos uma aula a campo, onde simulava todo o percurso que eles teriam que realizar, desde a chegada à SEMATUR, onde era repassado conhecimentos sobre a Casa do Daveron¹⁰, e o próprio Daveron, passando pelo Rio Paraguai, o Cais do Porto Mário Corrêa, a Praça Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru, os estilos arquitetônicos existentes no casario situado em volta da Praça Barão, através dos imóveis tombados como o do Banco Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI¹¹ (Casa Humberto Dulce), a Casa Rosa e os outros imóveis e suas tipologias arquitetônicas, passando pela Catedral São Luiz, em seguida retornando a SEMATUR, utilizando como metodologia a exposição sobre os conteúdos estudados anteriormente.

Os alunos eram avaliados através do seu envolvimento com a atividade e por meio de um relatório. Os alunos além das notas ganhavam certificados de participação alimentação e uniformes para ser facilmente identificados.

Durante os três anos de realização do Projeto, a atitude facial, no semblante dos alunos é notória, que os próprios moradores da cidade não percebem, e nem

¹⁰ Casa do Daveron, imóvel situado dentro do perímetro de tombamento federal, onde viveu durante os anos de 1920 até o de 1987 quando faleceu e foi enterrado na frente da sua residência o norte-americano Alexander Sólon Daveron, o imóvel enquanto vivia servia para abrigar conterrâneos seus e outros, situado a beira do rio Paraguai, após a sua morte no ano de 1997 a Prefeitura Municipal de Cáceres comprou o imóvel onde passou desde então a funcionar a recém criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR.

¹¹ (Sistema de Crédito Cooperativo) é um sistema de 3 níveis formado por 116 cooperativas singulares filiadas, cinco centrais regionais – acionistas da **SICREDI** Participações S.A., uma confederação, uma fundação e um banco cooperativo e suas empresas controladas.

tem noção do valor que esses bens culturais possuem. A maioria dos alunos tinham pouco conhecimento ou pareciam mesmo alheios a importância da preservação dos bens culturais, e isso acontece justamente pela ausência da sensação de pertencimento ao local de origem.

Os alunos participavam com muito interesse das aulas, é perceptível que há o desconhecimento sobre a história local, e as visitas guiadas no Centro Histórico faziam com que os alunos se sentissem partícipes do contexto histórico. Outro dado interessante é que eles cobravam a realização do Projeto nos anos seguintes e faziam questão de participar assiduamente do evento.

Dentro desse contexto é perceptível uma falha que nós enquanto professores da disciplina de história possuímos nos conteúdos programáticos em sala de aula não trabalhamos com os nossos alunos a partir da história local, o objetivo principal do projeto foi buscar a compreensão dos bens culturais da cidade de Cáceres, com busca de uma parceria na emergência da preservação do patrimônio e proporcionando ao aluno conhecimentos sobre a história local. A participação dos alunos no Projeto foi uma tentativa de envolvimento com os bens culturais que a cidade possui, com a finalidade de produzir uma identificação, para posteriormente o reconhecimento e proteção do patrimônio que a cidade possui.

Por que preservar os patrimônios culturais, sejam eles tombados ou não tombados? Porque são produtos de um tempo e de uma história, visto que a história, nem o tempo se repetem. Esses patrimônios são fontes dadas a serem lidas e interpretadas, narram histórias das pessoas que habitaram ou ainda habitam essa urbe, contam suas origens, de suas famílias, são registros importantes a serem estudados, pois fora nesse espaço em que a história local foi vivenciada por todas as pessoas que por esta cidade passou.

Durante esse tempo em que atuei na área, foi despertando a vontade de trabalhar com as discussões sobre Patrimônio Cultural, por perceber que uma das falhas que existia na valorização dos bens culturais de Cáceres, tombados ou não tombados é a ausência de conhecimento por parte da população, e que a solução para alguns conflitos, como por exemplo, o desconhecimento sobre a história do local, bem como o descaso da população sobre os bens patrimonizados a meu ver é a Educação Patrimonial.

Por esses motivos, surgiu durante as aulas da disciplina de História do Ensino de História, ministradas pelo Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira, do Mestrado Profissional em História, a motivação por desenvolver uma dissertação que discuta a cidade de Cáceres/MT e sua política de tombamento, e que culminou, como uma das exigências do ProfHistória, de um produto, que é um guia didático-histórico de educação patrimonial, para uso dos alunos da educação básica, como forma de sensibilizar para a valorização e preservação do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT.

Partindo do princípio que a educação voltada para o patrimônio é importante, pois é uma ação de cidadania, construir um guia didático-histórico (para ser utilizado pelos professores da educação básica com seus alunos), com informações sobre o patrimônio cultural e a história local, é de grande importância, visto na atualidade há ausência de um material didático sobre o patrimônio cultural de Cáceres, o que dificulta o trabalho dos professores em ensinar sobre o patrimônio e sobre a história local, com o objetivo de obter um suporte pedagógico para dar subsídio também aos alunos fazendo-os sentirem protagonistas da sua história, e assim construir múltiplas possibilidades de interpretações e significados, surgindo inclusive à possibilidade de disseminar a compreensão da cidadania e do direito à memória, podendo até mesmo obter a colaboração e participação da comunidade local na proteção do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT.

Quanto ao Patrimônio Cultural em Cáceres, foram realizados estudos da História Cultural, em particular os escritos de Roger Chartier (1988), utilizados como base para as discussões de Cultura, das práticas e das representações sociais. E de Françoise Choay (2006), as questões sobre patrimônio.

Seria um tanto quanto distante não discutirmos o conceito de cidade, quando falamos de Patrimônio Cultural, para tanto, penso com o suporte teórico como Michel de Certeau e a obra *A Invenção do Cotidiano 1. Artes de fazer* (1994).

Seguindo as discussões sobre cidade, utilizo os escritos organizados por Déa Ribeiro Fenelon *Cidades* (1999) e da Sandra Jatahy Pesavento com *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre* (2002).

Quanto aos estudos sobre o Patrimônio Imaterial, dialogamos com os escritos de Regina Abreu e Mário Chagas: *Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneo* (2009). E ainda, *O que é Patrimônio Cultural Imaterial* da Sandra

C. A. Pelegrini e Pedro Paulo Funari (2008), e também O que é Patrimônio Histórico do Carlos A. C. Lemos (1981).

Estudando ainda sobre o Patrimônio Cultural, utilizamos os escritos de Almir Félix Batista de Oliveira – O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil (2005), da Sílvia Zanirato com os textos Estratégias de conservação do patrimônio cultural material e Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? (2013) e Maria de Lourdes Netto Simões e Karoliny Diniz Carvalho. Lugar de Memória e Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural (2011).

Para os estudos do Patrimônio Cultural e a sua relação com o Ensino de História, dialogando com uma coletânea de artigos Patrimônio Cultural e Ensino de História, organizado por Carmem Zeli de Vargas Gil e Rhuan Targino Zaleski Trindade, Ensino de História e Patrimônio Cultural – Um percurso docente de Ricardo de Aguiar Pacheco e Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares, dos autores: Aroldo Dias Lacerda, Betânia Gonçalves Figueiredo, Júnia Sales Pereira e Marco Antônio Silva.

O uso do Patrimônio no viés do turismo está sendo discutido, utilizando como aporte a obra Turismo e Patrimônio Cultural de Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky (Orgs) (2016). Quanto à Educação Patrimonial estamos trabalhando com a Cartilha de Educação Patrimonial, lembrar para preservar, um direito do cidadão da Jocenaide Maria Rosseto Silva (2011), inclusive utilizando-a como inspiração para a produção do Guia didático.

Ao discutir o patrimônio tem que debater o campo vasto da memória, então utilizando os textos de Michael Pollak (Memória, Esquecimento, Silêncio e Memória e Identidade Social), Maurice Halbwachs (A Memória Coletiva) e Pierre Nora (Entre Memória e História. A problemática dos lugares), quando no segundo capítulo trabalhamos os lugares de memória como proposta metodológica de se trabalhar a educação patrimonial.

E assim pensar a Educação Patrimonial ligada a Cidadania, repensando o Ensino de História, por esse viés, utilizamos os escritos da Selva Guimarães, Ensino de História e Cidadania: [...] “é uma questão complexa, historicamente, culturalmente e politicamente situada no tempo e no espaço”. (GUIMARÃES, 2016, p. 75). Que

vem complementando os escritos que Circe Bittencourt organizou: O Saber Histórico na Sala de Aula, imprescindível aos professores que atuam na educação básica.

Dentro deste mesmo contexto, um suporte nesse trabalho, foi a recente publicação da professora Jaqueline Aparecida Martins Zarbato: Patrimônio, cultura e processos educativos em história: percursos e reflexões, que veio de encontro com nossa proposta inicial.

Tentando despertar tanto nos professores quanto nos alunos, a defesa e valorização do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT, pois se não o conhecemos automaticamente não o preservamos, e se preservamos iremos possibilitar a outras pessoas o conhecerem.

Para as análises, estou utilizando fontes documentais primárias encontradas no Arquivo Público Municipal de Cáceres - APMC, no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, documentos impressos e manuscritos que estão sob a guarda da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

Realizamos um levantamento de várias fontes documentais que pertencem à Divisão de Patrimônio Histórico - DPH da Prefeitura Municipal de Cáceres - PMC, entre elas o inventário dos casarões tombados pelo Município de Cáceres em 1994 e em seguida pela Secretaria de Estado de Cultura - SEC em 2002, além de outros documentos oficiais, como os Códigos de Obras e Posturas Municipais - COPM, e a Lei Orgânica do Município de Cáceres.

Outros documentos que estão sendo utilizados são as Poligonais Retificadas de Tombamento do IPHAN,¹² que foram elaboradas no ano de 2010 e retificada em 2012 por ocasião do Tombamento do Conjunto do Centro Histórico de Cáceres/MT, bem como o Álbum Gráfico de Mato Grosso.¹³ O uso de fontes iconográficas é

¹² IPHAN: Poligonal – Área de Tombamento Federal – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres – MT. Superintendência Regional de Mato Grosso. Colaborador: Arquiteto Paulo Roberto M. Crispim. Desenvolvimento do Projeto: Maria Clara Migliácio e Raquel Tegon de Pinho. Digitalização Caroline Stori/Paulo Crispim. Atualização 2013.

¹³ O Álbum Graphico, uma obra importante, e com o padrão gráfico de qualidade sofisticada para os padrões do período, traz no seu bojo, dados “gerais” sobre as cidades do Estado de Mato Grosso, que enfoca os aspectos físicos, econômicos, estatísticos, populacionais, comerciais, enfim, traça uma visão oficial do Estado, já que se trata de uma obra “encomendada”, pelos governantes locais, publicada no ano de 1914, trazendo iconografias interessantes, e um estudo, que segundo os organizadores, levaram alguns anos para ser realizado, até a conclusão da obra. A propósito, o Álbum Graphico, tinha por objetivo fazer propaganda das cidades do Estado, colocando em seguida que a praça desta cidade é a terceira do Estado, sendo baseada na importação e exportação de mercadorias nacionais e estrangeiras, e exportações de produtos do município. LEITE, Maria Solange Sá. Entre as pluralidades e as diferenças – A cidade de São Luís de Cáceres a partir das suas formas das suas formas de sociabilidades (1920-1930).

primordial, tanto no desenvolvimento da dissertação quanto para a produção do guia histórico-didático de Educação Patrimonial, as fotografias utilizadas serão de Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral – NUDHEO e do Museu Histórico de Cáceres, além de outras do nosso arquivo pessoal e imagens que buscamos por meio digital.

Para indicação de leituras no Guia Didático-histórico, bem como a utilização destes como fonte documental é necessário o uso de fontes secundárias, sobre Cáceres/MT tanto nas discussões de cidade, quanto sobre o Patrimônio Cultural. Para isso realizamos um levantamento de produções locais, dissertações e artigos, como: “Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A cidade de São Luís de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)” de Adson de Arruda e “Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação” de Renato Fonseca de Arruda, além de livros produzidos por memorialistas sobre a história local, como a obra História e Memória Cáceres (org. Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda), o professor Natalino Ferreira Mendes (Memória Cacerense, Efemérides Cacerenses I e II, História de Cáceres da Administração Municipal, Anhuma do Pantanal, Pássaro Vim-Vim) ainda o da Martha Baptista em sua 1ª edição Estrela de uma vida inteira - A história de Cáceres contada através das lembranças da Vó Estella e 2ª edição Cantos de Amor e Saudade, Uma igreja na fronteira do então Bispo Dom Máximo Biennés, entre outras publicações sobre Cáceres.

As Leis que regem os tombamentos, seja ele tangível ou intangível, foram também utilizadas como fontes documentais, além de cartilhas e outros materiais produzidos sobre o tema.

No desenvolvimento da pesquisa além das fontes que já buscamos, procuramos os centros de memória como o Arquivo Público Municipal de Cáceres - APMC, o Museu Histórico de Cáceres - MHC, o NUDHEO, a Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer - SMECL, principalmente a Divisão de Patrimônio Histórico - DPH, bem como outros departamentos da Prefeitura Municipal de Cáceres - PMC.

Quanto às demais produções, buscamos tanto fontes primárias, quanto secundárias que possam auxiliaram no desenvolvimento da Pesquisa, dentre elas o grupo de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, que estão construindo a normativa para o Centro Histórico de Cáceres e ainda com o grupo do

Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, sob a coordenação do Professor mestre Acir Montecchi, que desenvolve um trabalho de Educação Patrimonial.

A dissertação tem o seguinte formato: o primeiro capítulo discute o Patrimônio Cultural, bem como as políticas públicas de tombamento realizadas na cidade de Cáceres nas décadas de finais do século XX e início do XXI. O segundo capítulo tem por objetivo realizar discussões sobre os lugares de memória na cidade de Cáceres, e suas questões geográficas e históricas. E por fim, o terceiro capítulo que discute a Educação Patrimonial, e os locais que servirão para os professores da educação básica utilizar como ferramenta, tanto em sala de aula, como em uma aula guiada no Centro Histórico de Cáceres, promovendo a Educação Patrimonial.

O terceiro capítulo é o meu produto, como dispõe o Regimento do Mestrado Profissional em História, ou seja, é a produção de um guia didático-histórico de Educação Patrimonial para ser utilizado por professores e alunos da educação básica.

Para a produção deste material, estão sendo utilizadas as obras existentes sobre a cidade de Cáceres, tanto memorialistas, historiadores como as produções acadêmicas em outras áreas, seja elas da educação ou em âmbito institucional, que serve como embasamento para a elaboração do Guia Histórico-Didático e como orientativo para os professores de história trabalhar a história local. Este guia é um material didático, para ser trabalho por professores com os seus educando em aulas teóricas e práticas no Centro Histórico da cidade de Cáceres/MT.

1º CAPÍTULO – POLÍTICAS PATRIMONIAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM CÁCERES/MT

A presente investigação tem por finalidade o desenvolvimento de estudos voltados para as discussões sobre o Patrimônio Cultural, na cidade de Cáceres/MT, tendo como definição de Patrimônio Cultural o Art. 216 da Constituição Federal, que conceitua:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

A definição de Patrimônio Cultural acima constitui a base para a presente discussão, entendendo que a terminologia patrimônio cultural, está implícita a ligação entre os bens culturais de natureza material e imaterial, não tendo como dissociá-los, pois eles se complementam, ligadas a identidade, memória e história dos grupos sociais formadores da cidade.

Cáceres/MT é o cenário escolhido para realizar a presente discussão em torno do seu Patrimônio Cultural, uma cidade erigida em 1778, em 06 de outubro, como Villa Maria do Paraguay, com um “... cujo modelo traduzia a racionalidade iluminista em voga e que configura em exemplar singular se considerarmos que até fins do XVIII ...” (PINHO, 2013, p. 1), ou seja, suas ruas e travessas, analisando a Ata de Fundação¹⁴ foi cuidadosamente pensada e planejada para o período, outro dado interessante foi o cuidado com a natureza ao ser criada suas ruas foram abertas seguindo o curso do Rio Paraguai, como típico modelo de cidade portuguesa,¹⁵ sendo elevada a categoria de cidade no ano de 1874, com o nome de São Luiz de Cáceres,¹⁶ justamente no período em que passou a ser cidade esta urbe passou por modificações espaciais e econômicas.

¹⁴ Termo de Fundação do novo estabelecimento, a que mandou proceder o Ilmo e Ex. Sr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General d'este Capitania de Matto Grosso, denominado Villa Maria do Paraguay. Ata de Fundação – APMT.

¹⁵ Sobre esse modelo de cidade erigida pelos portugueses no Brasil, quem melhor explica é o autor Sérgio Buarque de Holanda na obra Raízes do Brasil, no capítulo 4 O sementeiro e o ladrilhador.

¹⁶ A retirada do nome do padroeiro da cidade na década de 1930 foi justificada pelas autoridades locais pelo desuso, pois nos documentos inclusive oficiais não era mais utilizado, entretanto em várias ocasiões a edilidade local discutiu o retorno ao nome de São Luiz de Cáceres, devido a religiosidade e ao fato de existir uma cidade chamada Cáceres na Espanha.

Após a Guerra com o Paraguai (1864 – 1870)¹⁷, comerciantes estrangeiros,¹⁸ com o predomínio dos italianos, e brasileiros vindos de outras partes do país passam a habitá-la, dando vazão ao comércio local e ao surgimento de casas comerciais, provocando uma dinâmica populacional e importando costumes e valores advindos de outras localidades, isso proporcionou a chegada de novos materiais para construção e novas influências o que resultou numa arquitetura eclética, embora tenham utilizado alguns dos materiais de construção local como a pedra canga e o adobe.

A partir da fundação de Cáceres gradualmente várias construções foram introduzidas no entorno do plano urbano, com a adoção de tipologias e estilos arquitetônicos variados como: colonial, neoclássico, eclético e art déco nos períodos correspondentes ao final do século XVIII, final do XIX e primeira metade do século XX “salpicando” de edificações suas ruas, suas travessas, seus largos [...] (PINHO, 2013, p. 2).

Isso repercute inclusive nas modificações na paisagem, com o conjunto de casarios que formam o Centro Histórico e ainda localidades mais distantes como as fazendas históricas, fazendas situadas em várias localidades do município como Jacobina, Facão, Ressaca, Descalvados, Barranco Vermelho, Flechas, consideradas históricas, por surgirem nos séculos XIII, XIX e início do XX. A tentativa dos moradores da cidade na busca de modernização se dá também através das construções do seu casario, a maioria dos comerciantes mais abastados locais introduziu modelos de edificações nos estilos arquitetônicos com aspirações européias, na tentativa de adequar a cidade de Cáceres/MT aos moldes de cidades como o Rio de Janeiro e Paris, durante o século XIX até o início do século XX, formando um conjunto arquitetônico ímpar para a cidade.

Com o surgimento das Casas comerciais, em Cáceres, no século XIX, classificadas pelo poder público local como de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes, como traz a documentação do Arquivo Público Municipal de Cáceres, sendo a considerada de 1ª na vasta documentação só encontramos a chamada Casa Dulce – Ao Anjo da Ventura, situada em uma esquina da região central da cidade, que servia inclusive como representante do Banco do Brasil em Cáceres, exportadora e importadora,

¹⁷ Esta é uma construção historiográfica, utilizada para denominar o conflito armado que houve entre esses países acima citados, em que Mato Grosso participou efetivamente, desde o início do conflito, inclusive enviando tropas para a região e recebendo pessoas que fugiram da referida guerra.

¹⁸ Para melhores informações sobre imigração neste período, ver: Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo Gomes. Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá: 1890-1930.

também proprietária do Vapor Etrúria,¹⁹ que transportava a elite local até à cidade de Corumbá,²⁰ entre outras propriedades adquiridas posteriormente, através do comércio local.

Ilm^o Senr. Coronel Diogo Nunes de Souza. M. Dign^o Intendente Geral do Município.

Como requer. Cáceres, 9 de Janeiro de 1909 D. S.Souza.

José Dulce & Comp^a, desejando continuar com sua casa de negocio, sita à rua Augusta, sob nº 30, desta cidade, para vender no corrente anno, artigos estrangeiros e nacionais; vem solicitar de V. S.^a o respectivo alvará de licença de estylo. Nestes termos do supplicantes. P.

E.M.

Cáceres, 9 de Janeiro de 1909.

José Dulce & Cia.²¹ (sic)

Essas casas faziam escoamento para exportação de vários produtos locais, como por exemplo, a poaia,²² e importação de artigos variados vindos diretamente da Europa para a Argentina, Paraguai e chegavam pelas embarcações fluviais via Rio Paraguai, e emergiu uma elite de comerciantes colocando Cáceres em destaque na economia local.

Azeites, tecidos, ferramentas, materiais de construção, artigos de luxo, pessoas, idéias [...] o leque de produtos que desembarcaram em Cáceres nas inúmeras lanchas, Paquetes e Vapores que atracavam no cais do porto, era bem diversificado e em pouco tempo, a paisagem citadina se transformou, como também práticas sociais foram adotadas, assim como

¹⁹ Uma das embarcações que fazia o trajeto Cáceres/Corumbá, por mais de 50 anos, considerada pelo professor Natalino Ferreira Mendes, como “navio símbolo de Cáceres”, exportava principalmente matérias primas e plantas extrativas e importava artigos finos direto de Paris. Transportava ainda os moradores de Cáceres, “As viagens eram regulares, tanto nas cheias como na seca, e duravam cerca de cinco dias” (MENDES, 1998, p. 61 e 199). Essas embarcações saíam da cidade de Cáceres até Corumbá, via Rio Paraguai, seguia para a Argentina e de lá eram enviadas de navio para a Europa, o mesmo trajeto era seguido inversamente quanto os produtos europeus.

²⁰ “As lanchas que deixavam Cáceres com destino a Corumbá levavam poaia (ou ipecacuanha), borracha e produtos como charque e couro de animais e voltavam carregadas de mercadorias finas, como sedas, cristais e louças vindas da Europa.” Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fonte: Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso, Autor: João Carlos Vicente Ferreira - Cuiabá: Buriti, 2004. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005, Associação Mato-Grossense dos Municípios-AMM, Prefeitura Municipal de Cáceres.

²¹ Solicitação de Alvará da Firma José Dulce & Cia. Documento sob a guarda permanente do Arquivo Público Municipal de Cáceres. APMC.

²² Poaia, também conhecida como ipeca, ipecacuanha, Planta extrativista, que tem o formato de pequenos arbustos, da família das rubiáceas, amplamente utilizada como planta medicinal, abundante na região de Cáceres, desde a segunda metade do século XIX, conforme os registros oficiais. Livro de Cargas e Descargas do Município de Vila Maria do Paraguai (1860/1864), transcrito por Romyr Conde Garcia, como cumprimento do Projeto Perfil do Eleitorado e História dos Preços no Município de São Luís de Cáceres (1860-1900). A Câmara Municipal foi criada em 1860, esse é um dos primeiros registros, ainda como Vila, onde funcionava os poderes executivo e legislativo, fato este que persistiu até 1889, quando houve a separação dos poderes criando então a Intendência Municipal de São Luiz de Cáceres. Importante informarmos que existem obras de memorialistas que dão ênfase a produção de poaia, como: O poaieiro de Mato Grosso e As peripécias de um ex-poaieiro Mato-grossense de Adolpho Jorge da Cunha e Poaia, ipeca ipecacuanha – a mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso de Marcel Jules Thieblot.

outras tantas foram abolidas. O crescimento econômico de alguns moradores negociantes da cidade contemplaram a introdução de residências que atestassem a condição social de seus proprietários (PINHO, 2013, p. 3).

As solicitações de alvarás para funcionamento dos estabelecimentos comerciais, em uma ordem decrescente as existentes de 2ª Classe pertenciam à elite social emergente com a onda de imigração, com abertura da navegação fluvial via Rio Paraguai, seguidas pelas de 3ª e 4ª Classes, esta última estabelecimentos pequenos, também chamados de “bolichos”, que na maioria das vezes vendiam bebidas alcoólicas e artigos diversificados de baixo custo “[...] desejando continuar com a sua Caza de negocio de 4ª Classe no corrente anno a vender bebidas de alcool, residente a Rua Praça da Republica desta, vem requerer a V. S.^a mandar expedir o alvará de licença (sic) [...]”²³

Confrontando com a documentação encontrada com o Inventário dos Imóveis tombados pela administração municipal na década de 1980 e pelo governo do estado de Mato Grosso em 2002, concluímos que a elite emergente por meio das casas comerciais na segunda metade do século XIX e início do século XX, a partir do momento da abertura da navegação fluvial via Bacia do Rio do Prata, através do Rio Paraguai, vão construir edificações que atestassem sua nova condição social.

As construções tombadas na sua maioria possuem datação na fachada, principalmente os imóveis de influências dos estilos arquitetônico neoclássico e eclético surgidos contemporaneamente datam final do século XIX e início do século XX,²⁴ que dentro dos imóveis tombados individualmente, são maioria, por serem mais elitizadas. O estilo colonial, mais simples, apareceu primeiro no século XVIII, não possuem datação na sua maioria, como neocolonial tem a Capela dos Padres Franciscanos, conhecida popularmente como Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, como influência Gótica e Neogótica a Catedral de São Luiz e ainda o estilo Art-Decó que surge posteriormente entre as décadas de 1940 e 1950.

²³ Solicitação de Alvará da Sr^a Henriqueta Garcia. Documento sob a guarda permanente do Arquivo Público Municipal de Cáceres. APMC.

²⁴ O estilo arquitetônico neoclássico chega ao Brasil por influência da Missão Francesa, é uma reação contra os exageros do rococó, cultuando principalmente a razão, a ordem, a clareza, a nobreza e a pureza, atributos relacionados ao movimento iluminista. Nesse sentido, com o termo Ecletismo entendemos a combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra sem que isso signifique produzir um novo estilo. Tal método baseia-se na convicção de que a beleza ou a perfeição pode ser alcançada mediante a seleção e combinação das melhores qualidades das obras dos grandes mestres. Além disso, o termo pode designar um movimento mais específico relativo a uma corrente arquitetônica do século XIX.

Com base nos acervos do Arquivo Público Municipal de Cáceres - APMC²⁵ e da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer - SECL (que foram da antiga Fundação Cultural de Cáceres - FCC),²⁶ todos sob a guarda da Prefeitura Municipal de Cáceres - PMC, durante as comemorações dos 200 anos de Cáceres, os moradores da cidade envolvidos por um sentimento nostálgico, dão início às políticas de tombamento partindo do monumento situado na Praça Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru (Monumento em Pedra Mármore de Liós, um dos poucos resquícios do Tratado de Madri em 1750).

O ano de 1978 em Cáceres foi intenso, perceptível através de um dossiê de documentos oficiais e jornais do período citado que consta no Arquivo Público Municipal de Cáceres - APMC, desde o início do ano várias comemorações alusivas aos 200 anos de Cáceres, ou seja, a população de Cáceres comemorou o Bicentenário, incitada pelo poder público local. Nessa oportunidade houve o Tombamento Federal do Marco do Jauru (04 de outubro de 1978), e até produziu

²⁵ O Arquivo Público Municipal de Cáceres - APMC é um órgão pertencente à Prefeitura Municipal de Cáceres, criado através da Lei nº 695 de 09 de maio de 1978, juntamente com o Museu Histórico. Nesse período houve uma avalanche de criação de arquivos, devido à uma preocupação com preservação da memória, nesse momento a cidade de Cáceres estava em festa com a comemoração do bicentenário da cidade, os dois órgãos foram criados juntos, como mais um dos eventos comemorativos do bicentenário de Cáceres, funcionando no mesmo espaço físico onde hoje encontra-se o Museu. Desde a sua fundação o Arquivo passou por várias modificações, tanto na parte da estrutura física, quanto no corpo humano e administrativo, e ainda na parte documental. O acervo documental é composto de documentos escritos, expedidos e recebidos pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal, desde a sua criação, como Intendência Municipal de Cáceres em 1890, até os dias atuais. Documentos escritos expedidos e recebidos da Câmara Municipal de Cáceres, que datam de 1860 a 1900. Documentos, em quantidade bem irrelevantes, emitidos pelo Fórum de Cáceres, Títulos de Eleitores, e comprovantes de votação (década de 1970 e início da década de 1980), e ainda Certidões de Nascimentos e Óbitos do Cartório, que datam o final do século XIX e início do XX. Quanto aos Jornais existem exemplares de jornais de Cáceres do início do século XX: Argos, A Razão e Fronteira, bem como do final do século XX e início do XXI: Correio Cacerense, O Cacerense, A Folha do Povo, O Texto, A Notícia, O Dia e A voz dos Municípios. Jornais de circulação estadual e nacional, como: A Gazeta, O Estado de Mato Grosso, Diário de Cuiabá, Tribuna Cuiabana, Diário Oficial, O Estado de São Paulo e A Folha de São Paulo. Quanto às fontes iconográficas, são de eventos comemorativos ligados à Prefeitura que datam das décadas de 1980 e 2001, são inaugurações, lançamento de obras, eventos esportivos, projetos, festividades escolares, reuniões políticas, atividades culturais, desfiles, pavimentação de ruas, entre outros.

²⁶ A Fundação Cultural de Cáceres - FCC foi criada através da Lei nº 897 de 07 de março de 1983, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS, como uma entidade autônoma de âmbito municipal e duração indeterminada, regida por estatutos aprovados por Decreto do Prefeito Municipal, com autonomia e personalidade jurídica, como consta na lei, e com o objetivo de planejar, coordenar, executar e supervisionar programas culturais, estimulando por todas as formas as manifestações da cultura do povo, incentivando, adquirindo, mantendo e conservando obras de caráter artístico-cultural para a constituição do seu acervo e patrimônio. Nesta mesma lei transfere a esta Fundação os órgãos relacionados à cultura como: a Biblioteca, o Arquivo Municipal, Museu Municipal e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres. Esta Fundação nunca foi extinta, no ano de 2002, tudo que a ela pertencia passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, órgão gestor da administração pública direta da Prefeitura de Cáceres.

uma Revista ressaltando alguns patrimônios do município (ainda não tombados), chamada de Cáceres Bicentenária.

Foi formada uma Comissão responsável pelos festejos, à intenção era tornar o Aniversário de Cáceres,²⁷ um evento de amplitude regional/estadual, e durante o decorrer do ano de 1978 como inaugurações e criação de várias obras públicas e entidades governamentais, como o Museu Histórico de Cáceres e Arquivo Público Municipal.²⁸

Relacionando com o que estava ocorrendo no Brasil quanto às políticas de tombamento, apesar do Decreto-Lei que institui o então SPHAN, ter sido publicado na década de 1930, e a partir daí surgir uma instituição de proteção aos bens culturais,²⁹ em Cáceres até o ano de 1978 não havia sido realizado o tombamento de nenhum bem cultural, em nenhuma das esferas de governos, mesmo a política de tombamento do IPHAN no período já estar bem modificada:

[...] a monumentalidade construída em “pedra e cal”. Os bens escolhidos para representarem o passado em forma de patrimônio vão ter que se enquadrar nessa ótica. Um passado calcado em heróis e fatos referentes a uma só raça formadora de nossa cultura. Uma prática que vai privilegiar as construções religiosas, as militares, as residências senhoriais e os palácios ostentatórios de um poder centralizador e oligárquico e assim também estava definido o conceito de patrimônio que iria nortear os trabalhos do instituto até o início da década de 1970. [...] A mudança mais significativa nessa época, se deu devido à – mesmo que orientado para as construções – uma nova política de tombamentos que era dirigida e passava a preservação dos conjuntos e não mais as construções individuais (OLIVEIRA, s/d, p. 26 e 27)³⁰.

Durante os anos que o IPHAN esteve sob o Comando de Rodrigo de Melo Franco (1937-1967), o chamado Rodriguismo a política de “pedra e cal” prevaleceu e os tombamentos individualizados, embora sob a administração de Renato Soeiro (1967-1979) não tiveram tantas mudanças, a mais significativa delas foi à preservação de conjuntos arquitetônicos, entretanto, na cidade de Cáceres, a intenção de privilegiar o Centro Histórico como conjunto arquitetônico não foi

²⁷ Comissão do Festejo do Bicentenário de Cáceres – CFBCE. A comissão foi criada pela lei municipal nº 97, de 29 de agosto de 1977, sua composição contou oficialmente com 28 integrantes do poder público estadual, municipal, militares e membros da sociedade civil organizada, a frente dos trabalhos estava o Prof. Natalino Ferreira Mendes.

²⁸ Lei nº 695 de 09 de maio de 1978, *ibidem op. cit.*

²⁹ BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Rio de Janeiro, DF, 30 nov.1937.

³⁰ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. In: Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 29 - Bens Culturais e Ambientais.

Disponível na Internet:
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/326/167>

cogitado, embora o Marco do Jauru tenha sido tombado no período de implantação do Programa de Restauração e Preservação, por parte do Governo Federal no período de 1976/1979.³¹

O tombamento do Marco acontece baseado na política administrativa de Renato Soeiro, que consiste na descentralização das práticas de preservação, desenvolvimento de ações articuladas com os estados e os municípios, voltadas para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Aconteceu durante o período do governo militar, que na década de 1970, promoveu uma política de desenvolvimento econômico que atingiam muitas cidades consideradas núcleos e bens históricos.

Com a descentralização da política de preservação, o IPHAN solucionou seus problemas, com a desoneração de trabalhos tanto de identificação e tombamento quanto de recuperação de bens que eram enquadrados como valores locais e regionais. Além disso, acelerou a transformação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, balizador das práticas preservacionistas iniciais, para patrimônio cultural que passou a redirecionar as práticas institucionais, tornando-as mais abrangentes (ARRUDA, 2014, p. 45).

Conforme as reflexões de Arruda as práticas institucionais de tombamento no período anterior à Constituição Federal de 1988 em âmbito nacional foi ligada à concepção sobre o conceito de Patrimônio Cultural, voltadas aos “grandes feitos” e buscando o auxílio da população nas práticas preservacionistas, que “o importante na atribuição de valor de patrimônio era o reconhecimento de seus significados pela população, que também deveriam passar a ser participantes nas ações articuladas e sistêmicas e nos processos decisórios da preservação” (ARRUDA, 2014, p. 49), fato que não ocorreu em Cáceres, visto que foram tomadas atitudes de forma institucionalizada.

O que vale lembrar, conforme já referenciamos anteriormente, que a cidade de Cáceres segue a política nacional, o tombamento do Marco do Jauru em 1978, e os demais tombamentos ocorridos na década de 1980, são exemplos desse tipo de descentralização políticas, saindo dos grandes centros urbanos, para atingir municípios menores, seguindo a tendência a monumentalidade, exaltando as construções individuais e imponentes, típicas de padrões elitistas. Além do surgimento de uma instituição voltada para a Cultura no Município de Cáceres, fato

³¹ Programa Integrado de Restauração e Preservação. Ibidem op. cit. p. 27.

este que não existia até então, sendo o primeiro presidente e quem esteve à frente foi o professor Natalino Ferreira Mendes.³²

Trabalho conjunto dos Poderes Executivo e Legislativo, que esta subscreveu, levou-nos à elaboração de um projeto de lei criando a FUNDAÇÃO CULTURAL DE CÁCERES – FCC, a qual congregará todos os elementos da Cultura Cacerense – Biblioteca Municipal, Museu Histórico, Museu do Folclore, Arquivo Municipal e Projeto Memória, os quais passarão a ser responsáveis pela guarda e manutenção dos nossos valores históricos.

A Sede eleita para a FUNDAÇÃO CULTURAL DE CÁCERES será em definitivo o prédio do GOVERNO MUNICIPAL, situado na Praça Aníbal da Motta, Nº 206, nesta cidade, o qual, por si só, já constitui parte do acervo da FCC.³³

Como afirmamos anteriormente, as políticas culturais, que ressaltavam a tradição abrangendo uma cultura elitizada, não se deram de forma isolada, ou seja, o que vinha acontecendo em Cáceres, estava ligada às políticas públicas implementadas pelo Governo Estadual e Federal, posto que nesse mesmo período ocorresse a criação da Fundação Cultural de Mato Grosso.³⁴ Inclusive dentro das políticas macro, implantadas pelos governos civis e militares, (1964-1985).³⁵ A cidade de Cáceres, no mesmo período buscou uma tentativa de se estruturar aos moldes organizacionais, preocupando-se em instituir instrumentos públicos de organização social, criando leis, instituições e organismos como a Lei Orgânica Municipal.

Nas décadas seguintes foi formada a Comissão Especial de Preservação e Tombamento – CEPT, promovendo o tombamento de 47 imóveis (estamos contando os dois tombamentos realizados) situados na região central da cidade e outros, o tombamento municipal e estadual, para posteriormente, só no ano de 2010 foi realizado o tombamento Federal do Centro Histórico de Cáceres, que foi homologado pela Presidência da República no ano de 2012.

Justamente após o tombamento do marco, influenciados pelas políticas públicas de incentivo à cultura, grupos políticos que faziam parte do executivo municipal, liderados pelo Prof. Natalino Ferreira Mendes, na busca da preservação

³² A Fundação Cultural do Município de Cáceres foi criada através da Lei nº 897 de 07 de março de 1983. PMC.

³³ PMC. Ofício de encaminhamento do Projeto de Lei que cria a Fundação Cultural do Município de Cáceres, enviado para a Câmara Municipal de Cáceres no dia 11/03/1983 e aprovado por unanimidade na Sessão de 14/03/1983.

³⁴ Fundação Cultural de Mato Grosso criada em 1975 e instituída a lei estadual de nº 3.774 de 1976, de preservação do patrimônio histórico e artístico.

³⁵ Para maiores informações ver: ARRUDA, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação.

de bens culturais com tendência a monumentalidade de “pedra e cal”, promoveram leis e organismos de proteção ao Patrimônio Cultural na cidade de Cáceres, sendo privilegiadas as construções de influências Neoclássica e Eclética, na sua maioria, algumas construções de estilo colonial, como neocolonial e gótica/neogótica tem um único imóvel de cada, e ainda os imóveis no estilo *art decó* são preteridos, uma das hipóteses é por essas construções serem mais recentes datando as décadas de 1940 e 1950. Para a preservação desses bens culturais o Município promulga a legislação do tombamento municipal a Lei nº 891, que une as leis vigentes, e institui uma política de proteção aos bens culturais da cidade de Cáceres/MT:

Art. 2º- Fica instituído na Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Cáceres, destinado a promover a identificação, proteção, registro e fiscalização dos bens de valor histórico artístico ou monumental, bem como dos locais de interesse turístico e paisagístico, para fins culturais e recreativos, da coletividade em geral.

Parágrafo Único – Os bens e os locais a que se refere este artigo, que devam ser conservados pela Municipalidade, no interesse público, serão definidos em decreto pelo Prefeito Municipal, com base em parecer de Comissão especial, para tal fim constituída, notificando-se os proprietários respectivos, para os efeitos de direito.³⁶

A Lei Municipal nº 891, de 16 de Novembro de 1982 foi responsável pelas políticas de tombamentos municipais, sugerindo a criação de um aparato de gestão, tal qual o então SPHAN³⁷, considerada pelos protagonistas do momento como uma Lei ímpar, pois ela cria o Livro do Tombo e copiam itens constantes na Lei Federal, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, posteriormente transformado em

³⁶ PMC. Lei nº 891, de 16 de Novembro de 1982, da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT. “A Lei Municipal nº 891, de 16 de novembro de 1982, alterou o artigo 144 do Código de Obras do Município⁷³ e instituiu novos procedimentos acerca dos usos e ocupações do solo urbano e da preservação do patrimônio cultural na cidade, dialogando com as recomendações básicas instituídas pelas normas federal e estadual. Para preservação de áreas urbanas como patrimônio, foram estabelecidas nessa instância governamental algumas normas e procedimentos para consulta prévia de projetos de construção, reformas e reconstrução dos imóveis. Esses deveriam “obedecer, obrigatoriamente, às exigências da estética urbana, não só quanto às fachadas visíveis dos logradouros, como também no tocante ao aspecto de sua harmonia com as construções vizinhas” (Lei municipal, nº 891, de 1982).” ARRUDA, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação.

³⁷ “Esse Serviço, que nunca chegou a ser implantado, deveria contar com estrutura composta por uma comissão especial, com funções consultivas e deliberativas, ou seja, com o propósito de, além de subsidiar os estudos e gestão local também “promover a identificação, proteção, registro e fiscalização dos bens de valor histórico, artístico ou monumental, bem como dos locais de interesse turístico ou paisagístico, para fins culturais e recreativos da Coletividade em geral”. ARRUDA, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN³⁸. É salutar ressaltar a importância deste documento da década de 1930 e em vigor até a presente data, sem grandes modificações, sendo este um instrumento de proteção futurista para o período que foi criado. A sugestão de formação de Comissão Especial mencionada na Lei nº 891/1982 foi posta em prática, nos anos seguintes e através do Decreto nº 185 de 19 de Abril de 1994, cria-se a Comissão Especial de Preservação e Tombamento – CEPT.³⁹

Estabelece normas complementares, bem como promover a organização das ações de proteção e preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico do Município de Cáceres e Institui a Comissão Especial de Preservação e Tombamento (CEPT), toma outras providências.

Vale ressaltar a importância da criação da Comissão Especial de Preservação e Tombamento – CEPT, por se tratar de um organismo consultivo e deliberativo de ações de preservação, e por afirmarmos que a preocupação com o Patrimônio de Cáceres/MT, veio anterior à Constituição de 1988, criando a CEPT, como se fosse um conselho ou mesmo um órgão municipal para a defesa do Patrimônio Histórico da cidade. Esta Comissão teve o seu auge nas décadas de 1980 e 1990, como a Fundação Cultural de Cáceres – FCC foi importante em 2002 para a efetivação do tombamento estadual. Nesse mesmo ano de 2002, a Cultura é desvinculada da Secretaria de Educação e Cultura - SMEC, sendo criada a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer - SMECL, com a Divisão de Patrimônio Histórico – DPH, por vezes almeçadas, como na Lei nº 891/1982 e demais órgãos existentes que pertenciam à Fundação Cultural de Cáceres, passando para ao status de Secretaria.⁴⁰

No entanto, a implementação desta estrutura enfrentou diversos problemas, não sendo efetivada a criação da Divisão de Patrimônio Histórico devido a limitações ligadas à falta de autonomia e de recursos financeiros e humanos. Mesmo assim, a partir desse aparato jurídico-institucional, entre 1982 a 1987, a administração municipal impediu reformas e demolições de alguns imóveis, sem usar o instrumento de tombamento. O critério de valoração para a preservação foi a história “tradicional” disseminada por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), a

³⁸ OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 29.

³⁹ PMC. Decreto nº 185 de 19 de Abril de 1994.

⁴⁰ O Decreto nº 185/94, sofre a primeira alteração por meio do Decreto nº 462 de 13 de novembro de 2002, que altera alguns membros (de 12 para 19 membros), que tem a segunda alteração através do Decreto nº 404 de 16 de agosto de 2006, neste ato informando a extinção da Fundação Cultural de Cáceres com a criação da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer e estabelece 20 membros para a composição da CEPT. A última alteração do Decreto de criação da CEPT foi através do Decreto nº 735 de 26 de novembro de 2010, que modifica alguns dos componentes, tendo em vista a substituição de alguns órgãos que não eram membros natos e sim representantes da sociedade civil organizada, obedecendo ainda critérios de interesse nos tombamentos realizados.

exemplo dos prédios da esquina das ruas Cel. José Dulce e General Osório, que conforme Mendes (2009, p. 157), eram de inegável “significação histórica” por causa dos seus valores arquitetônicos, e servirem de referência das famílias que exerceram regionalmente funções políticas (ARRUDA, 2014, p. 84).

A não criação da Divisão de Patrimônio Histórico ligado ao órgão gestor municipal, de 1982 a 1987, fez com que a CEPT tivesse autonomia para agir no que tange ao Patrimônio Cultural do Município de Cáceres, subsidiada pela Fundação Cultural de Cáceres - FCC, suas ações acabaram por ser de forma isolada, com a tendência a monumentalização.

Amparados pelas políticas públicas estaduais,⁴¹ mas ainda diante das condições locais, se deu os tombamentos, no caso em 1987 e 1991, com a assinatura do Convênio de Cooperação Cultural: Cadastramento do Centro Histórico de Cáceres, entre as esferas de governo estadual e municipal, com a colaboração do Governo Federal, em que o Centro Histórico e a Fazenda Jacobina, fazenda esta situada nas imediações da cidade de Cáceres e núcleo embrionário da cidade, uma sesmaria pertencente originalmente à família Pereira-Leite, de estilo arquitetônico colonial, estavam entre os bens de interesse, juntamente com o Centro Histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade, localidade situada na região do Guaporé e primeira capital de Mato Grosso.

As informações sobre o primeiro tombamento que a cidade de Cáceres teve entre as décadas de 1980 e 1990 são interessantes e bem abordados nos estudos de (ARRUDA. 2014 cap. 3), embora tenhamos conhecimento de como se deu o processo e ainda tenhamos a cópia do Inventário dos imóveis tombados, não é o nosso foco no presente trabalho, nesse texto abordaremos como se deu e quem foram os protagonistas da ação, que se constituiu em uma equipe multidisciplinar, responsáveis pela efetivação do inventário, composta por arquitetos, historiador e desenhista, membros da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Fundação Cultural de Mato Grosso e da recém-criada Fundação Cultural de Cáceres.

E mesmo com as políticas institucionais tendo sido modificadas, o grupo que fez o estudo e elaborou o inventário seguiu com a tendência a monumentalização,

⁴¹ “Decreto Estadual nº 1.363/81, voltadas para agenciar a identificação e inventários dos bens culturais no estado de Mato Grosso. Para isso, posteriormente a FCMT estabeleceu em seu Plano de Trabalho (1988/1990), o “Programa de preservação do patrimônio cultural do Estado”, sendo definido a partir dos subprogramas: 1) Pró-Emergência; 02) Pró-Monumento; 3) Pró-Conservação; 4) Pró-História; 5) Pró-Cadastro.” ARRUDA, Renato Fonseca de. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação.

por mais que no período tenham demarcado o Centro Histórico, produziu o inventário dos bens culturais patrimonizados individualmente, privilegiando a área de fundação da cidade e os estilos arquitetônicos com tendência a monumentalidade. Isso se deu principalmente pela própria formação dada aos técnicos do SPHAN/Pró-Memória, seguindo a política de preservação pela qual a maioria dos imóveis é de estilo arquitetônico que atestavam a condição social dos proprietários das casas comerciais do século XIX e início do XX (Neoclássico e Eclético), optando por não eleger as edificações de tipologia colonial, que tinham em maior número na cidade na qual a Comissão com o intuito de sensibilizar a população local para a preservação dos seus bens culturais, na tentativa de legitimar essas ações presa “a história e a identidade de Cáceres”, como se a história e a identidade tivesse vinculada apenas a magestosidade dos palacetes na região central da cidade, acreditamos por não ser visíveis aos visitantes e turistas. A intencionalidade da Comissão em transformar a cidade como parte de um contexto turístico, histórico e cultural é válida, nesse momento cogita-se a criação de uma Secretaria de Turismo com o intuito de desenvolver as potencialidades do município, entretanto diante do cenário, torna-se questionável, pois poderiam ter ampliado o próprio contexto histórico, privilegiando em maior número as moradias construídas pelos primeiros habitantes desta urbe e mesmo os imóveis de estilo art decó, que nenhum deles entrou no rol dos imóveis tombados individualmente.

Foi realizado o cadastramento de parte do sítio histórico do município de Cáceres, como traz a matéria do Jornal Correio Cacerense de 02 de Junho de 1988,⁴² informando a delimitação da área, citando ainda as Fazendas: Jacobina, Ressaca e Facão, e que conseguiram cadastrar 100 imóveis entre particulares e públicos, mas que o número poderá ser reduzido para 70, após a seleção desses, o que resultou em 41 imóveis, que segundo os técnicos possibilitavam uma leitura mais completa do acervo.

A Divisão de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural de Mato Grosso, com apoio da Prefeitura Municipal e da Fundação Cultural de Cáceres, concluiu no último dia 27 a primeira etapa do inventário cadastral do sítio histórico desta cidade. De acordo com informações do arquiteto Paulo Antunes Maciel, diretor da Divisão, a área delimitada para o trabalho de levantamento abrangeu a rua Quintino Bocáuva (antiga rua da Manga) até a praça Duque de Caxias, com inclusão do bairro da Cavahada, além das Fazenda Jacobina, Ressaca e Facão. Acompanhado pela arquiteta Zélia

⁴² Jornal Correio Cacerense. **Fundação Cultural cadastrou parte do sítio histórico do município de Cáceres**. Cáceres: Quinta Feira, 2 de junho de 1988, p. 05.

Maísa Costa Marques, da Fundação Cultural do Estado, a serviço da Prefeitura, e munido com uma máquina fotográfica, Maciel percorreu toda a área na última semana conseguindo cadastrar cerca de 100 imóveis, aumento que poderá ser reduzido para 70 imóveis, após criteriosa seleção a ser feita por técnicos da instituição mato-grossense e do Ministério da Cultura. (...) Na opinião do arquiteto, Cáceres possui uma arquitetura que não pode desaparecer, sob pena de a cidade e sua população perderem à sua identidade histórica e cultural. Lembrou ainda que atos de preservação e, no futuro de tombamento pelo Estado não significam a retirada do imóvel de seu proprietário. São na verdade medidas que lhe possibilitarão explorar o imóvel sem descaracterizá-lo.⁴³

Nesse momento cogitou-se uma delimitação de uma área para o tombamento do Centro Histórico, tendo sido elaborado alguns mapas já fazendo referência ao perímetro de tombamento, entretanto não houve sua efetivação. E como podemos perceber o tombamento foi realizado pelo município, apesar de que não foi realizado com técnicos pertencentes à municipalidade, até porque a Prefeitura Municipal de Cáceres – PMC, não possuía no momento nem mesmo um corpo de servidores efetivos (o primeiro concurso público ocorreu no ano de 1993), quanto mais de equipe técnica e gerencial para a realização do inventário dos imóveis, necessitando para tanto do aparato técnico do Estado.

O tombamento pelo Estado se deu em dois momentos no ano de 1991, a Secretaria de Estado de Cultura – SEC, influenciadas pelo inventário realizado nos anos anteriores, tombou provisoriamente, com a vigência de 360 dias o sítio histórico,⁴⁴ delimitando a área de tombamento, utilizando alguns critérios de exigências a mais que a comissão do primeiro tombamento, “priorizou em aspectos estético-estilísticos baseando-se nas concepções de monumentalidade, autenticidade e/ou originalidade.” (ARRUDA, 2014, p. 97). Entretanto, havendo expirado o prazo, na qual através do “Ofício nº 1166/93-GP, de 22/07/93 encaminhado à FCMT, solicitavam a prorrogação da validade do tombamento” (ARRUDA, 2014, p. 98). Em resposta ao Ofício, a Fundação Cultural de Mato Grosso, informa que não havia necessidade de prorrogação em 04 de novembro de 1993, e emite um parecer favorável para que o tombamento estadual se efetive definitivamente.

É nessa ocasião, em que se pleiteava o tombamento estadual, de forma definitiva, que temos a primeira solicitação do tombamento do Conjunto arquitetônico e não mais dos imóveis individualizados. A emissão de um documento, por parte do

⁴³ Ibidem Op. Cit.

⁴⁴ SEC. Portaria nº 76/91 da Fundação Cultural de Mato Grosso.

então Prefeito Municipal, Antônio Fontes, baseado no inventário realizado em 1988, solicita o Tombamento Federal, em que o IPHAN emite um Parecer Técnico, de forma desinteressada por parte de órgão de proteção e sugere o fortalecimento dos tombamentos municipais e estaduais, solicitando maior embasamento para dar sequência ao Tombamento Federal, embora esse mesmo documento foi responsável por tal ato, pois devido a esta provocação, esse mesmo documento foi utilizado para reabrir o Processo 10 anos depois.

Ao cumprimentar cordialmente V. S.^a, encaminhamos lhe os documentos referentes ao levantamento da parte mais expressiva do patrimônio edificado urbano do Município de Cáceres, e vimos solicitar desse respeitável órgão, seja viabilizado estudo com vistas a efetivação do tombamento a nível Federal de um conjunto de 42 (quarenta e dois) imóveis, que, além de serem individualmente expressivos quanto a sua arquitetura, compõem um conjunto íntegro e harmônico. Justificativas históricas não faltam. O Município representa a consolidação das fronteiras brasileiras na região mais ocidental do Pantanal Matogrossense. Fundada às margens do rio Paraguai, Cáceres enquanto núcleo urbano, possui um dos seus bens culturais mais representativo o complexo urbano ora apresentado.⁴⁵

Essa solicitação do Prefeito de Cáceres, no ano de 1993, apenas atesta o interesse por parte dos gestores municipais do período de 1988 a 1996, que justificavam a importância do tombamento federal, como uma maneira de proteger a história e a cultura, em outras instâncias, acreditando que as pessoas valorizassem mais a partir de que o órgão responsável na esfera federal legalizasse não só os imóveis individualizados e sim o conjunto arquitetônico embrionário da cidade de Cáceres. É importante enfatizar que esses Prefeitos (indicados ou eleitos) possuíam forte vínculo gentílico, que é uma característica também do gestor de 2009 a 2012 (por ocasião da efetivação do tombamento federal, já na gestão do Prefeito Túlio Fontes).

Como afirmamos anteriormente as ações realizadas pela CEPT, fora de proteção e guarda dos imóveis inventariados e tombados individualmente, amparadas pela Legislação vigente, que após a década de 1990 aprovou e pôs em prática a Lei Orgânica do Município de Cáceres de 05 de Abril de 1990, e o Código de Obras e Posturas Municipais - COPM,⁴⁶ promulgado através da Lei

⁴⁵ PMC. Ofício nº 1949/93-GP, em 1º dezembro de 1993. De Antonio Carlos Souto Fontes, Prefeito Municipal à Maria Clara Migliácio - Diretora da 18 SR-II do IBPC - Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. Processo nº 01458.00043/2007-64.IBPC/14CRDF. R. 00061/94.

⁴⁶ PMC. Lei Complementar nº 12 de 21 de dezembro de 1995, em vigor até a presente data, e conforme os técnicos do IPHAN, muito completo, que dá respaldo as políticas de tombamento, e ainda justificam que essa legislação é que amarra as formas de proteção em Cáceres.

complementar nº 19 de 21 de dezembro de 1995, que revogou a lei municipal nº 137/1961. Através de um Convênio com o Departamento de História da UNEMAT, ampliou os bens protegidos para 47 imóveis, esses tombamentos foram ainda mais ampliados em 2002, até chegarmos ao conjunto arquitetônico de 2010.

E assim no ano de 2002, a Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado de Cultura, através da Portaria Estadual nº 072/2002, de 04 de abril de 2002, realizou em definitivo o Tombamento dos 47 imóveis, utilizando o inventário cadastral de 1987, definindo a área considerada como Centro Histórico de Cáceres e entorno, mas tombando os imóveis ainda de forma individualizada, “totalizando uma área de 308.316,91 m² e seu entorno com abrangência de 438.450,00 m²” (ARRUDA, 2014, p. 114).

Logo em seguida foi criada a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, como órgão responsável pela Cultura no município, não sendo elaborada nenhuma Lei para extinguir a Fundação Cultural, que simplesmente deixou de existir, através da Lei nº 1.845 de 26 de agosto de 2003, como órgão da Administração Municipal com a finalidade de fomentar as práticas desportivas formais e não formais, as atividades culturais e de lazer e outras que pelas suas características se enquadrem na sua competência.

Tanto a CEPT, quanto a Fundação Cultural, nunca foram extintas, embora através do Decreto nº 404, de 16 de agosto de 2006, cita a substituição da Fundação pela Secretaria, enfatiza “CONSIDERANDO que a Fundação Cultural de Cáceres teve sua extinção com a criação da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer”. Esse Decreto foi uma das tentativas de recomposição da CEPT, que teve seu período áureo no primeiro tombamento e no tombamento temporário, e suas reuniões passaram a ser mais esparsas, algumas das suas ações foram passadas para o Conselho Municipal de Cultura. Houve uma tentativa de reconstituição em 2002, através do Decreto nº 462, em 2006 e a última recomposição através do Decreto nº 735 de 26 de Novembro de 2010, quando houve o processo de tombamento do Centro Histórico a nível Federal.

Esta última recomposição⁴⁷, nunca chegou mesmo a dar Posse aos seus Membros, ocorrendo que por Ato Normativo nº 001/13 de 02 de janeiro de 2013,

⁴⁷ PMC. Decreto nº 735 de 26 de novembro de 2010.

uma recomposição de uma Comissão Pró-Tempore⁴⁸, que deliberou sobre a instalação de duas Lojas de Comércio em Cáceres, no caso Lojas Americanas e Casas Bahia.⁴⁹ Ou seja, as ações relacionadas ao Patrimônio de Cáceres se deram de forma legalizada, mas apenas em âmbito institucional, privilegiando interesses econômicos, esquecendo o aspecto cultural.

Temos também a aprovação do Plano Diretor, em 2010, através do estudo do desenvolvimento urbano da cidade de Cáceres, neste momento já utilizando de tecnologias de georeferenciamento, através da Lei Complementar nº 90 de 29 de Dezembro de 2010. Atualmente a Prefeitura de Cáceres, em parceria com a UNEMAT, buscam realizar um novo Plano Diretor, que também foi realizado sem a participação popular, operando apenas de forma institucional, e preenchimento de um cadastro multifacetário e tecnologias avançadas de computação gráfica.⁵⁰

Um dos instrumentos que deu respaldo às políticas protecionistas, como os tombamentos municipal e estadual, e baseou o Plano Diretor foi a Lei Orgânica Municipal,⁵¹ de 05 de abril de 1990, que seguia a Constituição Federal de 1988, recentemente promulgada, trazendo em seu bojo os artigos 215 e 216, dando ênfase à preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. Essa Lei deu enfoque para além dos patrimônios edificados, os sítios arqueológicos de Descalvados, Barranco Vermelho e Morro Pelado, bem como a título de incentivo fiscal para que os proprietários preservassem seus imóveis tombados, garantiu a isenção de IPTU, tendo como base o tombamento municipal, pois garantiu apenas a esses imóveis tombados individualmente na década de 1990.

No ano de 2006, o IPHAN retomou os estudos, diante do fortalecimento das políticas culturais no país, utilizando como base os tombamentos realizados em 1994 e 2002, houve a contratação de uma empresa especializada em estudos culturais, supervisionada pela Sub-regional do IPHAN em MT, que logo em seguida virou Superintendência. É importante informar que os critérios de análise utilizados foram mais meticulosos que os tombamentos anteriores.

A partir desses estudos foi aberto no IPHAN o Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, denominado de

⁴⁸ PMC. Ato Normativo nº 001/13 de 02 de janeiro de 2013.

⁴⁹ Nessa Comissão Pró-Tempore fiz parte, representando a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.

⁵⁰ PMC. Lei Complementar nº 90 de 29 de Dezembro de 2010.

⁵¹ CÁCERES, (Município). Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 . Na época esta Lei foi amplamente divulgada, sendo produzido inclusive publicação em forma de livreto, distribuída nas repartições públicas de Cáceres.

Processo de Tombamento nº 1.542-T-07, *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres*.⁵² Com a abertura do Processo de Tombamento, foram iniciados os procedimentos internos de discussão sobre a pertinência do tombamento federal dentro do IPHAN, surgindo concepções divergentes acerca de alguns valores e convergentes em outros.

Na análise dos documentos submetidos à área central do IPHAN, o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), o mesmo entendeu como incontestável o valor histórico do sítio urbano de Cáceres em função da “posição estratégica na ocupação do território brasileiro”, assim como o valor urbanístico, tendo em vista a sua formação ter seguido as definições estabelecidas na Ata de Fundação de 1778. O que o levou a destacar os preceitos que orientavam as definições de sítio histórico urbano como “testemunho de um processo de organização social”,⁵³ por isso, ele constituía um “documento histórico” e a cidade por si, um “documento da história urbana do país”.⁵⁴

Por outro lado, os valores arquitetônico, urbanístico e paisagístico, que apresentavam critérios técnico-conceituais consolidados regionalmente, assim como a delimitação dos perímetros do sítio histórico e seu entorno, foram considerados insuficientes ou pouco claros. Os aspectos urbanísticos careciam de informações acerca do tecido urbano, o papel desempenhado pelo meio físico na constituição da forma urbana, o parcelamento, volumetria das edificações. O acervo arquitetônico identificado, por meio dos estudos desenvolvidos pelos governos estadual e municipal em 1987 e 1996, foi considerado insuficiente para sua utilização como parâmetro na delimitação dos perímetros do sítio histórico e seu entorno. Para a delimitação do sítio a ser tombado o DEPAM sugeriu o uso de elementos geográficos e a planta e o traçado histórico de 1907, elaborada pela Comissão Rondon⁵⁵ (Figura 32), presente no Parecer 05/2010.⁵⁶ (ARRUDA, 2014, p. 118 e 119).

O estudo realizado por Renato Arruda com a ampla documentação do período retrata *ipsis litteris* o Tombamento Federal, destacando a Nota Técnica⁵⁷ expedida pelo órgão de proteção, que nortearam a proposta do tombamento, que o período

⁵² Referência da citação (ARRUDA, 2014). ANEXO 02. Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

⁵³ Referência da citação (ARRUDA, 2014). Memo. nº 21/2007 HMS/GPrT/DEPAM. Assunto: Processo de tombamento nº 1.542-T-07, de 10/12/2007. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. fl. 142

⁵⁴ Referência da citação (ARRUDA, 2014). PARECER Nº 05/2010, de 08 de abril de 2010. Helena Mendes dos Santos. Assunto: Processo de Tombamento nº 1.542-T-07. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

⁵⁵ Referência da citação (ARRUDA, 2014). Memo. nº 176/2007 JKEA/GPrT/DEPAM. Jurema Kopke Eis Arnout – JKEA. Assunto: Processo de tombamento nº 1.542-T-07, de 06/10/2007. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

⁵⁶ Referência da citação (ARRUDA, 2014). PARECER Nº 05/2010, de 08 de abril de 2010. Helena Mendes dos Santos. Op. Cit.

⁵⁷ NOTA TÉCNICA: referente à apreciação da instrução do processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres. Maria Clara Migliácio. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. Vol. I, fl. 154 .

sugerido para delimitar a área foi à planta de São Luiz de Cáceres de 1905⁵⁸, acrescentando informações aos imóveis inventariados, ressalta a visita técnica da equipe do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM e da Sub-regional do IPHAN, com o propósito de “realizar o levantamento fotográfico e cartográfico, e (re) delimitar as propostas de tombamento e entorno, com tecnologias digitais e espaciais de levantamento geográfico” (ARRUDA, 2014, p. 121).

Os técnicos do IPHAN consideraram a área delimitada a priori “demasiadamente grande”, preocupados com a gestão da área por parte do poder público municipal, bem como os estudos realizados nas décadas de 1980 e 1990, não supria a necessidade, se considerassem o perímetro desse período, havia a necessidade de realizar outros estudos, pois em toda a área embrionária da cidade ocorreria mudanças.

A área tombada pela esfera Federal⁵⁹ ficou maior do que a área delimitada pela esfera estadual, mesmo que conforme as orientações técnicas de que um perímetro muito extenso tornaria a proteção mais difícil de ser executada, privilegiou-se a gênese da cidade, levou-se em conta o maior número de imóveis de tipologia arquitetônica, influenciada pelos padrões estilísticos europeus, não fugindo aos apelos dos padrões coloniais, inclusive, tendo muitos imóveis na área de estilo mais contemporâneo, incluindo no caso o patrimônio genético,⁶⁰ pois na área de entorno ficou a ilha da Baía do Malheiros, com o objetivo de proteger da especulação imobiliária, pois na região da ilha fluvial, funcionou durante anos um restaurante chamado de Mini Praia, não podendo ser utilizada para esses fins a partir do ano de 2000, quando esta é transformada em Reserva Biológica.⁶¹

Após o tombamento federal, demorou um pouco para que as pessoas tomassem consciência do que havia ocorrido até porque a homologação do tombamento só ocorreu um pouco depois em 26 de junho de 2012, pela presidente Dilma Roussef “Cáceres, em MT, é declarada patrimônio cultural do Brasil. A cidade de Cáceres, em Mato Grosso, foi declarada patrimônio cultural do Brasil. Segundo nota

⁵⁸ Perímetro sugerido para tombamento federal a partir da “Planta da cidade de São Luiz de Cáceres 1905”. Reconhecimento de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – Planta de Reconhecimento de São Luiz de Cáceres a Rosário. Fonte Museu do Exército – RJ; In: Processo n. 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN. Vol. I, parte VI, fl. fl.191.

⁵⁹ Para análise do perímetro de Tombamento do Centro Histórico ver: Figura 03.

⁶⁰ Termo utilizado quando nos referimos ao Patrimônio Natural, *ibidem* op.cit.

⁶¹ PMC. Lei nº 1.646, de 03 de abril de 2000. Cria Reserva Biológica da Baía Mini Praia e dá outras providências.

divulgada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁶², assim no ano de 2012, foi formado o Grupo de Trabalho para a Promoção e Defesa do Centro Histórico, realizando estudos e ações visando a sensibilização sobre as questões patrimoniais.

Esse grupo obteve respaldo da Superintendência do IPHAN em Mato Grosso, com visitas constantes da equipe técnica ocorrendo a primeira tentativa de trabalhar a educação patrimonial, com um Curso Ministrado pelo então Mestrando e bolsista do órgão de proteção Renato Arruda e a Marina Duque C.A. Lacerda – Superintendente SE/IPHAN – MT. Inclusive houve a tentativa de por em prática um Acordo de Cooperação entre a Prefeitura de Cáceres e o IPHAN, para montar um escritório em Cáceres, nas dependências da SEMATUR para atendimento mensal à população, cuja Minuta do Termo já vinha sendo estudada desde 2011, protocolada sob nº 19506, de 29 de agosto de 2011, essas tentativas não tiveram o sucesso almejado.

Os anos seguintes foram se disseminando um discurso do IPHAN como não aliado da população, nas várias vezes em que estiveram presentes e buscando direcionar as ações preservacionistas, membros da sociedade local acabaram por afastar e denegrir a imagem do órgão de proteção junto à população, o que acabou por afastá-los da cidade.

Em 2015 surgiram ações por parte de algumas pessoas, lideradas pelo Felipe Antonio de Abreu Mascarelli, Procurador Federal, com formação acadêmica em Direito e História, conduzindo um grupo bem diversificado por meio do que se intitulou “Cáceres Mais Viva”, que também não durou muito. E por fim nos anos de 2016 e 2017 a tentativa de técnicos da UFMT de construir uma regulamentação para o Centro Histórico, através dos Encontros do Patrimônio Cultural (I, II e III, em maio e dezembro de 2016 e abril de 2017), buscando aproximar a população das ações institucionais e normatizar até mesmo os imóveis considerados mais modernos que estão dentro da área de tombamento federal.

Nesses três últimos anos, os imóveis no Centro da cidade em estado de destruição aumentaram, surgiram associações como a Associação do Centro Histórico de Cáceres – ACHIC, atuando a princípio tentando retirar o comércio ambulante do centro da cidade, e posteriormente se transformando em uma associação de bairro,

⁶² Jornal eletrônico de 10/12/2010, no sítio eletrônico.
<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/12/caceres-em-mt-e-declarada-patrimonio-cultural-do-brasil.html>.

sempre presente em ações que se refiram ao patrimônio da cidade. Recentemente em finais de 2017 até a data atual de 2018, houve um estudo por parte de alguns componentes da Comissão Pró-tempore e a CEPT, está tentando se organizar novamente, após esse longo período (2010-2018) que ficou inativa.

O IPHAN, por meio dos seus técnicos devido o distanciamento da população local, ficou restrito apenas às questões técnicas, quando procurado por meio da Prefeitura, que mais uma vez, através de uma reforma administrativa, transferiu a pasta da Cultura para a Secretaria de Turismo, desvinculando-a do Esporte, passando a atuar como Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a partir de 01 de Janeiro de 2018.⁶³

As políticas públicas de tombamento se realizaram em âmbito técnico e institucional, esquecendo-se de desempenhar sua função social junto à população cacerense, o que se percebe é um distanciamento entre os bens culturais protegidos e a população local, não produzindo “[...] o sentimento de identidade com a cidade e seus elementos culturais” (SANTOS, 2007, p. 151).

Diante de todas as informações citadas acima vemos o quanto os representantes do poder público local buscaram por meio técnico e institucional criar aparatos, leis, órgãos e instrumentos de proteção ao patrimônio cultural de Cáceres, em esferas municipal, estadual e federal, o que esqueceram foi de desenvolver políticas educacionais entre a população local que promovessem entre os educandos desde os anos iniciais de ensino de conhecimento sobre a história de Cáceres e o seu patrimônio cultural.

Nesse sentido, entra a educação patrimonial, através da escola surgiu à ideia de modificarmos a percepção atual que grande parte dos que habitam a cidade de Cáceres possuem, se trabalharmos com os alunos história local e a importância dos bens culturais, podemos construir várias concepções sobre a cidade que praticamos, pois:

[...] A escola tem um papel social muito importante, é um local de aprendizagem, de formação, tem um compromisso com os alunos, com o currículo, com a comunidade, é um local de conhecimento, de descobertas e de críticas. As práticas pedagógicas têm que se ater ao currículo, mas, com a incorporação dos temas transversais, pode trazer o cotidiano dos alunos para a escola; contudo, as disciplinas não podem ser desprezadas ou substituídas [...], porém pode-se construir uma ponte com a vivência coletiva e/ou individual do aluno (SANTOS, 2007, p. 152).

⁶³ PMC. Lei Complementar nº 115 24 de julho de 2017.

Na disciplina de História, os professores e os alunos são agentes do ensino-aprendizagem, a educação patrimonial, inclusive em conjunto com outras disciplinas, para além e baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, dentro dos Temas Transversais, e mais precisamente, com a temática da Pluralidade Cultural, cuja finalidade é “[...] promover a compreensão dos valores que envolvem os bens patrimoniais junto à comunidade, para que esta seja uma parceira na luta pela preservação do patrimônio cultural” (SANTOS, 2007, p. 153).

Fato este não acontece no município de Cáceres, que também possui bens tombados pela municipalidade de forma isolada como a igreja da Comunidade do Taquaral,⁶⁴ percebe-se ao analisar a ampla documentação que de início, a sociedade cacerense tomado por um sentimento nostálgico dos períodos considerados áureos, bem como pela tendência do momento de monumentalização, ocorrida entre as décadas de 1970 e 1990, por mais que as políticas de tombamentos se dessem de forma institucionalizada, havia o sentimento de documento/monumento/memória.

Embora o reconhecimento da importância da educação para preservar o patrimônio cultural do Brasil estivesse presente desde o início do funcionamento do SPHAN, o órgão federal pouco fez para a formulação e aplicação de ações educativas.[...] Por isso muitos autores afirmam que a temática da educação patrimonial surgiu de forma contundente somente ao longo dos anos de 1980 (SILVA, 2014, p.55).

Na cidade de Cáceres, quase que não houveram ações voltadas para educação patrimonial, além das desenvolvidas pela Escola Estadual Onze de Março, através do Curso Técnico em Meio Ambiente, temos ciência do Projeto desenvolvido pela professora adjunta da UNEMAT, Raquel Tegon de Pinho, com o PIBID. Os projetos do City Tour desenvolvidos nos Festivais de Pesca de 2014, 2015, 2016 e 2017; o Curso de Educação Patrimonial desenvolvido pelo IPHAN, ministrado pelo Renato Arruda aos alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente e do Colégio Imaculada Conceição – CIC, o Mais Educação desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, o Cáceres Mais Viva, orientado pelo Procurador Federal Felipe Mascarelli, ainda o Projeto do SERGEO liderados pela Prof.^a Sandra Mara Alves da Silva Neves, do Departamento de Geografia da UNEMAT.

⁶⁴ PMC. Lei nº 1.836 de 07 de julho de 2003, que dispõe sobre o tombamento da igreja de Nossa Senhora do Carmo na Comunidade do Taquaral, situada na região da morraria, em Cáceres/MT.

O que existe atualmente na cidade é a disseminação de um discurso do tombamento utilizado em sentido negativo,⁶⁵ geralmente de forma pejorativa, há inclusive grande conflito de interesses sobre a defesa do patrimônio, transferindo ao IPHAN a culpa pelos imóveis que estão em visível estado de abandono, sem perceber que a preservação é uma ação conjunta, que através dela podemos obter as resignificações do patrimônio cultural, da cultura, dos bens culturais protegidos ou não.

Esse é a forma de exercermos a cidadania, não fugir das mudanças, numa sociedade em que o novo impera, em detrimento do arcaico, nós cidadãos temos que primar por esse direito, e a defesa do patrimônio é uma forma de exercermos a nossa cidadania. E assim a educação patrimonial surge como uma forma de sensibilização dos alunos desde a mais tenra idade, para a preservação dos bens culturais.

Nesse sentido, possibilitar que diferentes atores sociais, como por exemplo, os educandos que participam das ações de Educação Patrimonial, possam interferir com suas “múltiplas memórias” na compreensão da história de uma cidade, de uma comunidade, de um grupo social, seus significados, seus atores etc. é proporcionar o exercício da cidadania. Para tanto ainda precisamos ter claro que trabalhamos com a perspectiva de que há uma construção de memórias e que estas construções constituem a cidadania dos sujeitos quando compreendemos que sendo cidadãos temos direito à memória (ZARBATO, 2018, p. 36).

Sendo esta uma das formas iniciada pela Horta (1999), a educação patrimonial possibilita vivências, atuando no campo da memória, produzir significações, concepções diversas, para que a paisagem urbana possa fazer parte da vida dos que em Cáceres habitam, como algo aliado à sua história e sua memória, para que não ocorram atos como o fato da demolição da Ponte Branca,⁶⁶ que o poder público local destruiu para a canalização do córrego do sangradouro, e

⁶⁵ Atitudes sem presenciadas, pois fui partícipe como servidora pública da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer como servidora, atuando em conjunto com a Divisão de Patrimônio Histórico, bem como membro do Conselho Municipal de Cultura, da CEPT, do Grupo de Defesa do Centro Histórico de Cáceres, Cáceres Mais Viva, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA bem como diretamente na escola com a Educação Patrimonial com os meus alunos.

⁶⁶ Ponte construída em arcos de pedra canga (pedra encontra na região de Cáceres/MT), no ano de 1910, sobre o córrego do Sangradouro, ligando o Bairro da Cavalhada ao Centro da cidade, demolida em 19 de maio de 1998. “[...] uma ponte de alvenaria com 12 x 4,5 e 4m de altura, assentado o seu taboleiro sobre duas abóbadas de 0,75m de espessura, tendo os alicerces das mesmas um metro de profundidade abaixo da superfície do solo e ficando um vão livre de 5m entre elas. Seu pavimento de barro socado [...] Será construída de Pedra Canga e tijolos queimados, devendo aquela ser lavrada e esquadriada na parte da ponte que fica acima da superfície do solo e a argamassa empregada será composta de uma parte de cal por três de areia” (MENDES, 1992, p. 94 e 95).

produziu consequências tanto físicas (enchentes), como afetivas (até a atualidade presenciemos a sensação de perda na memória de quem vivenciou situações diversas relacionadas a esta ponte, reforçando a memória social da cidade).

Uma das poucas ocasiões em que a população se mobilizou através de instituições como a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, criando uma Comissão, realizando estudo e chamando a população local, promovendo acampamentos e conseguindo o embargo por ausência de estudos ambientais, mesmo assim a Prefeitura de Cáceres, conseguiu uma liminar e demoliu a ponte na madrugada do dia 19 de maio de 1998, fato que causou grande comoção local.

Diante do exposto acima sobre as políticas públicas voltadas ao patrimônio e as ações voltadas para a educação patrimonial, buscamos trabalhar alguns dos lugares de memória existentes e praticados pelos habitantes locais, no sentido de que se trabalharmos a memória, construiremos em conjunto pelo viés da cidadania significações múltiplas ao patrimônio cultural cacerense, como abordaremos no segundo capítulo.

2º CAPÍTULO – LUGARES DE MEMÓRIA EM CÁCERES/MT

A cidade é o palco das diversidades de fatores políticos, sociais e culturais inimagináveis, uma construção social, um campo de disputas, das pessoas que nela habitam e, portanto nunca pode ser apenas pensada de forma estritamente racional, uma cidade possui uma teia de fatores “[...] ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é característica das cidades, mas estas mudanças têm história, personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos” (FENELON, 1999).

É nesta perspectiva que pensamos a cidade de Cáceres, um lugar inicialmente inventado pelo português Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, nos idos anos de 1778, que com “uma meia dúzia” de pessoas que adentraram um território que não pertencia a Coroa Portuguesa, incrementando a população com os habitantes locais (povos vindos da província de chiquitos), que no decorrer do tempo foi se expandindo territorialmente, e das pequenas ruas e travessas do período colonial, foi emergindo uma cidade.

Mapeando a extensão territorial urbana, podemos afirmar que a “cidade praticada” pelos homens e mulheres que habitavam esta urbe, até o início do século XX não ia muito além das proximidades do que hoje conhecemos atualmente, como Rua dos Operários ao sul, as raias do bairro Cavalhada ao norte, as imediações do Cemitério São João Baptista, a leste, e a oeste, o rio Paraguai formava uma barreira natural a esta expansão. Algumas localidades já existiam nesse período, mas nos documentos são tratadas como partes fora dos limites do centro urbano, é o caso dos lugares denominados Lavapés, Junco, Rodeio e São Miguel.

Dom Máximo Biènnès em seu trabalho sobre a história da Diocese de Cáceres os classifica como zona rural na década de 1960: “Duas escolas rurais foram construídas por Frei Ambrósio nos bairros do Junco e de São Miguel. Nesse último, completou e apoiou a capela do mesmo nome” (BIENNÉS, 1987, p. 100). Porém, estas fontes sugerem que nestas localidades existia um relativo número de moradores que constantemente se dirigiam à cidade para comprar ou vender diversos produtos, olhar as chegadas dos barcos, passearem no jardim público, participar dos desfiles cívicos, praticarem a sua religiosidade, entre tantas outras

práticas sociais. Analisando a documentação existente, a cidade foi crescendo gradativamente.

Margeando o curso do Rio Paraguai, podemos perceber que na extensão que segue para o sul foram sendo levantadas edificações até as proximidades da localidade denominada São Miguel, que já existia no período, seguindo os caminhos que conhecemos hoje como Rua Sabino Vieira (Rua da Marinha), Rua 15 de Novembro (Rua Princesa D. Januária) e ainda a Rua Bom Jardim.⁶⁷

Percebe-se que desde o momento da sua fundação a população local esteve preocupada com a estética da cidade, em Cáceres, no século XIX temos a elaboração de dois Códigos de Posturas, um publicado em 27 de julho de 1860, no momento em que esta passa de Freguesia ao estatuto de Villa Maria do Paraguay⁶⁸ e o segundo em 24 de dezembro de 1888 após passar de vila ao estatuto de cidade, que conseguiu no ano de 1874. Nestes Códigos havia a preocupação com o ornato e formosura das ruas, normatizando inclusive a distância que deveriam ser erguidas às edificações, reconstrução e reparos de prédios, concessões de terrenos, prescrevendo pena de prisão para quem não cumprisse com a legislação vigente. Esses códigos seguiam modelos pré-estabelecidos e normalmente eram apenas simples adaptações das normas de outras cidades. A referida constatação denota o ‘desejo’ que os administradores públicos tinham em colocar a cidade no mesmo patamar de outros centros urbanos do país.

A existência de relatórios impressos pela Intendência Municipal anualmente, demonstra as tentativas de organização dos espaços sociais, nos quais estavam implícitos certos discursos em voga no momento, como civilidade, progresso, modernidade, as práticas médicas sendo implantadas, inclusive os discursos higienistas e de ordenamento social.

O que este nos mostra é uma cidade em que se excluíam os ‘espaços periféricos’ que estavam surgindo, visto que o que ultrapassava os limites territoriais da região central era considerado “arrabalde”, ou mesmo “localidade”, como por exemplo, a Cavahada, o Lavapés, o São Miguel, a Rua da Marinha, entre outros

⁶⁷ PMC. Resolução nº 57 de 07 de maio de 1912. Livro de Resoluções de 1808 a 1918 da Intendência Municipal. APMC e Capítulo Rua Doutor Sabino Vieira apud MENDES, Natalino Ferreira. Memórias Cacerenses. p. 197.

⁶⁸ A cidade foi denominada Villa Maria do Paraguay, como Vila Colonial, embora não possuísse este estatuto, pois para que isso acontecesse teriam que criar aparatos de poderes, e estes vieram a surgir em data posterior em 1859, assim sendo não passava de uma Freguesia.

logradouros, que conforme os registros oficiais já existiam naquele momento. É certo que não havia uma linha demarcatória desses limites, impondo um lugar propício às atividades cotidianas. As fronteiras demarcatórias foram estabelecidas no próprio convívio social.

A cidade de Cáceres passou por significativas transformações físicas, econômicas e culturais, vivenciando diferentes situações, como a consolidação das fronteiras, alternâncias políticas do poder local, um considerável fluxo migratório, do final do século XIX e início do século XX, período em que foi intensa a navegação fluvial via rio Paraguai, intensificação das atividades comerciais, que proporcionou a adequação dos costumes locais às práticas modernizadoras, importada de grandes centros urbanos, inclusive da Europa.

Essa questão do ordenamento das cidades e a busca de encaixá-las em padrões culturais importados da Europa foi uma prática bastante difundida. Segundo Déa Fenelon, “[...] as tentativas de ordenar e disciplinar as cidades brasileiras, [...] ou das diferentes maneiras de suprimir o arcaico, o atraso e implantar o novo e a tão decantada modernidade que abrangem a passagem do século XIX para o XX, ampliando-se nas primeiras décadas deste século” (FENELON, 1999, p. 7).

As escolas, difundidas na cidade nos primeiros anos do XX Escola de Instrução Complementar (1900), Colégio Costa Pereira (1901), Colégio Imaculada Conceição (1907), Grupo Escolar Esperidião Marques (1912), Escola São Pedro (1940)⁶⁹ entre outras escolas encontradas nos documentos, contribuíram para disciplinar os habitantes de Cáceres. Porém, devemos relativizar estes dados posto que estas em sua maioria fossem particulares e poucos poderiam pagá-las. De um modo geral, as escolas da cidade ministravam basicamente o ensino primário e como a maior parte da população vivia na zona rural, o acesso a elas era restrito a uma pequena parte da população.⁷⁰

Para a população mais pobre houve uma tentativa em 1931 em criar uma escola técnica nos dias atuais, a Escola Profissional e de Artífices,⁷¹ esta logo foi desativada, entretanto a intenção era preparar para o mundo do trabalho, sendo explícito o Decreto de criação Regulamento e Regimento Interno: “[...] dar ao povo e

⁶⁹ Núcleo embrionário da Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes.

⁷⁰ PMC. Relatório sobre os negócios públicos municipais em 1925 pelo Dr. Humberto Dulce vice-intendente em exercício e Acto n. 2. APMC.

⁷¹ PMC. Decreto nº 3 de 11 de julho de 1931. APMC.

principalmente aos filhos da pobreza uma educação consentânea ao preparo de cidadãos úteis á sociedade e á Republica, de modo que, amanhã, se transformem em obreiros efficientes da civilização moderna e do progresso;”⁷² (sic) como se ao pobre restasse apenas aprender um ofício para a inclusão em mundo “civilizado”, uma escola pública para “filhas de pais pobres, cujo número já é bem regular nesta cidade [...] em que as mesmas poderiam aprender não só a leitura como alguns ofícios e arte musical, de cuja falta se ressentente esta cidade [...] não tendo iniciativa particular conseguido satisfazer essa necessidade, deliberei, por decreto nº 3”.⁷³

As tentativas de disciplinarização pela educação foram muitas, citamos aqui apenas algumas delas nos documentos são citadas ainda outras escolas, entretanto afirmamos que a população que as frequentava eram pessoas que possuíam uma condição financeira melhor, principalmente devido ao fato de que a maioria delas eram particulares e muitas funcionavam nas próprias residências até a segunda metade do século XX, algumas se tornaram públicas e havendo a criação da maioria que existe hoje na segunda metade do século XX.

Outra dimensão constituidora do cenário urbano é a memória, visto que esta é definidora de lugares e construtora de sujeitos. Para Certeau: “[...] os lugares vividos são como presenças de ausências, ele [o vivido] constitui a própria definição de lugar [p. e. “aqui ficava o porto da cidade”, etc.] (CERTEAU, 2000, p. 189)

É por esse caminho que seguimos, pois percebemos que as fontes documentais, tanto os relatos escritos, como os relatos dos memorialistas, ao mostrarem a dimensão do que se constituiu como cenário urbano que presenciou a transição do século XIX para o início do século XX, demarcou alguns lugares específicos como edificações, praça, porto, casas comerciais e que alguns deles ainda fazem parte da paisagem citadina de hoje.

Esta dinâmica, estes deslocamentos na constituição física da cidade afeta os seus moradores fazendo com que estes busquem manter aqueles lugares que para eles foram importantes guardados em suas memórias, pois estes [lugares] estarão sempre ali “como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou prazer do corpo.” (CERTEAU, 2000, p. 189). Podemos perceber esta relação no artigo a seguir:

⁷² Ibidem Op. Cit.

⁷³ Justificativa do Intendente do Município Joaquim Augusto da Costa Marques ao criar a Escola de Artífices. (MENDES, 1998, p. 134).

Não Sejam Pessimista.

Há poucos dias nos encontramos casualmente em uma roda, em que um dos interlocutores, depois de fazer um ligeiro paralelo entre o que foi Cáceres outrora e o que é presentemente, concluiu reconhecendo com pesar que vai em franca decadência a nossa civita, a sultana do Alto Paraguay. Em apoio de sua afirmativa enumerou diversos fatos no conhecimento de todos que tem olhos e não sofrem de gota serena.

Começou pelos prédios uns que já estão por terra e outros que ameaçam ruínas, incluindo a última categoria, isto é, entre os que ameaçam ruína, o edifício do Paço Municipal.

Pelo que está vendo o leitor á vista dos senões apontados e precis certa dose de pessimismo da nossa parte para encossarmos a opinião do aludido interlocutor.

O Paço Municipal está situado num desvão da cidade [...] das vistas das principais autoridades locais que não obstante não o deixarão desaparecer, reduzir a escombros, como sucedeu aqui ao quartel do 19º batalhão de Infantaria, e em Cuiabá ao Arsenal da Marinha, posteriormente quartel do 8º Batalhão também de Infantaria.

Com os recursos ordinários de que dispões a administração pública municipal não pode, dentro de um exercício financeiro, promover e concluir mais de um melhoramento material de certa monta.

O Porto está pronto e inaugurado. Agora estão em projeto outras obras publicas entre as quais se deve concluir a Catedral cacerense, haja recursos que o operoso chefe do executivo municipal saberá empregá-los, concentrando os edifícios públicos, melhorando a iluminação [...] e nivelando as ruas.⁷⁴ (sic)

Esta matéria do jornal A Razão nos oferece vários caminhos a interpretação. Mas gostaríamos de destacar a ambiguidade entre a decadência da “Sultana do Alto Paraguay” e os novos projetos arquitetônicos da cidade. A maioria dos prédios que foram construídos tencionando dar à cidade um embelezamento era parte constituinte de uma preocupação típica do período em todo o país naquele momento, para enquadrar as cidades nos padrões da tão difundida modernidade.

Seguindo esses modelos, as casas edificadas possuíam fachadas importadas, muitas vezes escolhidas em catálogos, como foi o caso do edifício que começara a ser construído neste mesmo ano, e inaugurado no ano de 1929 na Praça Marechal Aníbal da Motta para abrigar o Paço Municipal. Foi, portanto, na confluência da característica moderna do prédio, nas experiências vividas pelos moradores relacionas a ele e na própria historiografia é que este constitui um dos símbolos arquitetônicos da cidade, mesmo que após o incêndio ocorrido em esteja em precárias condições estruturais.

⁷⁴ Jornal “A Razão” de 31 de março de 1928. NDIHR/ UFMT.

O que se percebe é que estes três elementos supracitados [modernidade, experiências vividas e historiografia] deram formas a estes lugares. A seguir daremos alguns exemplos. O primeiro diz respeito ao 19º Batalhão de Infantaria, que quando este artigo foi publicado [1928] já não existia mais. Este edifício até o século XIX se situava na esquina onde está era o Largo da Matriz, que durante muito tempo teve esta denominação, este espaço transformou-se posteriormente em Boulevard,⁷⁵ em 1888, apesar de desde 1912 a denominação de Praça Barão do Rio Branco.

O segundo refere-se ao porto da cidade que foi inaugurado em 22 de janeiro de 1928, com o nome de Porto Mário Corrêa então Presidente do Estado. Obra por muito tempo reivindicada como imprescindível para o desenvolvimento da cidade e para colocá-la junto às demais cidades portuárias do país. O próprio acabamento do porto com rampa ladeada, em sua parte mais alta, de colunatas, traduz bem a importância deste porto para os homens públicos da época.

Terceiro, a catedral. Este talvez seja hoje um dos edifícios mais representativos da cidade. Esta começou a ser construída no ano de 1919, tendo como engenheiro responsável o Sr. Leon Munier que faleceu em outubro do mesmo ano. Daquele ano até a sua inauguração em 1965 aconteceram uma série de dificuldades para terminar a obra, como a falta de material necessário, de recursos e de profissionais capacitados. Por exemplo: entre os anos de 1928 a 1930 havia apenas quatro ou cinco operários para continuar com os trabalhos de construção. Em 1949 um grave acidente fez com que ocorresse um desmoronamento de toda a sua estrutura. Os anos que vão de 1955 a 1965 a obra teve um aporte de recursos importantes para a sua conclusão que se deu durante a gestão paroquial de Dom Máximo Biènnès.⁷⁶

Como vimos os cenários urbanos aos quais estamos nos referindo não podem ser naturalizados. Eles foram constituídos ao longo do tempo segundo um conjunto de relações muito complexas. Ou seja, por detrás da permanência enganadora de edifícios, praça, porto, vapor é necessário reconhecer não objetos [cenários], mas objetivações que foram construídas de forma específica para cada caso, pois são as relações com os objetos que o constituem e não o contrário.⁷⁷

⁷⁵ Caminho de passeio para a população, terminologia utilizada por influência francesa.

⁷⁶ BIENNÉS, Dom Máximo, T.O. R. Uma Igreja na Fronteira. São Paulo, 1987.

⁷⁷ CHARTIER, Roger. A história cultural, entre práticas e representações, p. 65.

Ainda explorando um pouco mais o relato jornalístico acima, é interessante observar como o autor do artigo elege algumas edificações, que hierarquicamente considerou mais importantes para a cidade, dentre elas a do Paço Municipal, concluindo com o nivelamento das ruas e com a iluminação pública.

Ao mesmo tempo em que emanavam dos poderes públicos normas de controle, inúmeras obras foram construídas – guardando as devidas proporções com relação às similares edificadas nas grandes cidades do país, na mesma época ou em período anterior – para colocar em prática a lei. Dentre elas podemos destacar: O Mercado Público (autorizada a sua construção em 29 de novembro de 1911, funcionou em um prédio da Rua do Meio), o Matadouro Público (foi autorizada uma concorrência pública em 17 de março de 1918, inaugurado no dia 01 de janeiro de 1919, em um prédio que foi construído próximo ao Rio Paraguai), o Cemitério São João Baptista (construído para a família Pereira Leite desde 13 de outubro de 1860 e entregue a Câmara Municipal em 09 de setembro de 1886) e bem posteriormente o Dispensário São Luiz (que foi Inaugurado em 20 de julho de 1935, dando origem ao Hospital São Luiz, em 04 de janeiro de 1938). Foi pensado um Hospital da Caridade, pelo médico Leopoldo Ambrósio em 20 de agosto de 1915, na Rua Bom Jardim, o qual começou a ser construído, tendo parado a obra por volta de 1922, com a falta de ajuda dos recursos estaduais e municipais, como nos mostra o Relatório Municipal:

Não tenho aqui por fim encarecera importância do bem aparelhado estabelecimento de caridade, de que. Com justiça, se pôde orgulhar a vizinha cidade. É outro o meu intuito. Como é sabido a nossa querida Cáceres, contando já século e meio quase de existencia, ainda não possui um estabelecimento hospitalar, nem mesmo modesto.

De sorte que os doentes pobres deste Município recorrem ao Hospital de Corumbá, o qual, até aqui tem tido para elles as suas portas abertas de par em par: não só os recebe, mais ainda os tratam com todo carinho e desvello, aliás gratuitamente.

Lembro a Câmara que praticará um acto justo e louvável votando uma subvenção ao Hospital de Corumbá. Bem sei que, com isso não paga o município o seu dever e gratidão para com elle, mas demonstra ao menos não ser indiferente aos benefícios que tem elle dispensado ao pobres d'aqui procedentes, lá tratados por philantropia.⁷⁸(sic)

⁷⁸ PMC. Relatório sobre os negócios públicos municipaes em 1925 pelo Dr. Humberto Dulce – Vice-intendente em exercício e Acto n. 2 - APMC

Na segunda metade do século XX houve certa estagnação, para na década de 1970 a ser uma das maiores cidades exportadora de grãos, ter vários dos seus distritos emancipados tornando-se cidade pólo da região oeste do estado de Mato Grosso, para obter novo fluxo migratório nas décadas seguintes devido há vários fatores, dentre eles a gênese da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, e conseqüentemente pólo universitário.

Neste âmbito, estudando alguns dos espaços da cidade, como lugares de memória, sejam elas individuais ou coletivas, mas repletas de significações, que os cidadãos percebem de forma diversificada, fazendo com que paremos para refleti-lo por meio dos vestígios deixados por quem viveu nessa urbe, como meios e suportes e os lugares acabaram por ocupar o seu “posto rarefeito”.

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos naturais e artificiais, imediatamente oferecidos a sensível experiência, e ao mesmo tempo sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente somente em graus diversos (NORA, 1993, p.21).

Utilizando do conceito de lugares de memória de Nora (1993), interligando com a educação patrimonial, pensamos esses lugares como construções e suportes da memória, pois as pessoas que por a cidade de Cáceres passaram, estabeleceram relações culturais, construíram suas edificações, fizeram planejamentos urbanísticos, modificaram a paisagem urbana, e produziram os seus viveres, seus anseios, suas memórias, sensibilidades, enfim deixaram os seus vestígios esses são aspectos que narram à história local.

Podemos citar precisamente os locais escolhidos para a nossa pesquisa, ou seja, a Baía do Malheiros (local em que está situada a Praia e Casa do Daveron), o Rio Paraguai (espaço onde está localizado o Porto Mário Correia), a Praça Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru, a Catedral São Luiz, a Casa Rosa, Casa Humberto Dulce (atual Banco Sicredi), a Casa Dulce (Ao Anjo da Ventura), a Escola Esperidião Marques e o Cemitério São João Baptista.

Percebendo que esses locais são de natureza pública e privada, imóveis/monumentos tombados individualmente, bens tangíveis e intangíveis, pertencentes ao patrimônio genético, edificado, dentro do perímetro de Tombamento

do Governo Federal ou mesmo na área de entorno,⁷⁹ cuja intencionalidade é fornecer uma alternativa para os professores de história buscar várias possibilidades de se trabalhar tanto em sala de aula como em uma aula diferenciada, a partir das vivências de cada aluno.

É possível ler a cidade de Cáceres através dos vestígios visíveis e invisíveis, pois a cidade é memória, e se altera por meio das mudanças sejam ela econômicas, sociais, políticas e culturais. Ou seja, os locais escolhidos como lugares de memória, foram aqui elencados justamente pelos vestígios deixados, sejam eles na documentação oficial da cidade, sejam nos relatos de memória publicados pelos memorialistas locais, ou mesmo por meio dos jornais publicados na cidade de Cáceres/MT. Justamente tomando de empréstimo a memória dos que em Cáceres construíram os seus viveres que utilizamos dessas memórias para tentar produzir significações através da Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial,⁸⁰ é uma possibilidade pedagógica recentemente introduzida na educação formal, que objetiva integrar os diferentes grupos sociais pertencentes a uma comunidade, produzindo significações, buscando a tomada de consciência por parte desses grupos, para que possam perceber a relevância que têm esses bens culturais, e que estes sejam multiplicadores na tentativa de sensibilizar outras pessoas, para que possam perceber que essa é uma ação social e cidadã, já que visam o despertar de uma consciência identitária e cidadã.

Desses ideais surge o guia didático-histórico como base, para seguir as seguintes etapas: conhecer por meio de visitas os espaços da cidade, buscar as teorias indicadas, se aprofundar nas informações desses espaços, oferecer possibilidades de diferentes apreensões do conhecimento, para por fim, buscar a

⁷⁹ Área nas imediações dos bens tombados, instituída pela Lei de 1977, com base no Decreto-Lei nº 25/37 e, seu artigo 18. BRASIL.(1977). Lei nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

⁸⁰ A Educação Patrimonial, tradução do Heritage Education – expressão inglesa, que surge no Brasil em meio a importantes discussões da necessidade de se aprofundar o conhecimento e a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Foi exatamente em 1983 que se iniciam efetivamente as ações de Educação Patrimonial, por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, RJ. O princípio básico da Educação Patrimonial: Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo (HORTA, 2004. apud ZARBATO, 2018, p. 132).

sensibilização para a valorização desses bens culturais, como preconiza Horta (1999, p. 17).

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 7).

Seguindo os preceitos contidos no Guia Básico de Educação Patrimonial, que expandiu a concepção do termo Educação Patrimonial, que nos últimos tempos tem sido bastante utilizado para nomear práticas educativas formal ou não formal, que as autoras Maria de Lourdes Horta, em parceria com Evelina Grunberg e Adriane Monteiro lançaram em 1999, publicado pelo IPHAN. Apesar de o termo ter sido designado de uma expressão inglesa “Heritage Education”, surgido no Brasil na década de 1980.

A metodologia consiste em: observação, registro, exploração e apropriação, tanto para os bens de natureza material quanto imaterial, tendo em vista que eles estão interligados. Após a difusão do Guia que foi distribuído gratuitamente pelo IPHAN, e também comercializado em diferentes instituições e divulgado no Brasil, sendo uma referência básica quando tratamos o assunto educação patrimonial, principalmente por ter sido publicado pelo órgão de proteção ao patrimônio. Mesmo havendo nos dias atuais autores e teorias que divergem desse conceito, a publicação segue sendo a base para a discussão do tema.

Seguindo a metodologia da educação patrimonial, os parâmetros curriculares nacionais quanto às competências da área de ciências humanas e a conceituação sociocultural.⁸¹

Essa competência aponta para a possibilidade de que os educandos venham a ser capazes de trabalhar com diferentes interpretações acerca de uma mesma situação-problema, relacionando o desenvolvimento dos conhecimentos com os sujeitos sociais que o produzem, de forma, a saber: quem se apropria dos conhecimentos. Mas como se apropriar dos conhecimentos? Quais os impactos sociais provocados pelos diferentes conhecimentos produzidos pelos seres humanos? (BRASIL, 2002, p. 31)

⁸¹ PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias. Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

É interessante quando os PCNs de História para o ensino médio traz em seu bojo essa colocação, que podemos usufruir para os demais anos da educação básica. Utilizar de uma situação-problema, no caso uma visita ao Centro Histórico de Cáceres, guiados por um professor e assim produzir conhecimentos e interpretações diversas, para produzir impactos na sociedade em que fazem parte.

Analisando as fontes por meio da história cultural, como cita Roger Chartier (1988), “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16 e 17), consideramos as construções sociais relacionadas à cidade de Cáceres/MT, por meio das práticas e representações dos que por esta cidade construíram seus viveres e deixando os seus vestígios nos lugares da cidade

Nesse sentido, pensamos que há um ponto de ligação entre o estudo das cidades, com a memória, e principalmente os lugares de memória que em uma determinada temporalidade (final do século XIX e século XX) produziu e reproduziu significações para as pessoas que vivenciaram esses momentos, e como esses lugares da cidade se apresentam de forma significativa para essas pessoas, na tentativa de despertar o sentimento de pertencimento a um determinado grupo. E os lugares não são algo apenas físico, para além de sua funcionalidade, produzem sentidos, possuem algo muito mais complexo que é a simbologia que pode aparecer das mais diferenciadas formas, tendo inclusive múltiplas representações.

Esses lugares da cidade são constantemente utilizados pelas pessoas, que convivem em um cotidiano urbano, buscando dar sentido as suas existências “ordinárias”, produzindo regras que muitas vezes não são reguladas por alguma legislação, e, sobretudo são regras de convivências criadas pelos agentes que determinam como padrões sociais o que pode, e o que não pode que como cita Michel de Certeau (1994), “Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses ‘sistemas reais cuja existência faz efetivamente à cidade’, [...]” (CERTEAU, 1994, p. 176). Os espaços são praticados e essas práticas dão sentido aos lugares da cidade

Os lugares da cidade, escolhidos nesta pesquisa para a construção de um roteiro para aula a campo, são:

1. Baía do Malheiros/Praia do Daveron/Casa do Daveron/Sede da Secretaria de Turismo e Cultura. A Baía do Malheiros está localizada na área central da cidade, e a região na qual compreende o Cais do Porto Mario Corrêa e a Área da SEMATUR.

Essa região é considerada um dos pontos turísticos da cidade de Cáceres, bem visitada principalmente aos finais de semana, para momentos de lazer e práticas de atividades esportivas, no período de águas baixas do Rio Paraguai como ioga, caminhadas na areia, jogos de futebol e vôlei de areia, dentre outras.

A Sede da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR,⁸² intitulado de Casa do Daveron, tem as seguintes características:

SEMATUR – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
- Centro Histórico Tombado. Cidade: Cáceres/ MT.

Proprietária: Prefeitura Municipal de Cáceres.

Propriedade: Público.

(A propriedade se encontra no Perímetro Tombado pelo Patrimônio Histórico/ IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional).

Estilo Arquitetônico: Casa em série década de 20, Galpão hoje muito usado como Loft. Estilo contemporâneo

Ano de Construção: Década de 1900, possui portas e janelas de madeiras, toda construída de tijolinho de barro e cobertura de telhas coloniais bem antigas, porém conservando, barramento nas portas e janelas, presença de beiral curto, representando galpão da década de 20.

Estado de Conservação: Percebe-se que o estado de conservação é ruim.

Presença de piso de tijolões e cimento queimado, telhas coloniais, com tipologia arquitetônica conservada.⁸³

No prédio atualmente funciona um Projeto Fazer desenvolvido por reeducandos⁸⁴ elaborado pela SMT/PMC, em parceria com a Autarquia Águas do Pantanal,⁸⁵ e do Programa Cáceres Recicla,⁸⁶ desenvolvendo o eixo da Educação Ambiental, através da reutilização de garrafas pets, pois com a inauguração do Complexo Turístico Parque Sangradouro da SICMATUR no dia 06/10/2016, a Sede da Secretaria passou a funcionar no prédio novo, juntamente com o Centro de Eventos Maria Sophia Leite e a Feira de Artes Dulce Regina Curvo, situados no mesmo espaço na área em frente ao túmulo do Daveron.⁸⁷

⁸² SEMATUR, nome cristalizado na memória dos moradores de Cáceres até hoje.

⁸³ PMC. Análise Situacional realizada pela arquiteta Reginete Maria Rondon da Silva, em 11 de julho de 2011.

⁸⁴ Termo utilizado para presidiários que estão tentando se reintegrar novamente à sociedade.

⁸⁵ Autarquia, órgão público ligado a Prefeitura Municipal de Cáceres – PMC, responsável pelo Saneamento Ambiental do município.

⁸⁶ PMC. Lei nº 2.367/2013, em 20 de maio de 2013, que institui o Programa Cáceres Recicla e dá outras providências.

⁸⁷ Por meio da reforma administrativa da Prefeitura de Cáceres, a partir de 01 de janeiro de 2018, entrou em vigor a Lei Complementar nº 115, instituída em 17 de julho de 2017, separou as

Quanto à ilha fluvial situada na Baía do Malheiros, é um istmo onde houve a interferência diretamente das ações do poder público local, onde já funcionou o “Restaurante Mini-Praia”, durante a década de 1970 até a década de 1990, mas que foi desativado e no ano de 2000, através da Lei nº 1.646,⁸⁸ o então Prefeito Aloísio Coelho de Barros transforma em Reserva Biológica, se tornando uma área de APP, mas não cria uma Unidade de Conservação - UC e daí por diante não houve mais ações diretas no local realizadas pela Prefeitura, servindo apenas de espaço para a realização de acampamento ou piqueniques.

A abertura do istmo para mudar o curso do rio, a fim de se evitar que continuasse passando em frente do centro da cidade, só se deu a partir de 1879. [...] Antigamente as águas do Paraguai passavam correntosas banhando a cidade desde a boca do Furadinho, contornando pela praia [...] Sangradouro, portos da Manga, da praça Barão do Rio Branco, [...] Mas um inconveniente: a erosão da barraqueira devido à pressão do caudal na margem esquerda, onde está situada a cidade. [...] A solução estava na própria configuração da área. O rio, no seu encurvamento, formou uma península com um istmo de poucos metros de largura. Bastava, pois, abrir um canal nessa faixa estreita de terra e fazer com que a própria força das águas se encarregasse de formar nela novo leito, encurtando caminho para o sul. (MENDES, 1998, p. 36 e 87).

E assim o professor Natalino Ferreira Mendes⁸⁹ explica que no século XIX, por uma visão estratégica do chefe político Major João Carlos Pereira Leite o rio tornou-se uma baía, passando a se chamar Baía do Malheiros.

2. A Catedral São Luiz, marco simbólico da influência francesa em Cáceres, está localizada na Rua Comandante Balduino, em frente à Praça Barão do Rio Branco, a construção dessa igreja teve início no ano de 1919, mas só foi concluída no ano de 1965, devido a várias dificuldades encontradas, como a morte do engenheiro idealizador, dentre outros problemas.

Secretarias funcionando atualmente no prédio, a Secretaria de Turismo e Cultura, Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento e Secretaria de Agricultura de Desenvolvimento Econômico, sob a gestão de um mesmo Secretário.

⁸⁸ PMC. Lei nº 1.646/2000, de 03 de abril de 2000, que Cria a Reserva Biológica da Mini Praia e dá outras providências.

⁸⁹ O Professor Natalino Ferreira Mendes é um educador e escritor cacerense, fundador do Instituto “Onze de Março” (hoje Escola Estadual Onze de Março), ocupou vários cargos públicos na Prefeitura Municipal de Cáceres, foi membro da Academia Mato-grossense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres e de Mato Grosso, autor dos livros História de Cáceres – da Administração Municipal Tomo I (1979) a 2ª edição em (2009), Marco do Juru (1983), Efemérides Cacerenses I e II (1992), Anhumã do Pantanal (1993), Memória Cacerense (1998), História de Cáceres Tomo II – Origem evolução Presença da Força Armada (2010) e Pássaro Vim-Vim (2010), faleceu no dia 23/12/2011.

Segundo BIENNÈS (1987), no dia 6 de julho de 1886 foi solenemente colocada a pedra fundamental da nova Igreja Matriz da até então Paróquia São Luiz de Cáceres, seguindo a planta do artista francês Bossay Felix, segundo a qual teria 20 metros de largura por 80 metros de comprimento e com o seu interior dividido em 3 naves. Levantaram então as paredes até a altura desejada e pararam a obra, que se por ventura fosse concluída seria na Praça da Jacobina (atual Praça Major João Carlos), contudo essa obra não foi concluída (REIS, 2013, p. 2 e 3).

A Catedral originalmente seria construída na Praça Major João Carlos, ainda não havia sido idealizado como Catedral e sim como uma nova igreja Matriz, devido a estrutura da antiga oferecer risco de desmoronamento, no espaço onde havia conforme o Jornal Argos de 06/07/1886, “armada e entelhada a pequena igreja destinada pela irmandade de São Benedito para capela de seu orago” (MENDES, 1998, p. 54 e 55). Esse mesmo jornal noticia posteriormente em 1914, que mesmo estando adiantada a construção, foram paralisadas por 25 anos. Foi no ano de 1919, juntamente com a cidade de Cuiabá, tomam a decisão de construir uma Catedral e o espaço escolhido foi na Praça Barão do Rio Branco por ser o local de fundação da cidade, a Intendência Municipal concede então através da Resolução nº 87 de 25/10/1918 a área em frente à antiga igreja matriz, decidindo por essa mesma resolução às dimensões da área construída, nesse momento intitulava-se Catedral do Bispado.

A obra foi lançada no dia 06 de outubro de 1919, conforme os relatos de memória a obra já estava bastante adiantada quando no dia 23 de fevereiro de 1949, por volta da 23hs ruiu parte da obra, após ficar paradas durante seis anos a obra foi reiniciada e concluída tendo a sua inauguração em 25 de agosto de 1965.

A Catedral São Luiz a única em inspiração gótica e neogótica e apresenta as seguintes características:

- Verticalismo dos edifícios substitui o horizontalismo do romântico;
- Paredes mais leves e finas.
- Janelas predominantes.
- Torres ornadas por rosáceas.
- Utilização do arco de volta quebrada.
- Nas torres (principalmente nas torres sineiras) os telhados são em forma de pirâmide.
- Consolidação dos arcos feitas por abóbadas de arcos cruzados ou de ogivas.⁹⁰

⁹⁰ PINHO, Raquel Tegon de, et.al. UNEMAT. Cáceres – Mato Grosso. Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil. PIBID/UNEMAT.

A sua construção passou por muitos momentos, a morte prematura do engenheiro responsável, e idealizador do Projeto, dentre as dificuldades encontradas, falta de profissionais, engenheiro e técnicos que solucionassem os problemas relacionados linguagem em construção (telhados caídos, estilo pirâmide, decoração de vitrais), a estrutura não se adequava à planície arenosa cacerense até a sua inauguração no ano 1965.

Este talvez seja hoje um dos edifícios mais representativos da cidade. Esta começou a ser construída no ano de 1919, tendo como engenheiro responsável o Sr. Leon Munier que faleceu em outubro do mesmo ano. Daquele ano até a sua inauguração em 1965 aconteceram uma série de dificuldades para terminar a obra, como a falta de material necessário, de recursos e de profissionais capacitados. Por exemplo: entre os anos de 1928 a 1930 havia apenas quatro ou cinco operários para continuar com os trabalhos de construção. Em 1949 um grave acidente fez com que ocorresse um desmoronamento de toda a sua estrutura. Os anos que vão de 1955 a 1965 a obra teve um aporte de recursos importantes para a sua conclusão que se deu durante o bispado de Dom Máximo Biènnès. (REIS, 2013, p. 2 e 3).

Esse prédio nunca chegou a ser finalizado conforme o Projeto idealizado em 1919, o telhado, que teve que ser adequado, e a conclusão da obra deveu-se aos esforços da população cacerense, tendo a frente o Bispo Dom Máximo Biennés, que através de promoções festivas, em conjunto com os fiéis, levantaram fundos para concluir a obra.⁹¹

3. O Marco do Jauru simboliza a demarcação do Tratado de Madri,⁹² que estabeleceu as fronteiras entre as Coroas Portuguesa e Espanhola no período de colonização no Brasil. A estrutura do monumento é de mármore e pedra de lioz⁹³ e tem 4,4 metros, montado e colocado inicialmente na foz do rio Jauru (por esse motivo o nome dado ao marco), em 18 de janeiro de 1754, juntamente com outros marcos, foi construído em Lisboa (Portugal) com duas partes de um lado

⁹¹ BIENNÉS, Dom Máximo, T.O. R. Uma Igreja na Fronteira. São Paulo, 1987.

⁹² O Tratado de Madrid foi um documento régio firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de Janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, na tentativa de pôr fim assim às disputas.

⁹³ Lioz ou pedra lioz é um tipo raro de calcário que ocorre em Portugal, na região de Lisboa e seus arredores (norte e noroeste), nomeadamente no concelho de Sintra, sendo aqui extraído nos arredores da vila Pero Pinheiro. Os seus depósitos foram formados no período Cenomaniano-Cretácico em um ambiente de mar pouco profundo, de águas quentes e límpidas, propícias à proliferação de organismos de esqueleto carbonatado, construtores de bancos de recifes. A rocha caracteriza-se por ser um calcário bioclástico e calciclástico compacto, rico em bio parite e microsparite, geralmente de cor bege, embora existam variedades com coloração que vai do cinza-claro ao rosado e ao esbranquiçado. Foi muito utilizada no país como rocha ornamental e para construção de elementos estruturais, como padieiras e ombreiras. <https://www.marmores-luisgomes.pt>, acessado em 20/072018.

representando a Coroa portuguesa, e do outro lado representando a Coroa espanhola.

Para a demarcação do território, vários exemplares como esse foram afixados ao logo da fronteira, os outros marcos foram quebrados no momento do término do Tratado, o Marco do Jauru permanecendo intacto, foi transferido para a cidade de Cáceres-MT, em 02 de fevereiro de 1883, e assentado na hoje Praça Barão do Rio Branco, por onde esteve no decorrer do tempo em vários espaços da Praça, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a nível Federal no ano de 1978 ano Comemorativo aos 200 anos do Município. Cada lado traz as armas de Portugal e Espanha da época, e a linguagem arquitetônica é o neogótico.

Teve várias funcionalidades, o que a priori tinha o objetivo de demarcar território, passando a ser objeto de disputas do poder local, utilizado como recurso mnemônico, foi protagonista nas narrativas históricas locais por vezes conclamados a representar a história da cidade, foi amplamente utilizado ao longo do tempo, no Brasão e na Bandeira de Cáceres, no logotipo do Instituto Histórico e Geográfico, como capa de livros, inclusive como produto turístico.

Passou por vários momentos e teve várias funcionalidades, além de ser utilizado amplamente como recurso mnemônico, bem como poder simbólico, trata-se de um documento/monumento a ser lido com significações diversas. Desde a utilização do discurso patriótico, para este ser retirado da foz do rio Jauru e ser trazido para o Largo da Matriz em Cáceres, pelo Tenente-Coronel Antonio Maria Coelho, comandante do Distrito Militar de Cáceres, como a busca por embelezamento da cidade por meio do Marco, manipulado pelos diversos grupos detentores do poder local até a década de 1970.

A posição inicial dada ao Marco foi em frente à antiga igreja Matriz no Largo da Matriz em 1883, a segunda posição foi em frente ao cais do Porto Mário Corrêa, na gestão do Prefeito José Monteiro da Silva de 1951 a 1961, período onde a navegação fluvial ainda era intensa, foi assentado em cima do mapa do Brasil (construíram uma base com o formato do mapa do Brasil), o Marco assentado sobre o Mapa do Brasil, traz uma mensagem carregada de simbolismo quanto a questão do patriotismo, a terceira posição temos na década de 1970, ao centro da Praça Barão do Rio Branco, próximo ao

“fogo simbólico da pátria”⁹⁴, e a última voltando ao local de origem de quando chegou na cidade de Cáceres, em frente à Catedral São Luiz, por ocasião do processo de tombamento nº 966-T, local em que permanece até a presente data.

4. A “Praça Barão”⁹⁵ passou por várias transformações o espaço era denominado como Largo da Matriz, desde o período de fundação da urbe, como eram fundadas as cidades portuguesas, às margens do rio, um espaço de sociabilidade, durante muito tempo teve esta denominação de Largo, este espaço transformou-se posteriormente em Boulevard,⁹⁶ em 06 de junho de 1888, e desde 07 de maio de 1912 possui a nomenclatura de Praça Barão do Rio Branco.

Tanto quanto as mudanças de nomenclatura, este espaço teve mudanças físicas, de acordo com a intencionalidade dos que administraram o município, entretanto a sua funcionalidade de espaço de sociabilidade nunca mudou, embora utilizada para fins políticos, manifestações sociais, desfiles cívicos, local de treinamento militar, práticas esportivas variadas, espaços comerciais diversos, palco dos festivais de pesca, de eventos culturais e, sobretudo palco de encontros e desencontros sentimentais.

Além de estar dentro do Perímetro de Tombamento do Governo Federal, faz é tombada pelo Patrimônio Imaterial, no Livro dos Lugares, como Praça da Matriz de Cáceres, devido ela ter exercido um papel importante por nela se realizarem as festas da cavalhada e procissões no Largo da Matriz, também por ser um local de onde partem as embarcações, e ser local de referência dos que habitam a cidade e dos que vem visitá-la.

5. O Rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis, no Estado de Mato Grosso e banha também o Estado de Mato Grosso do Sul e tem como afluente o rio Paraná. Suas duas margens são brasileiras. Faz fronteira do Brasil com a Bolívia apenas no trecho sul da Bolívia. Sempre no rumo sul, dá o contorno da fronteira com o Paraguai até encontrar o Rio Apa, quando deixa o Brasil e segue

⁹⁴ Pira olímpica, instalada no Centro da Praça Barão do Rio Branco, que era acessa nas datas cívicas e comemorativas, principalmente nas comemorações da independência do Brasil simbolizando o patriotismo e o amor pela pátria, essas celebrações ocorreram principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, conforme as fotografias encontradas no Museu Histórico Municipal de Cáceres, constituídas de rituais simbólicos.

⁹⁵ Termo constantemente utilizado no linguajar local.

⁹⁶ Termo utilizado na França para designar uma avenida dupla, separadas por um canteiro central arborizado.

pelo interior paraguaio, até a capital Assunção. Em seu percurso inicial (cerca de 50 km) tem o nome de rio Paraguaisinho, mas logo passa a ser conhecido como rio Paraguai, percorrendo de cerca de 2.621 Km até sua foz, no rio Paraná. São 2,6 mil quilômetros desde a nascente.

Seus principais afluentes são os rios Sepotuba, Cabaçal, Jaurú, São Lourenço, Paraguai Mirim, Pacú, Velho, Negrinho, Taquari, Abobral, Miranda, Novo, Nabileque, Negro (Bolívia e Paraguai), Branco, Tereré, Aquidaban e Apa, no território brasileiro. Os afluentes fora do Brasil são Ypané, Monte Lindo, Jejuí, Manduvirá, Piribebuy, Pilcomayo, Tebicuari e Bermejo

Quanto à dinâmica econômica, em finais do século XIX e início do XX, o uso do rio foi indispensável para os cacerenses, pois a forma de abastecimento de gêneros alimentícios da cidade fora pelo Rio Paraguai, onde existiu intenso comércio de exportação (principalmente da poaia)⁹⁷ e importação (de artigos finos, entre outros produtos vindos do mercado Europeu), par atender as expectativas de se adequar a “modernidade” da elite cacerense, seguindo os modelos da época, da influência da cultura francesa no Brasil, onde era realizado um comércio Brasil, Paraguai, Argentina e Europa.

O rio é referência para a cidade, no início do século XX, além de abastecê-la de água potável, é um espaço de sociabilidade intensamente utilizado, principalmente aos finais de semana, para pescaria, passeios de barco, banhos de rio, práticas esportivas aquáticas, antes de canalizar o abastecimento de água da cidade, fora espaço onde as “lavadeiras” ganhavam seu sustento. É onde anualmente o Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPE, organizado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, realizada as competições esportivas como: Torneio de Pesca Embarcada Motorizada, Pesca de Canoa, Pesca Infantil e Juvenil, Pesca Sênior e recentemente a Pescaria Especial, destinada a Pessoas com deficiência – PCD.

⁹⁷ A poaia é da família da Rubiácea. Seu nome é *Cephaelis Ipecacuanha* mas tem os seguintes nomes populares: cagosanga, cipó-emético, ipeca, ipeca-cinzenta, ipeca-de-Cuiabá, ipeca-do-rio, ipeca-oficial, ipeca-preta, ipecacoanha, ipeca-amarelada, ipeca-canela-da-menor, ipeca-do-Brasil, ipeca-legítima, ipeca-verdadeira, papaconha, pecacuem, picacuanha, poaia cinzenta, poaia-das-boticas, poaia-de-Mato-Grosso, poaia-do-Brasil, poaia-do-mato, poaia-legítima, poaia-preta, poaia-verdadeira, raiz-do-Brasil, raiz-preta, raiz-vomitiva. Sua ação: cardíaca, emética, expectorante, antediesintérica, sedativa, diaforética, hemostática, anti-hemorrágica, antiparasitária. Pode ser usada contra hemopotise, hematúria, hematemesa, leishmaniose, dispnéia, difteria amebiana, irritação da garganta, irritação dos brônquios, irritação dos pulmões, febre gástrica e febre biliosa. (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Na gestão do Dr. Leopoldo Ambrósio Filho, inaugura-se em 22 de Janeiro de 1928, o Porto Mário Correia, em homenagem ao então Presidente do Estado Mário Correia da Costa, que desde a sua inauguração até a década de 1970, houve um intenso fluxo de embarque e desembarque de mercadorias, até o fechamento no início da década de 1970 até 1971.

A partir da década de 1960 com os sistemas rodoviários, rodovias e estradas de rodagem sendo instaladas, temos a diminuição dos transportes intermodais.⁹⁸

Justamente nesse espaço, encontra-se a Orla da cidade de Cáceres, que como esta passou por transformações significativas,⁹⁹ pois desde a sua fundação até o início do século XX, os moradores de Cáceres usufruíram de maneiras diferentes esse cenário, o rio fez parte da vida dos que habitaram em Cáceres no decorrer do tempo, foi no entorno desse espaço social que a cidade tomou forma, crescendo tendo sempre como referência o espaço onde foi iniciado o processo de povoamento local, tanto que nos dias atuais esse local se constitui como Centro Histórico de Cáceres.

Os moradores utilizaram-se do espaço da Orla de Cáceres de diversas maneiras. A princípio, foram criando vários portos, casas, etc. cuja denominação foi usualmente se denominando conforme a localidade teve o Porto da Manga (nas imediações da Rua da Manga, hoje Rua Quintino Bocaiúva), da Praça Barão do Rio Branco, do Maribondo (próximo à antiga Rede Cemat), da Panela (Rua Boa Vista), do Fonseca (Rua dos Operários).

Devido à navegação fluvial via Rio Paraguai ter começado no século XIX, e intensificado no início do século XX, a população local, conforme os documentos oficiais almejavam a estruturação do Porto principal, no Relatório do Intendente de 1922 e 1923, João de Albuquerque Nunes, cita a preocupação em construir uma rampa e a indisponibilidade de verbas públicas, os Relatórios dos anos seguintes de assinados pelo Vice-Intendente Humberto Dulce (1924 e 1925) justifica a falta de interessados na concorrência pública para executar a obra, que se inicia no dia 23 de agosto de 1926, quando Leopoldo Ambrósio Filho toma posse, aparece em vários documentos a destinação de recursos públicos para concluir a obra, foi construído

⁹⁸ Termo utilizado para designar os transportes que até chegar ao seu destino, à carga é levada sucessivamente por diferentes rotas (terrestre, marítima, fluvial, aérea).

⁹⁹ FANAIA, Maria de Lourdes. O Olhar dos Vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos de 1859-1880. In: CHAVES, Otávio Ribeiro e ARRUDA, Elmar Figueiredo de (Org.). História e Memória Cáceres. Editora Unemat, 2011.

com elementos no modelo arquitetônico neoclássico, paralelamente com a construção do prédio do Governo Municipal, de mesmo estilo. Os modelos arquitetônicos existentes em Cáceres são vários.

A tipologia colonial foi à primeira introduzida na cidade de Cáceres, anterior até mesmo a sua existência, pois antes da fundação de Villa Maria do Paraguay, já existiam pessoas que habitavam as redondezas, como a família Pereira Leite, proprietária da Fazenda Jacobina, que data 1727, onde construíram a residência seguindo o padrão colonial. Essa tipologia foi importada da Europa, no período colonial brasileiro até 1830. Trata-se de uma corrente estilística européia adaptada às condições materiais e sócio-econômicas locais, não possui atributos nem elementos decorativos, eram construídos de tijolo de taipa ou adobe, o que para o clima local era excelente. Principais características:

- Grandes cheios entremeados por grandes vazios. (Porta e janelas) cuja função é a de dar sustentação às construções.
- A técnica construtiva empregada é evidenciada na edificação.
- Existência de Beiral (para proteção da ação das águas da chuva sobre as paredes feitas de tijolo cru) e algumas casas com Cumieira (a parte mais alta do telhado).
- Tijolos de Adobe e Taipa (socada ou de pilão).
- Sem ornamentos ou atributos de decoração da casa.¹⁰⁰



Figura 02: Fazenda Jacobina (Fonte: Desconhecida, s/d).

¹⁰⁰ PINHO, Raquel Tegon de et.al. UNEMAT. Cáceres – Mato Grosso. Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil. PIBID/UNEMAT.

Temos várias dessas construções com esse estilo na cidade de Cáceres, entretanto a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado de Cultura tombaram apenas 06 dessas edificações, das quais duas delas foram destruídas pela ação humana e do tempo. A maior parte delas foi construída para moradia, tendo funcionado em determinadas épocas como comércio. Um dos detalhes mais interessantes são os beirais, o beiral encachorrado, mais simples¹⁰¹ e o beiral de Beira Seveira,¹⁰² mais adornado.

Um imóvel tombado e que não mais existe situado na esquina da Praça Duque de Caxias, nº 238 esquina com a Rua Comandante Balduino, de tipologia colonial, construído em 1844 para habitação, passando posteriormente a ser habitação e comércio, proprietária na época do tombamento Joanita da Silva, que foi destruído pela ação do homem e do tempo e que consiste no descaso por parte de pessoas, que hoje respondem judicialmente por ter destruído um imóvel como este, no local ficam instalados outdoors como propagandas das lojas do comércio local.

Na Rua Comandante Balduino, nº 443, esquina com a Rua 06 de Outubro, construído para ser residência, de tipologia colonial, na época do tombamento de propriedade do senhor José Henrique Moreno, também tombou literalmente no ano de 2005, com a mesma ação do imóvel anterior. No terreno foi construído outro imóvel de características modernas com finalidade comercial.

Na Rua 13 de Junho, temos dois imóveis tombados, tem maior visibilidade o imóvel situado entre o cruzamento com a Rua Padre Cassemiro, nº 243, até pouco tempo servia de habitação, sua funcionalidade desde o princípio, entretanto o seu estado de conservação está precário, como está construída no espaço limite do cruzamento de uma rua bem movimentada, causa risco aos transeuntes, e hoje está com tapumes em seu entorno. Ainda na mesma lateral da Rua 13 de Junho, nº 03

¹⁰¹ Peça de pedra ou madeira em balanço apoiada no frechal, que tem a função de sustentar beiras de telhados ou pisos de sacadas ou balcões. Em geral é aparente e frequentemente é lavrado ou recortado, constituindo-se também em um elemento de ornamentação. Às vezes é apenas elemento de decoração; neste caso é pregado sob o teto do beiral. Nas antigas construções, o beiral composto por cachorros era chamado de beiral ou beirada de cachorrada, ou beiral encachorrado. <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/cachorro/16990/>

¹⁰² A expressão Beira - Seveira é uma corruptela de beira sobre beira ou beira sob beira: beira sobeira, beira-seveira. Beira-seveira é um acabamento de parede (onde as telhas se apoiam em cima, de boca de telha, constituída de duas ou mais fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede). <https://www.dicionarioinformal.com.br/beira-seveira/>

que teve desde a sua construção a função de habitação, teve algumas alterações na fachada, embora a estrutura permaneça em bom estado de conservação.

As moradias em estilo colonial tiveram sua construção no século XIX, com afirmamos anteriormente poderiam ser em maior número visto muitas delas permanecerem sendo utilizadas pelos seus moradores até os dias atuais, entretanto foram escolhidas em menor número, e encerrando essa tipologia temos a residência da Rua Marechal Deodoro, nº 262, que permanece com suas características originais e servindo de moradia até a atualidade.

E de estilo neocolonial, temos a Capela dos Padres Franciscanos, construída na Avenida 07 de Setembro na região central da cidade, mescla as características do estilo colonial com adornos típicos das igrejas construídas pelos franciscanos, era de propriedade da Missão da Ordem Terceira Regular de São Francisco, hoje pertence à Diocese de Cáceres/MT.



Figura 03: Igreja dos Padres Franciscanos (Fonte: Desconhecida, s/d).

A arquitetura neoclássica foi uma das marcas deixadas em Cáceres pela elite dominante na cidade no final do século XIX e início do XX. Nesse período surgem às casas comerciais voltadas para importação e exportação através do Rio Paraguai,

que traziam inovações em materiais e estilos de construção, suas principais características arquitetônicas da tipologia neoclássica.

- Grande pé direito.
- Colunas que imitam a Roma e Grécia antiga.
- Portas e janelas com bandeira em arco.
- Frontões.
- Platibanda (ocultando o telhado).
- Frisos e cimalkas.¹⁰³

São em número de 34 os imóveis tombados separadamente em estilo neoclássico, o que considerando que se trata de 47 imóveis no total constantes no Inventário dos Imóveis tombados pelo município e estado, os imóveis de estilo neoclássico são a maioria, que dentre esses a maior parte deles foram construídos para residência, alguns deles foram construídos para as duas finalidades comércio e residência.

Das peculiaridades que temos um dos imóveis foi construído para ser um Clube Social, o maior e pertencente à elite do período, o Esporte Clube Humaitá (De propriedade de Sócio-fundadores). Ainda temos o prédio construído para ser o Mercado Público (pertencente ao poder público municipal), que hoje abriga o Museu Histórico de Cáceres. O imóvel que foi erigido para ser o Hospital São Luiz, construído pela Congregação das Irmãs Azuis,¹⁰⁴ para atender os anseios da população por uma saúde de qualidade dentro do município, pois os pacientes eram tratados em outras localidades, principalmente em Corumbá.



Figura 04: Hospital São Luiz (Fonte: Grupo Retis/UFRJ, s/d).

¹⁰³ PINHO, Raquel Tegon de et.al. UNEMAT. Cáceres – Mato Grosso. Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil. PIBID/UNEMAT.

¹⁰⁴ A Congregação das Irmãs Azuis foi criada no ano de 1836, na cidade de Castres, no sul da França. Em 19 de agosto de 1904 seis irmãs saíram da França, chegando primeiro em Cuiabá e posteriormente em Cáceres, fugindo de perseguições religiosas. As irmãs azuis chegaram em Cáceres em 01 de janeiro de 1907, com o objetivo de fundar uma instituição de ensino, que veio a acontecer em fevereiro, o Colégio Imaculada Conceição – CIC, supõe-se que motivadas pela pobreza do local, nesse primeiro momento se dedicaram a educação, embora já houvessem trabalhado a preocupação com os doentes, posteriormente fundaram o Hospital São Luiz em 04 de janeiro de 1931.

E por fim o prédio da erguido para funcionar a primeira escola pública de Cáceres o Grupo Escolar Esperidião Marques em 1913, situado entre a Rua Tiradentes e a Rua Comandante Balduino, com a sua fachada voltada para a Praça Duque de Caxias, hoje a Escola Estadual Esperidião Marques. Um dos marcos do Ensino Público na cidade de Cáceres, pois o que havia até então eram as escolas que funcionavam nas residências de algumas pessoas que tinham oportunidade de adquirir algum estudo em Corumbá e outras localidades. Neste espaço de ensino público funcionaram temporariamente várias escolas, cursos, foi o embrião da hoje conceituada Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, os seus primeiros cursos ainda como Instituto de Ensino Superior de Cáceres – IESC.

Dentre os imóveis de estilo Neoclássico temos o prédio que do Esporte Clube Humaíta, construído em 1919, situado à Rua Coronel José Dulce, nº 324, de propriedade dos Associados do Clube, inaugurado em 20 de setembro de 1946, que está em completo estado de abandono, houve várias Assembléias para se decidir o destino do clube e não se chega a um consenso, esse clube nos tempos de glória era freqüentado pela elite da cidade.

Os imóveis de estilo neoclássico estão em bom estado de conservação, situados na região central da cidade alguns foram transformados de residência para comércio, entretanto um que está bem visível aos olhos da população é a Casa Glória que foi construída como residência, e comércio, situada à Rua 06 de Outubro, nº 420 – 432 esquina com a Rua General Osório, proprietárias no período em que foi tombada de Nair de Pinho e Antônia Laudecinea de Pinho, destruída pela ação humana e do tempo, e ainda por questões judiciais de inventário, hoje caiu toda estrutura interna o que existe ainda é sua fachada, cercada atualmente por tapumes.

Desses prédios, um que é bem citado quando fazem referência ao casario é o prédio situado entre as Ruas Coronel José Dulce e a Rua Comandante Balduino, nº 202-285, onde funcionou a maior casa de comércio local, do final do século XIX e início do século XX, a Casa Dulce – Ao Anjo da Ventura, como foi citada no primeiro capítulo, firma José Dulce & Vilanova inaugurada em 1871 pelos italianos José Dulce e Leopoldo Lívio D'Ambrósio. No ano de 1890 foi inaugurada a sede neste espaço da cidade.

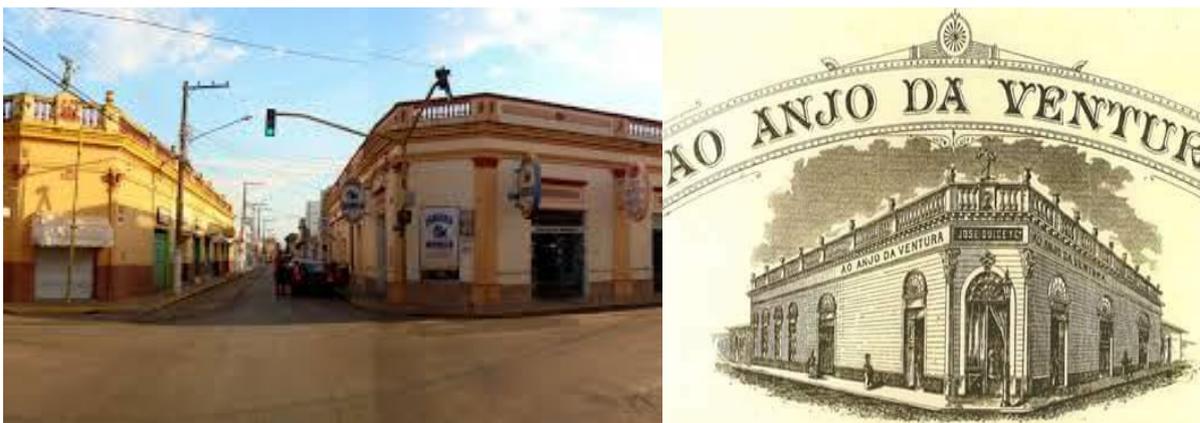


Figura 05: Casa Dulce – Ao Anjo da Ventura (Fonte: Autoria desconhecida, s/d).

Figura 06: Impresso da Casa Dulce (Fonte: Acervo do APMC).

Seguindo esse mesmo padrão de construção, misturando a linguagem neoclássica com mais ornamentos, surgindo no mesmo período que o neoclássico, com a mesma historicidade e funções, tem cinco imóveis tombados individualmente, cujas características abaixo discriminam a tipologia referindo-se a arquitetura eclética:

- Construções com janelas de três folhas.
- Recuo entre a casa e a calçada, muitas vezes preenchida com jardim, passando a impressão de “Palacete”.
- Mistura de vários elementos priorizando estilo Neoclássico, por isso o nome “eclético”.
- Excessos decorativos a exemplo de pilares de muros de algumas edificações semelhantes a troncos de árvores.¹⁰⁵

O estilo eclético demonstra parecer ainda mais imponente que o neoclássico, principalmente por diferenciar das construções do período que eram erguidas alinhadas as ruas, algumas delas possuíam além do jardim na frente da edificação, outro no interior da residência, quase como uma pequena praça. Como características também semelhantes do neoclássico, a maioria foi construída com a finalidade de residência, a única diferenciada foi construída para abrigar o prédio, de estilo arquitetônico neoclássico, situada na Praça Aníbal da Mota, nº 206, construído pelo Intendente Leopoldo Ambrósio Filho, abrigou posteriormente a Câmara Municipal de Cáceres, e simultaneamente de 2005 a 2009 o Arquivo Público Municipal de Cáceres e a Biblioteca Prof.^a Leonídia Avelino de Moraes, e pegou fogo no dia 07 de Outubro de 2015, quando estava prestes a ter o Projeto Arquitetônico

¹⁰⁵ UNEMAT. Cáceres – Mato Grosso. Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil. PIBID/UNEMAT.

de revitalização aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.



Figura 07: Prédio do Governo Municipal (LEITE, 2006).

Dois locais bem citados nas documentações existentes, de tipologia eclética: A Casa Rosa, mesmo ela não tendo sido tombada individual, é de grande visibilidade, por estar situado na Rua João Pessoa, na lateral da Catedral São Luiz, foi construída por José Dulce para moradia, entretanto foram cenários de acontecimentos políticos, como comícios e trágicos, seus proprietários não residem em Cáceres, mas mantém a casa em bom estado de conservação com as características originais, sem grandes modificações.

E de mesma linguagem arquitetônica, embora totalmente modificada internamente, mantendo sua fachada sem muitas modificações, está a Casa Humberto Dulce, onde atualmente funciona a Cooperativa de Crédito - SICREDI, este imóvel é citado em muitas Atas da CEPT, por seu proprietário atual ter descaracterizado o seu interior, situada na Praça Barão do Rio Branco, nº 156, teve entre outras funcionalidades moradia, comércio, lanchonete, boate, para por fim funcionar um banco, é um dos exemplares mais peculiares de que “o antigo e o novo” podem se harmonizar, pois na sua fachada foram colocados vidros muito utilizados nos dias atuais.

São esses alguns dos lugares de memória que podem ser trabalhados em sala de aula, podendo ser explorados pelos professores e alunos, fazendo parte da história e do cotidiano local dos habitantes de Cáceres/MT.

3º CAPÍTULO – A PRODUÇÃO DIDÁTICA EM HISTÓRIA

Diante das dificuldades em encontrar material sobre história local em sala de aula, principalmente utilizando a metodologia da Educação Patrimonial, pensamos na montagem de um material para utilizar em sala de aula ou mesmo em uma aula como roteiro podendo inclusive ser a base para outras produções sobre o tema.

Por que o passado não possui uma verdade fechada (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 30), ele está permanentemente sendo reelaborado, reinventado, de acordo com as situações que surgem no presente, ele é reelaborado e vistos sobre outras perspectivas, construído novas abordagens a partir do surgimento de novas premissas.

Nesse momento é que entra o Ensino de História, com a função de por meio das diferenças representarem a formação de subjetividades bem mais preparadas para uma convivência democrática e cidadã, levando a aceitar a finitude das coisas e só ficam as ruínas para dar testemunho. A partir da consciência da finitude, valorizar o tempo presente procurando dar significado a nossa existência.

E assim o papel do historiador atualmente é dar vida as memórias [...] é aquele que infunde novas vidas àquelas memórias, àquelas narrativas do passado que ameaçam morrer por repetição, recorrência e cristalização (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 37). Dar vida a essas narrativas do passado é o mesmo que produzir significações múltiplas e sentidos aos relatos que outras pessoas já realizaram as tramas da história.

O professor de história tem que buscar narrar a história de uma forma que produza o interesse daqueles que estão nos ouvindo, na tentativa de despertar o interesse dos que escutam para essa produção de sentidos e significações

Nesse sentido, a história como construção, aberta a múltiplas e variadas interpretações, deve, a meu ver, dar lugar aos esquemas simplificadores e reducionistas. Nossa opção historiográfica será intimamente relacionada à nossa postura diante do mundo, do conhecimento, da educação, do ensino e aprendizagem. O professor de História é sujeito de seus saberes e de sua prática historiadora, que é educativa, formativa.

É nesse caminho que seguimos em conjunto professor e alunos, por meio da Educação Patrimonial, História local, unindo os conhecimentos que temos e buscando outros conhecimentos sermos construtores da história, uma história aberta

a múltiplas e variadas interpretações, utilizando de diversos suportes para ser construída, sabendo que somos sujeitos dessa história que iremos construir.

Sendo também esta uma ação de cidadania, pois estamos interferindo diretamente na busca por mudanças de posturas frente a atual situação em que a cidade de Cáceres vive quando passamos por entre as ruas da região central da cidade e ao invés de nos deslumbrarmos com uma cidade bicentenária de posse de um casario secular que poucas cidades em Mato Grosso possui, ao invés disso nos indignamos com o descaso frente ao seu Patrimônio Cultural.

Uma cidade que quer alavancar o turismo, não utiliza a riqueza que possui ao seu favor. Quando falamos em cidadania, é porque vemos que apenas em ações conjuntas, poder público, proprietários de imóveis, e a sociedade em geral, a partir de uma conscientização e ações múltiplas de educação patrimonial, poderia modificar a atual situação a que esta cidade passa.

A partir de uma tomada de consciência de que todos nós somos responsáveis pela preservação dos nossos bens culturais, e que as ações educativas podem pelo menos mudar um pouco essa “realidade”, é que pensamos na produção de um guia didático-histórico para professores da educação básica utilizarem com os seus alunos para uma aula, ou mesmo várias aulas no Centro Histórico de Cáceres, usando a sensibilização para promovermos a Educação Patrimonial, o respeito e a preservação dos bens culturais que a cidade de Cáceres possui.

APRESENTAÇÃO

Prezados,

O presente Guia didático-histórico tem o objetivo de auxiliar alunos e professores em uma aula no Centro Histórico da cidade de Cáceres/MT, utilizando espaços sociais para o desenvolvimento da Educação Patrimonial.

PATRIMÔNIO CULTURAL

É o conjunto de bens de natureza material e imaterial, individuais ou em conjunto, que fazem referência à identidade, ação e a memória dos grupos formadores da sociedade. Patrimônio Material - bens culturais como: vestígios

arqueológicos, paisagísticos, etnográficos, belas artes e artes aplicadas, divididos em imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos e bens individuais) e móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

Patrimônio Imaterial – são as referências culturais praticadas como celebrações (rituais e festas que marcam a vivências coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas sociais), lugares e edificações (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas), formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e ofícios de modos de fazer enraizadas no cotidiano das comunidades.

A CIDADE DE CÁCERES/MT

Fundada em 06 de Outubro de 1778, com o nome de Vila Maria do Paraguai, pelo Tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho, por ordem do Capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, na região oeste da Província de Mato Grosso, às margens do Rio Paraguai. Elevada a categoria de Vila, no ano de 1859,¹⁰⁶ posteriormente à cidade em 1874,¹⁰⁷ com o nome de São Luiz de Cáceres. Possui conjunto de bens culturais tombados individualmente ou em conjunto de natureza material e imaterial.



Figura 08: Vista parcial da cidade. Década de 1960 (MENDES, 1960, p. 123)

¹⁰⁶ CMC. Lei nº 1 de 28 de maio de 1859, assinada pelo Presidente da Província de Matto Grosso Joaquim Raimundo Lamare. Elevação de Freguesia à Vila. APMT.

¹⁰⁷ CMC. Lei nº 3 de 30 de maio de 1874. APMT.

O que é tombamento?

É um instrumento de proteção, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/37, pela Constituição Federal de 1988 e o Decreto-Lei nº 3.551/2000, com o objetivo de preservar os bens materiais e imateriais, para impedir que esses bens desapareçam, mantendo-os preservados as gerações futuras.

CÁCERES/MT E O SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

O primeiro monumento tombado em Cáceres foi o Marco do Jauru, em 04 de Outubro de 1978, durante as comemorações do Bicentenário da cidade de Cáceres/MT.

O primeiro tombamento ocorreu a partir do levantamento do sítio histórico de Cáceres concluído em 02 de junho de 1988, na esfera municipal. Em 1991 a Secretaria de Cultura do Estado tombou provisoriamente (sendo este o segundo tombamento) e em 2002 em definitivo, por meio da Portaria nº 072 de 04 de abril de 2002 (o terceiro tombamento).

A cidade de Cáceres possui o seu Centro Histórico tombado em 2010 e homologado em 2012 (quarto tombamento), pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão federal responsável pela fiscalização e proteção do Patrimônio nacional, como Conjunto Arquitetônico, composto pelo perímetro de Tombamento (demarcação em vermelho) e o seu entorno (demarcado em laranja) conforme a Poligonal abaixo:

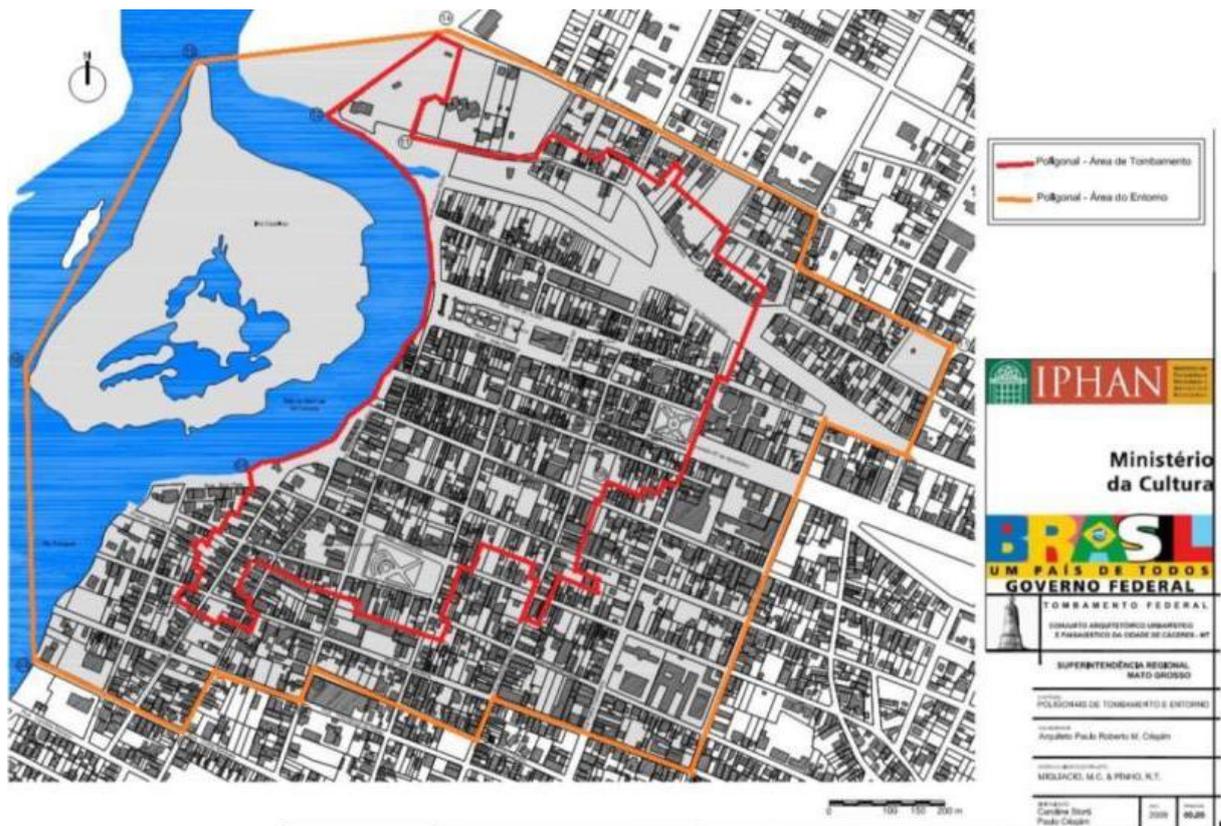


Figura 09: IPHAN: Poligonal – Área de Tombamento Federal – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres – MT. Superintendência Regional de Mato Grosso. Colaborador: Arquiteto Paulo Roberto M. Crispim. Desenvolvimento do Projeto: Maria Clara Migliácio e Raquel Tegon de Pinho. Digitalização Caroline Stori/Paulo Crispim. Atualização 2013.

O Município de Cáceres/MT possui lugares diversos tanto para a elaboração de um roteiro turístico como para um roteiro educativo, apresentamos aqui um Roteiro para uma aula no Centro Histórico, ressaltando que foram escolhidos apenas alguns dos muitos lugares existentes na cidade, a estratégia utilizada fora espaços praticados socialmente e possuísem referência bibliográfica e documental, o que não quer dizer que não existam outros, que podem ser pesquisados posteriormente.

Utilizando a metodologia da Educação Patrimonial, o uso de fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, o contato direto com a fonte de conhecimento para a produção de múltiplos aspectos, sentidos e significados, utilizando a história local, para buscar a sensibilização, para a valorização do patrimônio cultural para que a geração atual e às futuras gerações possam usufruir desses bens culturais.

LUGARES DE MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES - MT

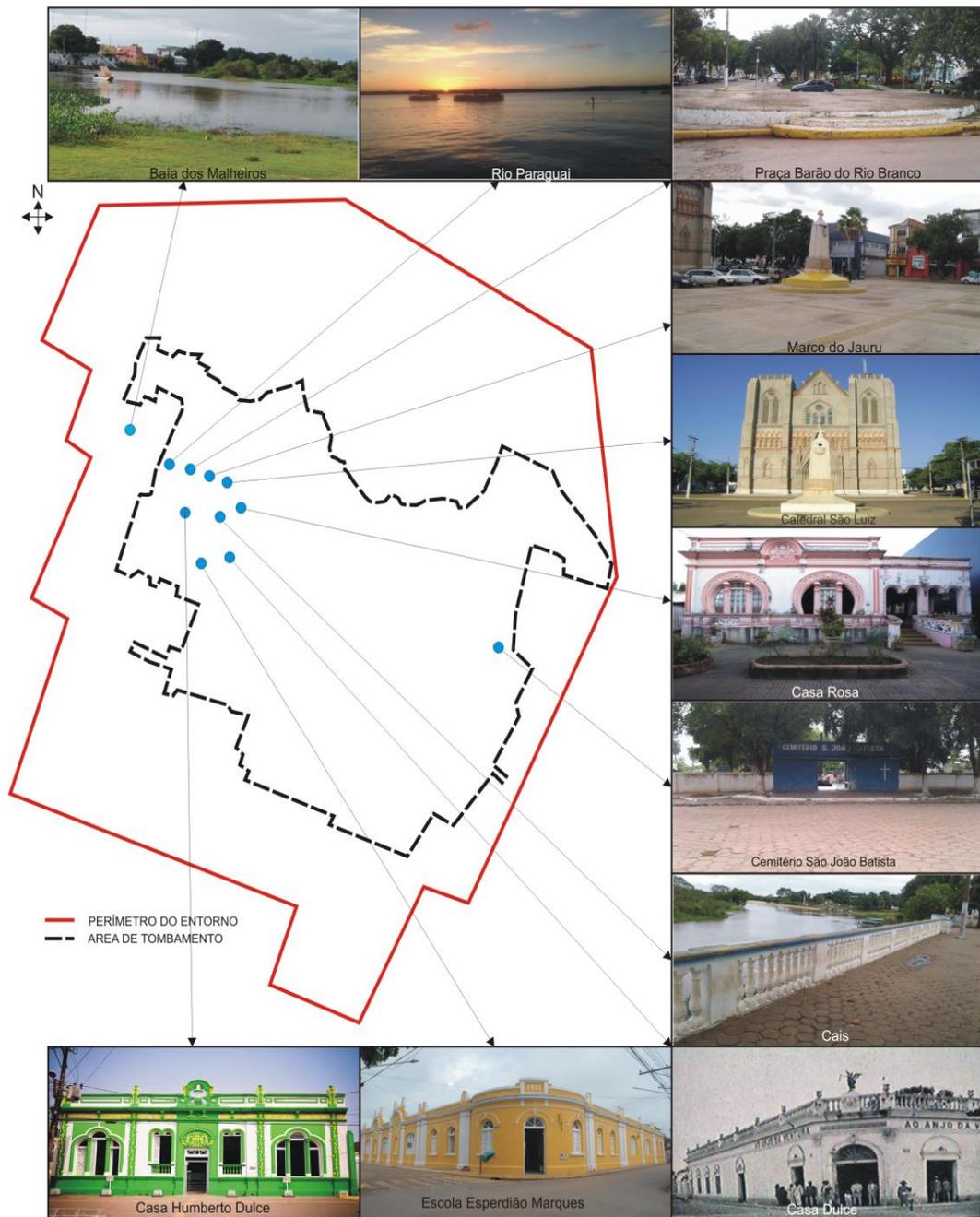


Figura 10: Lugares de Memória privilegiados na produção histórico-didática (SANTOS, 2018).

1. Baía do Malheiros/Praia do Daveron/Casa do Daveron/Sede da SEMATUR.

A Baía do Malheiros está localizada na área central da cidade, e a região compreende o Cais do Porto Mario Corrêa e a Área onde está a sede da Secretaria de Turismo e Cultura (complexo turístico Parque Sangradouro)¹⁰⁸ a Casa e Praia do Daveron, Área verde alagável ao fundo e gramado (conhecido popularmente como SEMATUR)¹⁰⁹, com uma distância de 800 metros de margem, área localizada dentro do perímetro urbano da Poligonal de Tombamento do IPHAN, Constituída de uma ilha fluvial que fica na área de entorno do perímetro tombado, que transformada em Baía por meio da aprovação da Câmara Municipal em 19 de junho de 1879.¹¹⁰ É um espaço natural no Centro da Cidade de Cáceres, situado uma Área de Preservação Permanente - APP,¹¹¹ que com o tempo foi ocupada e se transformando em um espaço de lazer, onde a população frequenta diariamente para a prática esportiva, além de receber pessoas das mais variadas localidades do mundo, visitantes ou turistas.

Quanto ao espaço pertencente à Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura, conhecido como Casa do Daveron, espaço construído pelo norte-americano Alexander Sólón Daveron,¹¹² que no ano de 1997, o então Prefeito Municipal Aloísio

¹⁰⁸ Nominção dada ao Projeto que compreende a construção do Centro de Eventos Maria Sophia Leite, Casa de Artes Dulce Regina Curvo, Praça de Eventos estendendo até a quadra poliesportiva e pista de skate.

¹⁰⁹ Sigla referente à Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, criada a partir da Lei nº 1.376 de 1º de abril de 1997 que cria a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, que por mais que tenha passado por mudanças na nomenclatura a sigla SEMATUR está cristalizada na memória cacerense. A Secretaria através da Lei nº1.376 de 1997. No momento em que a Prefeitura cria a SEMATUR, adquire o “terreno e respectivas construções, conhecido como “Chácara do DAVERON” para instalação da SEMATUR”. (Mendes, 2009, P. 179).

¹¹⁰ O Rio Paraguai passava diretamente na região central da cidade, então os governantes locais preocupados com o período de cheias e os riscos de alagamento da área central, decidiram abrir um canal na região conhecida como furadinho, para que o volume maior de águas passasse pelo canal, e a região central se transformasse numa Baía, com a diminuição das águas também impediu o assoreamento da região central de Cáceres/MT

¹¹¹ As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são espaços territoriais especialmente protegidos de acordo com o disposto no inciso III, § 1º, do art. 225 da Constituição Federal. O Código Florestal (Lei Federal no 4.771, de 1965 – e alterações posteriores) traz um detalhamento preciso das Áreas de Preservação Permanente (aplicável a áreas rurais e urbanas), da Reserva Legal (aplicável às áreas rurais) além de definir outros espaços de uso limitado (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

¹¹² Cf. COUTINHO, Maria Aparecida A. “Alexander Solon Daveron nasceu em Oakland, Califórnia, E.U.A., no dia 26 de outubro de 1899”. Após formar-se pela Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1922, ele trabalhou como gerente de uma plantação de bananas da United Fruit Company the Costa Rica. Quando trabalhava na drenagem de uma plantação de cacau numa área chamada Zent, contraiu uma forma maligna de malária. Com saúde debilitada voltou a Inverness, Califórnia para tentar a recuperação. Na Califórnia, em 1927-1928, fez cursos de pós-graduação em Berkeley na

Coelho de Barros, adquiriu para ser a Sede da recém-criada Secretaria de Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR.

A ilha fluvial situada na Baía do Malheiros é um istmo onde houve a interferência diretamente das ações do poder público local, já funcionou o “Restaurante Mini-Praia”, durante a década de 1970 até a década de 1990, mas que foi desativado e no ano de 2000, através da Lei nº 1.646,¹¹³ o então Prefeito Aloísio Coelho de Barros transforma a ilha em Reserva Biológica, se tornando uma área de APP, mas não cria uma Unidade de Conservação - UC não havendo mais ações diretas no local, realizadas pela Prefeitura, servindo apenas de espaço para a realização de acampamento ou piqueniques, onde espécies de animais da fauna pantaneira vivem e temos uma vegetação preservada.



Figura 11: Baía do Malheiros em Cáceres/MT Fonte da Imagem: www.googlemaps.com.

Escola de Medicina da Universidade Johns Hopkins como estudante especial de patologia. Em dezembro de 1930 foi convidado a fazer parte de Mato Grosso Expedition (uma expedição científica norte americana ao oeste brasileiro e à Bolívia) como seu médico. A expedição escolheu como local para o acampamento principal a cidade de São Luiz de Cáceres. Daveron separou-se por conta própria, acompanhado de índios, pelo Gran Curichi, onde começou um estudo de morcegos vampiros. Em 1932 Daveron voltou a Baltimore onde trabalhou como patologista. No ano seguinte fez nova viagem ao Brasil onde passou quatro meses, trazendo de volta aos Estados Unidos um “lobo fantasma” para o zoológico de Washington. Assim começou uma década de coleta de animais para museus e zoológicos. Em 1935 Daveron veio ao Brasil pela terceira vez, a fim de fazer um estudo aprofundado, para a firma de Crosse & Blackwell, da indústria de mate no Brasil, Paraguai e Argentina. Quando estava na Argentina, foi avisado pela Crosse & Blackwell, eles haviam desistido da idéia de comercializar o mate nos Estados Unidos depois d uma decisão severa do governo americano contra uma firma de Chicago, cujos comerciais exageravam as qualidades benéficas do mate. [...] A cidade mais próxima de Descalvados era Cáceres, com aproximadamente 5.000 habitantes em 1937. Tinha várias lojas que vendiam mercadorias gerais, medicamentos, e roupas. Barcos vapor traziam mercadoria de Corumbá (500 milhas ao sul de Cáceres). A cidade também tinha um bom número de carpinteiros e mecânicos. Daveron alugou uma chácara (que mais tarde compraria) ao norte da cidade, na margem do rio, que serviria de base para expedições por território indígena. [...] Daveron chegou a voltar aos Estados Unidos na década de 1980 para consultar médicos americanos, mas veio a falecer em Cáceres no dia 23 de março de 1987. “Ele foi sepultado na sua propriedade às margens do rio Paraguai.” Disponível em: <http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=3638>.

¹¹³ PMC. Lei nº 1.646/2000, de 03 de abril de 2000, que Cria a Reserva Biológica da Mini Praia e dá outras providências.



Figura 12: Casa do Daveron, com destaque para o local onde o mesmo está sepultado. Fonte da Imagem: NUDHEO.

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- ⇒ O espaço cristalizado na memória dos cacerenses como SEMATUR é um dos locais de intensa frequência, dos que buscam atividades esportivas e de lazer ao ar livre, aos finais de tarde, feriados e finais de semana.
- ⇒ Local de encontros visitado por alunos quando são dispensados das aulas, ou muitas vezes resolvem “matar aula”.
- ⇒ Na ilha fluvial, em época de seca, é utilizada para acampamento de pessoas que buscam tranquilidade e sossego.



Figura 13: Imagem da Ilha fluvial em frente ao Cais da Praça Barão do Rio Branco. Foto: Ênio Araújo (MENDES, 2009, p. 190)



Figura 14: Imagem do Grupo de Idosos do Centro de Convivência dos Idosos – CCI – Festa de São João (lavagem do santo). PMC, 2017.



Figura 15: Imagem da Região da Praia do Daveron, destaque para a mistura entre embarcações e animais. Fonte: Acervo Carlos Giovanni Furtado. s/d.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

- 1 – Procure nas redes sociais ou de forma impressa fotografias de pessoas no espaço da Praia do Daveron.
- 2 – Busque imagens dos torneios de pesca onde aparece o espaço da Praia do Daveron.
- 3 – Faça uma análise da Poesia:

BAÍA DE CÁCERES

Enseada que se formou
Do próprio curso do rio desviado
Por ação da mão humana.
Eis a baía de Cáceres
Remanso de tranquilas águas.
Na graça de tua forma sinuosa
Beijando as barrancas

Do nosso centro urbano,
compões, ó baía,
com os balaustres do porto,
a ilha verdejante e o céu da tarde,ambeante de cores,
o fenômeno sem-par
do pôr-do-sol cacerense.

O espetáculo é todo nosso!

Por isso te chamamos,

Enseada amiga,

Carinhosamente

Baía de Cáceres

MENDES, Natalino Ferreira. Pássaro Vim-vim: poesia da terra. Cáceres/MT. Editora UNEMAT, 2010, p. 27

SUGESTÕES DE LEITURAS

Encontramos informações sobre o assunto os livros Anhuma do Pantanal, Memória Cacerense e Pássaro Vim-vim do Prof. Natalino Ferreira Mendes.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: No local utilizamos a sensibilização pelas significações que o local possui, uma natureza impressionante onde podemos observar os aspectos do Bioma Pantanal sua fauna e flora, articular com as histórias das lavadeiras, festivais de pesca, entre outras tantas festividades ali realizadas, a história do Daveron deve ser explorada, juntamente com o espaço construído pelo norte-americano.



Figura 16: Enchente no Rio Paraguai . Acervo Museu Histórico de Cáceres (04/03/1980)



Figura 17: Baía do Malheiros/SEMATUR em 04/01/2018 (SANTOS, 2018)

2. CATEDRAL SÃO LUIZ.

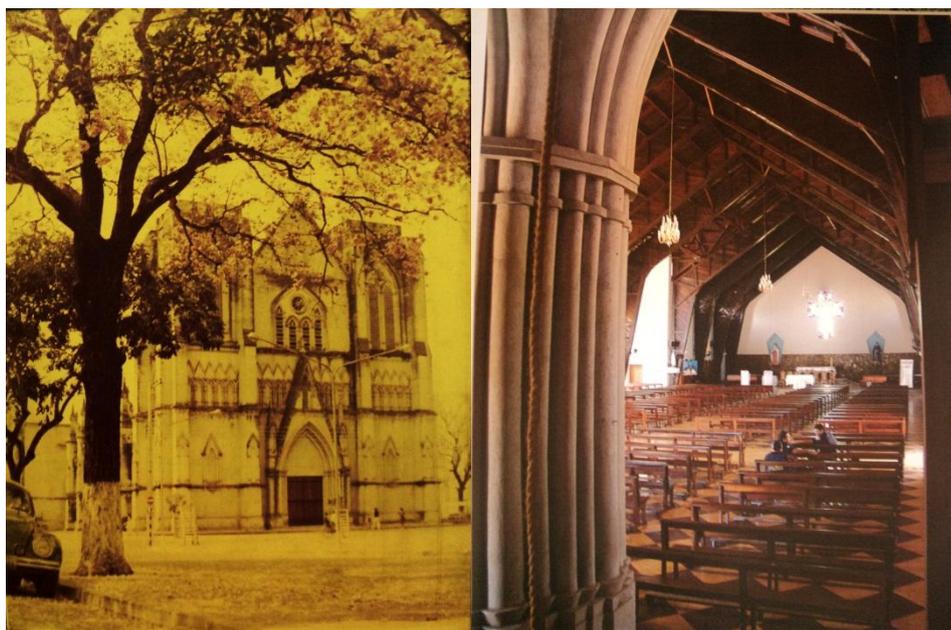
A Catedral São Luiz, marco simbólico da influência francesa em Cáceres, está localizada na Rua Comandante Balduino, em frente à Praça Barão do Rio Branco, a construção dessa igreja teve início no ano de 1919, mas só foi concluída no ano de 1965, devido a várias dificuldades encontradas.

A Catedral originalmente seria construída na Praça Major João Carlos, entretanto, foi transferida para o Largo da Matriz, tornando-se a sede da Diocese de São Luiz de Cáceres, iniciada as obras em 1919, em frente à antiga igreja matriz, no ano de 23 de fevereiro de 1949 a construção ruiu, retomando a obra somente em 1955 e nunca foi concluída conforme o Projeto original, devido a ausência de recursos financeiros.

No momento em que foi projetada, foi um período em que os padrões de modernidade vindas da França estavam em ascensão, assim a Catedral foi planejada como uma réplica da Catedral de Notre Dame de Paris com inspiração no estilo gótico e Neogótico, a Catedral São Luiz de Cáceres teve suas estruturas internas ruídas no processo de construção, após seis anos a obra parada, quando retomaram esta não seguiu o plano original, liderada pelo Bispo D. Máximo Biennés quando chegou à cidade, atuando na Paróquia São Luiz, conclamou a população que com ajuda financeira acabou a construção que foi inaugurada em 1965, após 45 anos da colocação da Pedra Fundamental (1919).

A sua construção passou por muitos momentos, a morte prematura do Engenheiro responsável, e idealizador do Projeto, dentre as dificuldades encontradas, falta de profissionais, engenheiro e técnicos que solucionassem os problemas relacionados

ao estilo gótico (telhados caídos, estilos pirâmides, decoradas de vitrais), a estrutura não se adequava à planície arenosa cacerense até a sua inauguração no ano 1965. Esse prédio nunca chegou a ser finalizado conforme o Projeto idealizado em 1919, o telhado, que teve que ser adequado, e a conclusão da obra deveu-se aos esforços da população cacerense, tendo a frente o Bispo Dom Máximo Biennés, que por meio de promoções festivas, em conjunto com os fiéis, levantaram fundos para concluir a obra.



Figuras 18 e 19: Vista frontal e interna da Catedral São Luiz em Cáceres – MT. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Municipal de Cáceres – MT.

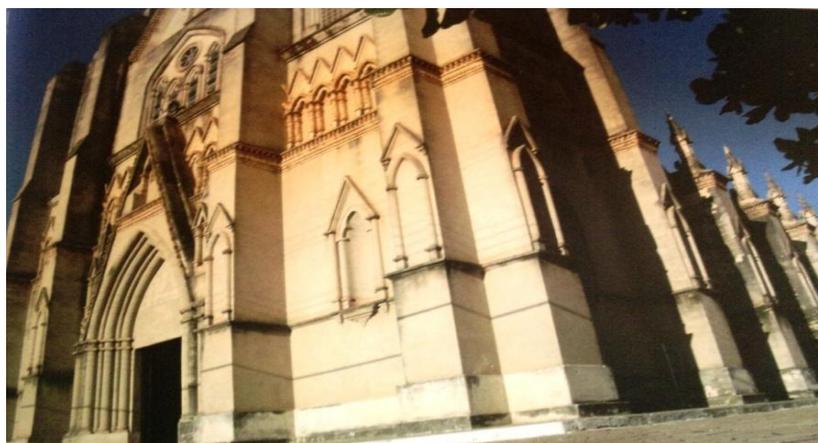


Figura 20: Vista frontal e lateral da Catedral São Luiz em Cáceres – MT. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Municipal de Cáceres – MT



Figura 21: Vista frontal e lateral da Catedral São Luiz em Cáceres – MT. Fonte: PMC Foto: Ronivon Barros.



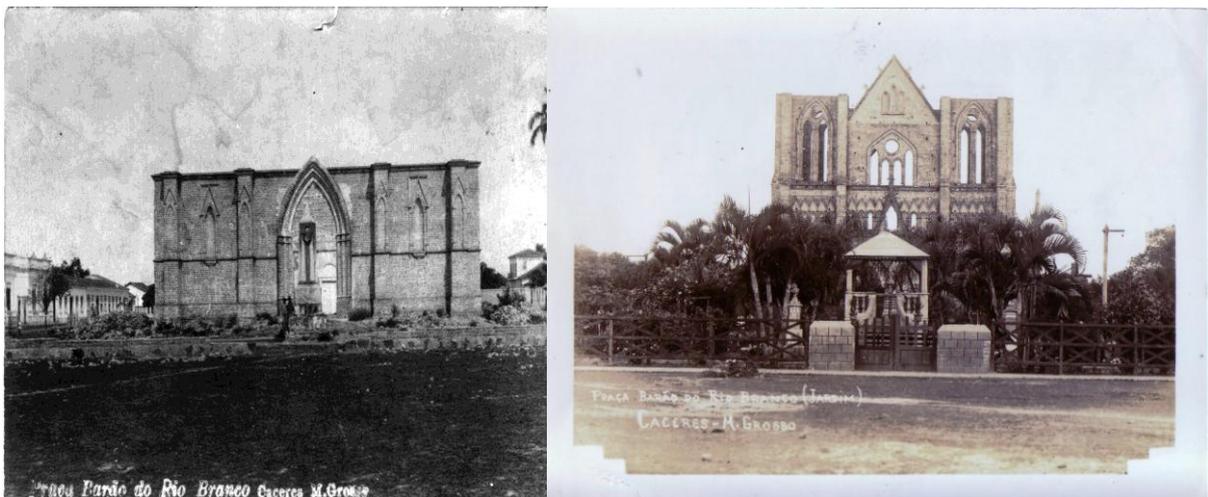
Figura 22: Imagem da Catedral São Luiz em Cáceres em construção – MT, em destaque o Jardim Público da Praça Barão do Rio Branco. Acervo: Ana Lúcia Gomes da Silva Rabecchi. Fonte: (MENDES, 2009, p.124).



Figuras 23 e 24: Imagem da Catedral São Luiz em Cáceres em construção. Fonte: (sem identificação, s/d).



Figura 25: Imagem da Catedral São Luiz em Cáceres em construção – MT, interior da Catedral em destaque a imagem ao fundo da antiga igreja matriz. Acervo: Natalino Ferreira Mendes. Fonte: (MENDES, 2009, p.103).



Figuras 26 e 27: Imagens da construção da Catedral São Luiz em Cáceres – MT. Fonte: (sem identificação, s/d).

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- ⇒ O espaço imponente de visitação de habitantes e turistas, inclusive pessoas de outras crenças religiosas.
- ⇒ Na cidade existem lendas ligadas a sua construção uma delas é a do Minhocão.
- ⇒ Houve suspeitas que a ruína da catedral deveu-se a existência de corpos de pessoas que foram enterradas e não retirados para a construção do alicerce da Catedral.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

- 1 – Pesquise sobre atividades realizadas na Catedral São Luiz.
- 2 – Procure fotografias de festas de São Luiz realizadas no mês de agosto em homenagem ao padroeiro de Cáceres/MT.
- 3 – Faça uma análise da Poesia:

CATEDRAL DE SÃO LUIZ

Monumento de fé
Do povo cacerense
A catedral de São Luiz
Exprime,
Na sua impotência
E nas arquitetônicas linhas,
O arrojo e a perseverança
Dos habitantes desta terra,
Liderados por homens de visão,
Entre os quais
Três nomes,
Da Ordem Terceira Regular
De São Francisco,
Se destacam:
D. Luiz Maria Galibert,
Que lançou as obras do grande templo;
Frei Ambrósio Daydé,
Denodado continuador;
E D. Máximo Biennés,
Que, partindo das ruínas
Deixadas pelo fatídico desabamento
de parte da construção, concedeu a idéia luminosa
de retomar com ânimo forte,
os trabalhos de recuperação

da nossa majestosa catedral, aproveitando ao máximo o estilo original.

MENDES, Natalino Ferreira. Pássaro Vim-vim: poesia da terra. Cáceres/MT. Editora UNEMAT, 2010, p. 66

SUGESTÕES DE LEITURAS

Para informações sobre a Catedral São Luiz: Uma igreja na fronteira (Dom Máximo Bieenés), Estrela de uma vida inteira/Cantos de Amor e Saudade (nome da 2ª edição do livro) – A História de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella (Martha Baptista), História de Cáceres da Administração Municipal, Memória Cacerense e Pássaro Vim-vim do Prof. Natalino Ferreira Mendes.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: No local utilizamos a sensibilização pelas significações que o local possui, uma arquitetura imponente, as histórias ali vivenciadas, quando adentramos o espaço interno podemos contemplar a beleza do aspecto, visualizar a maquete construída pela UNEMAT situada próxima a porta principal, contarmos lendas, histórias e verificar com os alunos o que eles sabem sobre a Catedral, em sala analisar as fotografias comparando as fotos antigas com as atuais, explorando os aspectos da construção da Catedral.

Veja também: <http://www.caceres.mt.gov.br/Especial/3698/a-lenda-do-minhocao#.W1i8KNVKjIU> e <http://www.caceres.mt.gov.br/Especial/3701/lenda-da-serpente#.W1i8t9VKjIU>



Figura 28: Imagem da construção da Catedral São Luiz em Cáceres – MT com destaque para o Marco do Jauru. Fonte: NUDHEO/UNEMAT (década de 1930).



Figura 29: Catedral São Luiz em Cáceres – MT em 04/01/2018 (SANTOS, 2018).

3. MARCO DO JAURU.

O Marco do Jauru simboliza a demarcação do Tratado de Madri,¹¹⁴ que estabeleceu as fronteiras entre as Coroas Portuguesa e Espanhola no período de colonização no Brasil. A estrutura do monumento é de mármore e pedra de lioz e tem 4,4 metros, montado e colocado inicialmente na foz do rio Jauru (por esse motivo o nome dado ao marco), em 18 de janeiro de 1754, juntamente com outros marcos, foi construído em Lisboa (Portugal) com duas partes de um lado representando a Coroa portuguesa, e do outro lado representando a Coroa espanhola.

Para a demarcação do território houveram vários marcos, os outros marcos foram quebrados no momento do término do Tratado, o Marco do Jauru permanecendo intacto, foi transferido para a cidade de Cáceres-MT, em 02 de fevereiro de 1883, e assentado na hoje Praça Barão do Rio Branco, por onde esteve no decorrer do tempo em vários espaços da Praça, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a nível Federal no ano de 1978 ano Comemorativo aos 200 anos do Município. Cada lado traz as armas de Portugal e Espanha da época, e o estilo arquitetônico é o neogótico.

Teve várias funcionalidades, o que a priori tinha o objetivo de demarcar território, passando a ser objeto de disputas do poder local, utilizado como recurso mnemônico, foi protagonista nas narrativas históricas locais sempre conclamado a representar a história da cidade, foi amplamente utilizado ao longo do tempo, no Brasão e na Bandeira de

¹¹⁴ O Tratado de Madrid foi um documento régio firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de Janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, na tentativa de pôr fim assim às disputas.

Cáceres, no logotipo do Instituto Histórico e Geográfico, como Capa de livros, inclusive como produto turístico.

Passou por vários momentos e teve várias funcionalidades, além de ser utilizado amplamente como recurso mnemônico, bem como poder simbólico, trata-se de um documento/monumento a ser lido com significações diversas. Desde a utilização do discurso patriótico, para este ser retirado da foz do rio Jauru e ser trazido para o Largo da Matriz em Cáceres, pelo Tenente-Coronel Antonio Maria Coelho, comandante do Distrito Militar de Cáceres, como a busca por embelezamento da cidade por meio do Marco, manipulado pelos diversos grupos detentores do poder local até a década de 1970.

A posição inicial dada ao Marco foi em frente à antiga igreja Matriz no Largo da Matriz em 1883, a segunda posição foi em frente ao cais do Porto Mário Corrêa, na década de 1930, período onde a navegação fluvial era intensa, foi assentado em cima do mapa do Brasil (construíram uma base com o formato do mapa do Brasil), o Marco assentado sobre o Mapa do Brasil, traz uma mensagem carregada de simbolismo quanto à questão do patriotismo, a terceira posição na década de 1970, ao centro da Praça Barão do Rio Branco, próximo ao “fogo simbólico da pátria” ¹¹⁵, e a última voltando ao local de origem de quando chegou à cidade de Cáceres, em frente à Catedral São Luiz, por ocasião do processo de tombamento nº 966-T, local em que permanece até a presente data.

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- ⇒ O Marco do Jauru é um recurso utilizado geralmente quando faz referência a história de Cáceres.
- ⇒ No Brasão de Cáceres, criado na administração do Prefeito Ernani Martins (1967-1970), juntamente com a bandeira de Cáceres, pois o brasão está no Centro da bandeira, tem as cores da bandeira do Brasil e o Marco ao centro, que é justificado pelo Prof. Natalino Ferreira Mendes: “...representa o justo padrão histórico de nossos esforços na luta homérica pela dilatação das nossas fronteiras e grandezas do Brasil”(MENDES, 2010).
- ⇒ No ano de 2009 foi formada uma Comissão intitulada de Expedição Revisora composta por militares do 2º BFRON, representantes do poder público

¹¹⁵ Pira Olímpica, instalada no Centro da Praça Barão do Rio Branco, que era acessa nas datas cívicas e comemorativas,

municipal, membros do IHGC, da UNEMAT, UFMS e UFMT, promoveram estudos para localizar o local original onde o marco foi instalado às margens do Rio Jauru, e afixaram um marco simbólico feito de madeira, logo em seguida promoveram a “lavagem do Marco do Jauru”, na Praça Barão do Rio Branco.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

- 1 – Qual o significado que o marco traz para você.
- 2 – Você tem alguma fotografia no Marco do Jauru, que simbolismo ela traz?
- 3 – Qual é a representação que o Marco do Jauru passa nas imagens abaixo:



Figura 30: Xilogravura do Marco do Jauru Fonte: Sem identificação (s/d).

Figura 31: Brasão de Cáceres. Acervo Prefeitura Municipal de Cáceres(s/d).

- 4 – Faça uma análise da Poesia:

MARCO DO JAURU

Guardando velhos arcanos
Da gente antiga, valente,
- Dos Lusos e Castelhanos,
Como um gigante impotente
Jaz na praça principal, Desta terra hospitaleira,
Em frente da Catedral,
Velho Marco de Fronteira.
Traz nas faces as legendas
Das conquistas ideais...

- A vitória nas contendas
Entre dois povos rivais.
Atestado d potência
Do português valoroso
Na longa, antiga pendência
Co'o vizinho poderoso
O Tratado comemora
De setecentos cinqüenta
Celebrado em boa hora
Com Castela sempre atenta;
Disciplinando a expansão
Dos dois reinos colossais,
Que se valem da ocasião
Dos parentescos reais!
Ele nos lembra GUSMÃO
- Conterrâneo original,
Alcunhado com razão
Na Espanha, em Portugal,
Por seus feitos e valia
(Alma forte e varonil!)
"O pai da diplomacia"
Que muito honrou o Brasil
Na face, que o sul contempla,
Desse Marco de Fronteira,
Há um lema que acalenta
Esta Terra brasileira:
- "Justiça e Paz se oscularam"
Nestas plagas sem rivais ...
- Grande exemplo nos legaram
Nossos fiéis ancestrais.
E o Marco, velho na idade,
Jaz em pedra, conservado
No coração da cidade

Como precioso legado ...

Aos que passam impressiona

Pela forma e pela história:

Do seu conjunto assoma

Todo um passado de glória

MENDES, Natalino Ferreira. Anhuma do Pantanal: poesia da terra. Cáceres/MT, 1993, p. 26 e 27.

SUGESTÕES DE LEITURAS

Para informações sobre o Marco do Juru: História e Memória Cáceres Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda (orgs), Texto do Luiz César Castrillon Mendes publicado na Revista História e Fronteira, História de Cáceres da Administração Municipal, Efemérides Cacerenses I e II, Anhuma do Pantanal, Memória Cacerense e Marco do Juru do Prof. Natalino Ferreira Mendes, e recentemente Marco do Juru – Arquivo, monumento e Memória de Daniel Genuíno.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: Utilizando o imaginário dos alunos, busque as memórias e significações sobre o Marco, pode ser realizado um levantamento dos símbolos e lugares onde a imagem do monumento foi utilizada. Também fazer uma análise das fotografias e os locais onde o monumento foi colocado.



Figura 32: Igreja Matriz, situada aos fundos da Catedral e demolida após a construção desta e primeira posição do Marco do Juru no Largo da Matriz, hoje Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Municipal de Cáceres – MT, s/d.



Figura 33: Igreja Matriz, situada aos fundos da Catedral e demolida após a construção desta e primeira posição do Marco do Jauru no Largo da Matriz, hoje Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Municipal de Cáceres – MT



Figura 34: Aos fundos da Catedral e o Marco do Jauru na Praça Barão do Rio Branco década de 1960. Acervo Natalino Ferreira Mendes. Fonte: (MENDES, 2009, p.77)



Figura 35: 2ª Posição do Marco do Jauru em Cáceres – MT.
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Municipal de Cáceres – MT.



Figura 36: 3ª Posição do Marco do Jauru em Cáceres – MT.
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Municipal de Cáceres – MT.



Figura 37: 4ª e última posição do Marco do Jauru em Cáceres – MT.
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Histórico Municipal de Cáceres – MT.



Figura 38: Marco do Jauru em Cáceres – MT em 04/01/2018 (SANTOS, 2018).

4. PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO.

A “Praça Barão”¹¹⁶ passou por várias transformações o espaço era denominado como Largo da Matriz, desde o período de estabelecimento da urbe, como eram fundadas as cidades portuguesas, às margens do rio, um espaço de sociabilidade, durante muito tempo teve esta denominação de Largo. Tanto quanto as mudanças de nomenclatura, este espaço teve mudanças físicas, de acordo com a intencionalidade dos que administraram o município, entretanto a sua funcionalidade de espaço de sociabilidade nunca mudou, embora fosse utilizada para fins políticos, manifestações sociais, desfiles cívicos, local de treinamento militar, práticas esportivas variadas, espaços comerciais diversos, palco dos primeiros Festivais de Pesca, de eventos culturais e, sobretudo de encontros e desencontros sentimentais. De Largo da Matriz no século XVII e XIX, ainda como esta teve sua estrutura transformada em Boulevard, quando em 1912 torna-se Praça Barão do Rio Branco, através da Resolução nº 57, que modifica os nomes de várias ruas, travessas, becos e praças da cidade, homenageando figuras públicas a República ente outros nomes, alguns permanecem até a atualidade e outros foram modificados, o que nos dá a dimensão do espaço citadino no momento, compondo a região hoje considerada centro da cidade estendendo um pouco mais as primeiras ruas que hoje formam o Bairro da Cavahada.

Foi apenas em 1936 inaugura-se o primeiro Jardim Público, do qual os próprios moradores dos arredores cuidavam, já teve dois coretos, o 2º Coreto foi inaugurado em 21/01/1961, pergolato em frente à Catedral, ainda durante alguns festivais de pesca construíram réplicas das fazendas Facão, Jacobina, Descalvados, do Barco Etrúria, construíram outros coretos, embora que temporários, entretanto houve a inauguração de cada obra e modificação realizada nesta Praça, não fugindo as interferências políticas locais, mais recentemente ficou fechada devido a um Projeto de Revitalização durante os anos de 2014 a 2017, sendo mais uma vez reinaugurada com atos comemorativos e atuais políticas, inclusive na tendo bancos na inauguração atores envolvidos com a Prefeitura Municipal fizeram gestão entre os moradores do entorno da praça e ocorreu mais um ato inaugurativo “os bancos” da Praça Barão ainda em 2017.

¹¹⁶ Termo constantemente utilizado no linguajar local.

A Praça Barão do Rio Branco, além de estar dentro do Perímetro de Tombamento do Governo Federal, faz é tombada pelo Patrimônio Imaterial, no Livro dos Lugares, como Praça da Matriz de Cáceres, devido ela ter exercido um papel importante justificam por nela se realizarem as festas da cavalhada e procissões no Largo da Matriz, também por ser um local de onde partem as embarcações, e de referência dos que habitam a cidade e dos que vem visitá-la.

É um local onde já havia habitantes anterior a 1778, justificada na Ata de Fundação de Vila Maria como incremento à população, as cidades portuguesas eram assim concebidas um rio, um largo (praça) e uma igreja (Matriz), em torno dela são construídas significações diversas, tanto que ela se constitui um dos lugares lembrados ao referenciar a cidade de Cáceres, a sua volta está o casario secular, onde as pessoas que habitam e visitam a cidade utilizam como ponto de referência às práticas sociais. O seu entorno é formado pela catedral a leste, o cais a oeste, o casario nas laterais, com bares, restaurantes, sorveterias, lanchonetes, cinema, banco, colégio, consultórios, salão de beleza, habitações, lojas, bancas de revistas, pontos de táxi entre outros comércios.

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- ⇒ É um dos espaços sociais mais fotografados na cidade de Cáceres/MT, se fosse realizado um concurso de fotografias, se colocarmos o nome em sites de busca ou nas redes sociais teremos muitas imagens do local.
- ⇒ O primeiro Jardim Público foi inaugurado em 19 de novembro de 1936, de acordo com a matéria do Jornal A Razão de 21/11/1936 e o calçadão entregue aos munícipes em 25 de maio de 1977.
- ⇒ Em 20 de janeiro de 1961 a Praça Barão ganha um coreto novo, onde a Banda Municipal e a Banda do Quartel geralmente se apresentavam aos domingos, no momento do término da missa dominical.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

- 1 – Quando você lembra-se da Praça Barão, que recordações vêm a sua memória?
- 2 – Realize uma análise comparativa das modificações físicas da Praça Barão do Rio Branco nas fotografias abaixo. Em seguida pesquise entre os seus familiares ou

conhecidos as memórias que eles carregam sobre a Praça em outros formatos e suas experiências ali vivenciadas, fazendo um relato dessas memórias.

3 – Faça uma análise da Poesia pesquisando os significados das palavras:

“BOULEVAR”

Quem a Cáceres chegasse

(ainda São Luiz)

Em mil oitocentos e oitenta e oito

Veria, curioso, no pátio da Matriz,

Agora praça Rio Branco,

Um “boulevard”

Construído,

Com apoio do povo,

Por Murtinho,

Magistrado da Comarca,

Acompanhando os costumes

De centros desenvolvidos,

Liderados pela França.

Hoje a nova geração pergunta:

- como se distraia socialmente o povo

De uma cidade distante

Como Cáceres?

Como se vê,

Não parou no tempo a cidade,

- evoluiu –

Teve também, faceira,

Seu “boulevard”.

MENDES, Natalino Ferreira. Pássaro Vim-vim: poesia da terra. Cáceres/MT, Editora da UNEMAT, 2010. p. 23.

SUGESTÕES DE LEITURAS

Para informações sobre o Largo da Matriz/Praça Barão do Rio Branco: História e Memória Cáceres Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda (orgs), História de Cáceres da Administração Municipal, Efemérides Cacerenses I e II, Anhuma do Pantanal, Memória Cacerense e Pássaro Vim-Vim do Prof. Natalino Ferreira Mendes.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: Realizar com os alunos o levantamento de várias histórias de momentos vividos na Praça Barão do Rio Branco.



Figura 39: Largo da Matriz em Cáceres – MT, em destaque o cruzeiro e o 19º Batalhão de Infantaria.
Fonte: Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1914.



Figura 40: Largo da Matriz em Cáceres – MT. Fonte: Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso, 1914.

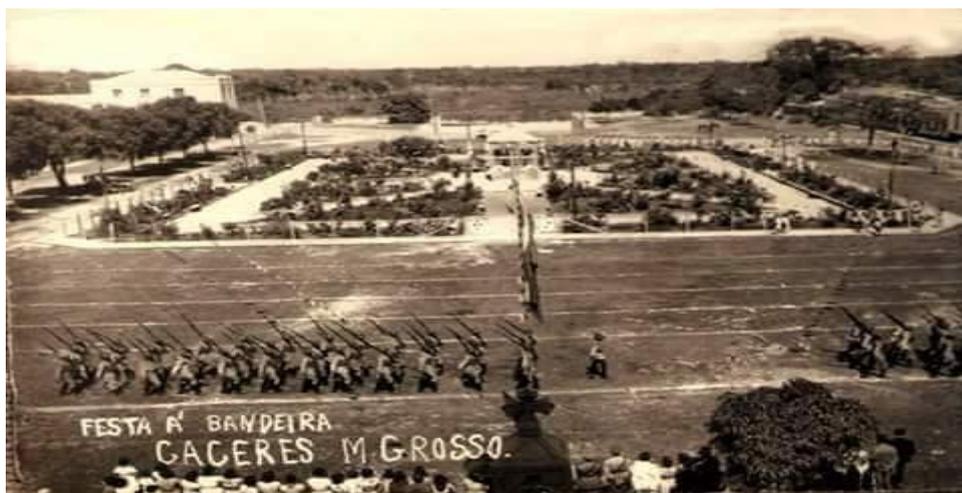


Figura 41: Praça Barão do Rio Branco, com o primeiro Coreto, Festa a Bandeira em 19/11/1937. Fonte: Acervo do Professor Natalino Ferreira Mendes (MENDES, 2009, p. 104).



Figura 42: Praça Barão do Rio Branco, sem o Jardim Público, com a Catedral em construção ao fundo. Fonte: Sem identificação (s/d).



Figura 43: Praça Barão do Rio Branco, vista da Torre da Catedral com o primeiro Coreto. Fonte: Acervo do Ana Lúcia Gomes da Silva Ravecchi (MENDES, 2009, p. 88).



Figura 44: Coreto da Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Sem identificação (s/d).



Figura 45: Coreto da Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Sem identificação (s/d).

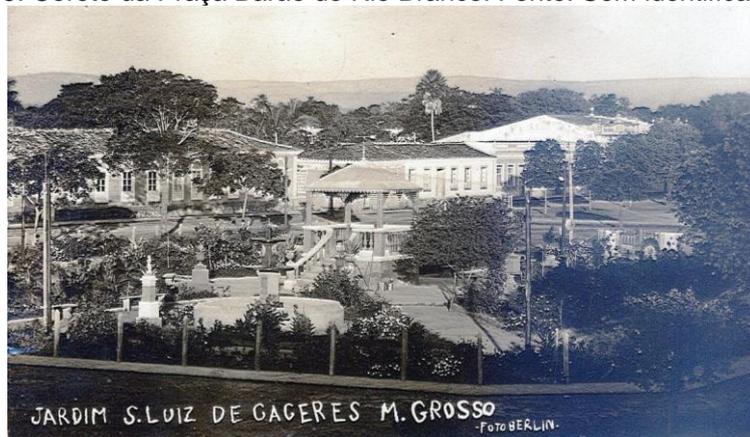


Figura 46: Coreto da Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Sem identificação (s/d).

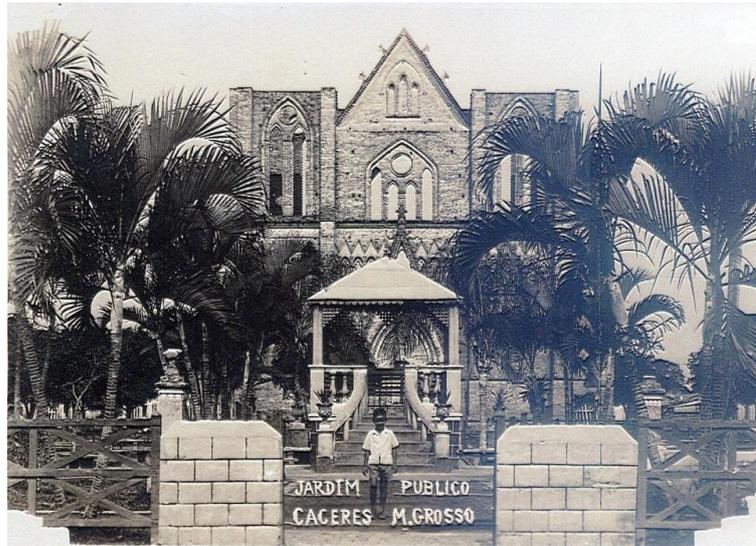


Figura 47: Coreto da Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Sem identificação (s/d).



Figura 48: Jardim Público da Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Sem identificação (s/d).

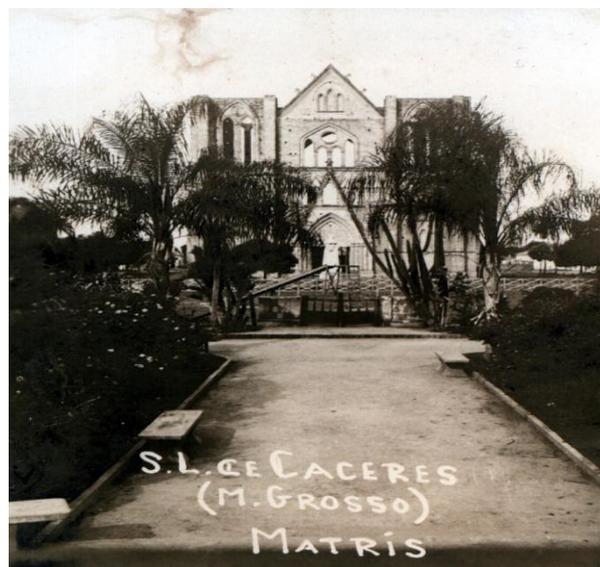


Figura 49: Jardim Público da Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Sem identificação (s/d).



Figura 50: Praça Barão do Rio Branco vista no ângulo do Rio Paraguai. Fonte: Sem identificação (s/d).



Figura 51: Praça Barão do Rio Branco em 04/01/2018 (SANTOS, 2018).

5. RIO PARAGUAI/CAIS DO PORTO MÁRIO CORRÊA DA COSTA

O rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis, no Estado de Mato Grosso e banha também o Estado de Mato Grosso do Sul e tem como afluente o rio Paraná. Suas duas margens são brasileiras. Faz fronteira do Brasil com a Bolívia apenas no trecho sul da Bolívia. Sempre no rumo sul, dá o contorno da fronteira com o Paraguai até encontrar o Rio Apa, quando deixa o Brasil e segue pelo interior paraguaio, até a capital Assunção. Em seu percurso inicial (cerca de 50 km) tem o nome de rio Paraguaizinho, mas logo passa a ser conhecido como rio Paraguai, percorrendo de cerca de 2.621 Km até sua foz, no rio Paraná. São 2,6 mil quilômetros desde a nascente.

Quanto à dinâmica econômica, em finais do século XIX e início do XX, o uso do rio foi indispensável para os cacerenses, pois a forma de abastecimento de gêneros alimentícios da cidade fora pelo Rio Paraguai, onde existiu intenso comércio de exportação (principalmente da poaia) e importação (de artigos finos, entre outros produtos vindos do mercado Europeu), par atender as expectativas de se adequar a “modernidade” da elite cacerense, seguindo os modelos da época, da influência da cultura francesa no Brasil, onde era realizado um comércio Brasil, Paraguai, Argentina e Europa.

O rio é referência para a cidade, no início do século XX, além de abastecê-la de água potável, é um espaço de sociabilidade intensamente utilizado, principalmente aos finais de semana, para pescaria, passeios de barco, banhos de rio, práticas esportivas aquáticas, antes de canalizar o abastecimento de água da cidade, fora espaço onde as “lavadeiras” ganhavam seus sustentos. É onde anualmente o Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPE, organizado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, são realizadas competições esportivas como: Torneio de Pesca Embarcada Motorizada, Pesca de Canoa, Pesca Infantil e Juvenil, Pesca Sênior e recentemente a Pescaria Especial, destinada a Pessoas com deficiência – PCD.

Na gestão do Dr. Leopoldo Ambrósio Filho, inaugura-se em 22 de Janeiro de 1928, o Porto Mário Correia, em homenagem ao então Presidente do Estado Mário Correia da Costa, antes mesmo da sua inauguração e após até a década de 1970, houve um intenso fluxo de embarque e desembarque de mercadorias, até o fechamento no início da década de 1970.

A partir da década de 1960 com os sistemas rodoviários, rodovias e estradas de rodagem sendo instaladas, temos a diminuição dos transportes intermodais.¹¹⁷

Justamente nesse espaço, encontra-se a Orla da cidade de Cáceres, que como esta passou por transformações significativas,¹¹⁸ pois desde a sua fundação até o início do século XX, os moradores de Cáceres usufruíram de maneiras diferentes esse cenário, o rio fez parte da vida dos que habitaram em Cáceres no decorrer do tempo, foi no entorno desse espaço social que a cidade tomou forma, crescendo

¹¹⁷ Termo utilizado para designar os transportes que até chegar ao seu destino, a carga é levada sucessivamente por diferentes rotas (terrestre, marítima, fluvial, aérea).

¹¹⁸FANAIA, Maria de Lourdes. O Olhar dos Vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos de 1859-1880. In: CHAVES, Otávio Ribeiro e ARRUDA, Elmar Figueiredo de (Org.). História e Memória Cáceres. Editora Unemat, 2011.

tendo sempre como referência o espaço onde foi iniciado o processo de povoamento local, tanto que nos dias atuais esse local se constitui como Centro Histórico de Cáceres.

Os moradores utilizaram-se do espaço da Orla de Cáceres de diversas maneiras. A princípio, foram criando vários portos, casas, etc. cuja denominação foi usualmente se denominando conforme a localidade teve o Porto da Manga (nas imediações da Rua da Manga, hoje Rua Quintino Bocaiúva), da Praça Barão do Rio Branco, do Maribondo (próximo à antiga Rede Cemat), da Panela (Rua Boa Vista), do Fonseca (Rua dos Operários). Estilo arquitetônico neoclássico, na construção original havia dois leões esculpidos em gesso, voltado para a Praça Barão sobre o muro de balaustres, um dos leões teve a cabeça arrancada e com o tempo retiraram os leões, de estilo neoclássico construído um muro de arrimo com balaustres, por algum tempo havia uma rampa que virou escadaria com o declínio da navegação fluvial.

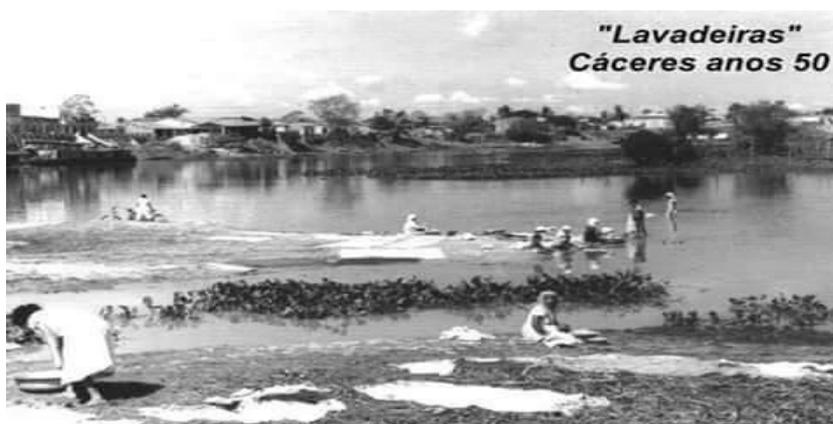


Figura 52: Fotografia das Lavadeiras na Praia do Daveron. Acervo do Engenheiro Adilson dos Reis (MENDES, 2009, p. 57)



Figura 53: Rio Paraguai. Fonte: Sem identificação (s/d)



Figura 54: Navegação Fluvial/Atividade Comercial no Porto Mário Corrêa. Fonte: Acervo Sandro Miguel de Paula. (s/d)



Figura 55: Rampa de acesso no Porto Mário Corrêa. Fonte: Acervo Sandro Miguel de Paula. (s/d)



Figura 56: Rampa de acesso no Porto Mário Corrêa. Fonte: Acervo Sandro Miguel de Paula. (s/d)



Figura 57: Muro de Arrimo do Porto Mário Corrêa. Fonte: Acervo SERPEGEO. (2010)

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- ⇒ É um dos espaços sociais mais frequentados na cidade de Cáceres/MT, atualmente com o aparecimento frequente de uma onça do outro lado na ilha, têm se tornado um atrativo turístico.
- ⇒ O Porto foi um dos anseios da população de Cáceres no início do século XX, devido ao local até a década de 1960 servir de entreposto comercial.
- ⇒ O cais é um local de encontros e desencontros amorosos, de amizades, entre outras sociabilidades.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

- 1 – Faça uma análise das imagens que retratam o Rio Paraguai e o Cais do Porto, que representações elas transmite a você? Fotografe o local e compare com as imagens abaixo.
- 2 – Compare as embarcações atuais e as retratadas nas fotografias abaixo. Relacione os tipos de embarcações atuais e relate para que elas servem e quem as utiliza.
- 3 – Faça uma análise da Poesia pesquisando os significados das palavras:

DESFILE FLUVIAL

Albuquerque já previa
No seu gênio fecundo
Que Cáceres seria,
Pela navegação fluvial,
Um porto aberto p'ra o mundo.
O Etrúria, no passado,
Em Cáceres fez história,
Em sua esteira se sucedem,
Cheios de glória,
Os barcos que conheci
Ou que a tradição
os nomes nos passou.
Suas quilhas percorriam
O rio de cima a baixo,
Corumbá e Cáceres unindo,
Num abraço infindo,
Pelo comércio,
Atividade industrial,
Laços familiares
E intercâmbio social.
Imaginemos o inédito espetáculo
Do desfile dessas lanchas
Na data de seis de outubro,
Natalícia da cidade:
Como por encanto
Feres os ares
Apito evocativo:
E a FILOSOFINA,
Sereno barco
Demandando nosso porto
Ostentando o santo nome

Do patrono da cidade,
Vem à SÃO LUIZ
Dos irmãos Castrillon,
Passa agora a nossa frente
A MYRTHES com Glicério Pio no leme.
Posta-se João de Albuquerque
Seguida do VAPOR PEDRO SEGUNDO,
Que da Corte nos trouxe
A notícia da República
Presente também está
A SEREIA, de Miguel Zattar
Quando surge a LINDA HAYDÉE,
Todos aplaudem
O sugestivo nome da lancha,
Agora vêm faceiras a RIO CUIABÁ,
A ILEX, NOVO TRIUNFO,
De Leopoldo Chami a SANTANA,
A ITAJAÍ de Gatass
E a CABIXI de Kassar.
Desfaz-se a visão dos barcos em desfile
. .
Do ETRÚRIA e demais lanchas
A imagem já se esvai...
Mas fica ainda a saudade
Navegando o Paraguai,
A espera de novos barcos
Que ocupem o seu lugar
Na medida do progresso
Desta terrinha sem-par
MENDES, Natalino Ferreira. Pássaro Vim-vim: poesias da terra. Cáceres/MT, 1993,
p. 52 e 53.

SUGESTÕES DE LEITURAS

Para informações sobre o Rio Paraguai/Cais do Porto Mário Corrêa da Costa: História e Memória Cáceres Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda (orgs), História de Cáceres da Administração Municipal, Efemérides Cacerenses I e II, Anhuma do Pantanal, Memória Cacerense e Pássaro Vim-Vim do Prof. Natalino Ferreira Mendes, Estrela de uma vida inteira/Cantos de Amor e Saudade (nome da 2ª edição do livro) – A História de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella (Martha Baptista), O Cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso 1870-1930 de Edil Pedroso da Silva, A Saga de uma família de Nei Félix de Macedo, Viveres, fazeres e experiências dos Italianos a Cidade de Cuiabá de Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: Nesse local pode pedir para os alunos contar histórias sobre o Rio Paraguai, sobre as embarcações, momentos de lazer, entre outras tantas relacionadas ao rio, bem como os momentos vividos no Cais do Porto de Cáceres/MT.

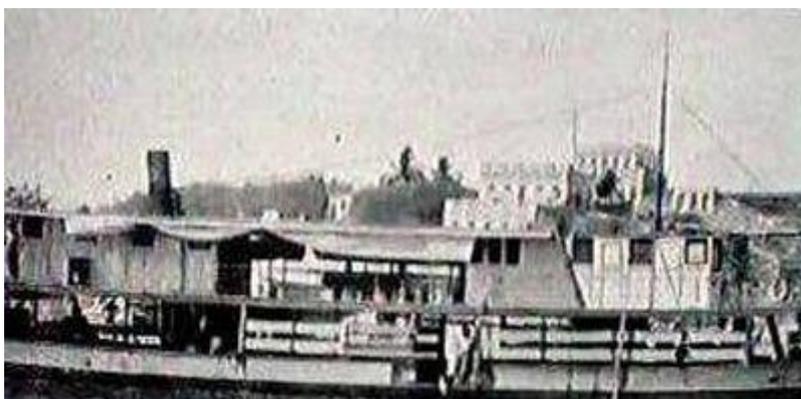


Figura 58: Imagem de uma das embarcações que fizeram o trajeto à Cáceres. Fonte: Sem identificação. (s/d)



Figura 59: Imagem do Barco Etrúria. Fonte: Sem identificação. (s/d)



Figura 60: Imagem do Barco Etrúria. Fonte: Sem identificação. (s/d)

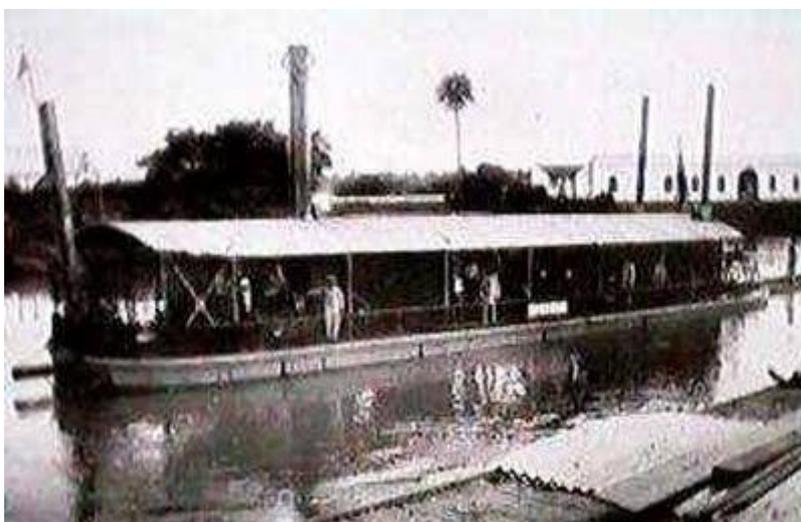


Figura 61: Imagem de uma embarcação. Fonte: Sem identificação. (s/d)



Figura 62: Imagem de uma embarcação. Fonte: Sem identificação. (s/d)



Figura 63: Cais do Porto Mário Corrêa da Costa em 04/01/2018 (SANTOS, 2018)

6. ESTILOS ARQUITETÔNICOS/CASARIO SECULAR

A cidade de Cáceres é privilegiada com um conjunto arquitetônico bem diversificado, possuindo imóveis que data o século XIX até as primeiras décadas do XX, com modelos arquitetônicos de tipologia colonial, neocolonial, gótica, neogótica, neoclássica, eclética e art déco.

Estilo Colonial: foi à primeira introduzida na cidade de Cáceres, anterior até mesmo a sua existência, pois antes da fundação de Villa Maria do Paraguay, já existiam pessoas que habitavam as redondezas, como a família Pereira Leite, proprietária da Fazenda Jacobina, que data 1727, onde construíram a residência seguindo o padrão colonial. Essa tipologia foi importada da Europa, no período colonial brasileiro até 1830. Trata-se de uma corrente estilística europeia adaptada às condições materiais e sócio-econômicas locais, não possui atributos nem elementos decorativos, eram construídos de tijolo de taipa ou adobe, o que para o clima local era excelente. Temos várias dessas construções com esse estilo na cidade de Cáceres, entretanto a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado de Cultura tombaram apenas 06 dessas edificações, das quais duas delas foram destruídas pela ação do homem e do tempo. A maior parte delas foi construída para moradia, tendo funcionado em determinadas épocas como comércio. Um dos detalhes mais interessantes são os beirais, o beiral encachorrado, mais simples¹¹⁹ e o beiral de Beira Seveira,¹²⁰ mais adornado.

¹¹⁹ Peça de pedra ou madeira em balanço apoiada no frechal, que tem a função de sustentar beiras de telhados ou pisos de sacadas ou balcões. Em geral é aparente e frequentemente é lavrado ou recortado, constituindo-se também em um elemento de ornamentação. Às vezes é apenas elemento de decoração; neste caso é pregado sob o teto do beiral. Nas antigas construções, o beiral composto

Estilo Neoclássico: foi uma das marcas deixadas em Cáceres pela elite dominante na cidade no final do século XIX e início do XX. Nesse período surgem às casas comerciais voltadas para importação e exportação através do Rio Paraguai, que traziam inovações em materiais e estilos de construção, suas principais características arquitetônicas da tipologia neoclássica. São 34 imóveis tombados separadamente em estilo neoclássico, o que considerando que se trata de 47 imóveis no total constantes no Inventário dos Imóveis tombados pelo município e estado, os imóveis de estilo neoclássico são a maioria, que dentre esses a maior parte deles foram construídos para residência, alguns deles foram construídos para as duas finalidades.

Estilo Eclético: Seguindo esse mesmo padrão de construção, misturando o estilo neoclássico com mais ornamentos, surgindo no mesmo período que o neoclássico, com a mesma historicidade e funções, tem 05 imóveis tombados individualmente, cujas características abaixo discriminam a Tipologia referindo-se a Arquitetura Eclética. O estilo eclético demonstra parecer ainda mais imponente que o neoclássico, principalmente por diferenciar das construções do período que eram erguidas próximas às calçadas, que eram estreitas, algumas delas possuíam além do jardim na frente da edificação, outro no interior da residência, quase como uma pequena praça. Como características também semelhantes do neoclássico, a maioria foi construída com a finalidade de residência.

Estilo Art Déco: Essa arquitetura foi disseminada em Cáceres nas décadas de 1940 e 1950, apresenta formas geometrizadas e uma simplicidade de estilo da sociedade industrial do início do século XX, com filetes nas platibandas, uso de linhas retas na horizontal e vertical, caracterizando a forma de zigurates, curva em evidencia no estilo de escrita, também conhecida como arquitetura fascista.

por cachorros era chamado de beiral ou beirada de cachorrada, ou beiral encachorrado. <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/cachorro/16990/>

¹²⁰ A expressão Beira - Seveira é uma corruptela de beira sobre beira ou beira sob beira: beira sobeira, beira-seveira. Beira-seveira é um acabamento de parede (onde as telhas se apoiam em cima, de boca de telha, constituída de duas ou mais fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede). <https://www.dicionarioinformal.com.br/beira-seveira/>

Casa Dulce – Ao Anjo da Ventura

História	Imagem
<p>Imóvel construído em 1871, na esquina entre A Rua Cel. José Dulce (antiga Rua Augusta) e a Rua Comandante Balduino (antiga Travessa da Cadeia) para abrigar a Casa Comercial de propriedade a princípio de sociedade dos italianos José Dulce e Leopoldo Lívio D'Ambrosio, que vieram à Cáceres, após o término da Guerra do Paraguai e constituiu família, a firma chamava José Dulce e Vilanova, vendendo artigos nacionais e importados. José Dulce posteriormente se torna único proprietário ampliou os seus negócios comprando outras propriedades, inclusive se torna proprietário do Vapor Etrúria, que fazia regularmente a rota Cáceres/Corumbá/Cáceres. A Arquitetura neoclássica possui uma fachada falsa colunatas, adornos de massa com rostos de animais, balaustres, com janelas e portas retangulares, vidros coloridos, jarros e o que simboliza um anjo na parte frontal feito de bronze, pesando aproximadamente 150 kg foi trazida para Cáceres no ano de 1890 por José Dulce, o estilo da escultura tal como a edificação é o neoclássico. Conforme texto do Professor Acir Montecchi (2011), assemelha a uma escultura pagã deusa da Vitória ou Niké, embora para o proprietário tenha significado religioso de um anjo. Após a morte de José Dulce em 1921 o filho Humberto Dulce vende a escultura a um morador de Corumbá, no período os</p>	 <p>Figura 64: Casa Dulce. Fonte: PIBID de História. (s/d)</p>  <p>Figura 65: Casa Dulce Fonte: PIBID de História. (s/d)</p> <p>Compare as duas imagens e identifique as mudanças no cenário da cidade de Cáceres no início do século XX e atualmente.</p>  <p>Figura 66: Nota Fiscal da Casa Dulce Fonte: Arquivo Municipal de Cáceres. (Foto: LEITE, 2005)</p>

moradores da cidade pensaram que a escultura foi roubada, em 1998 foi encontrada em um túmulo do Cemitério de Corumbá, que pertencia ao senhor que comprou a escultura, assim em um negócio com o coveiro conseguem trazer o Anjo de Corumbá e colocar no local de origem. Foi totalmente modificada sendo preservada a parte frontal que fica entre as esquinas das duas ruas.

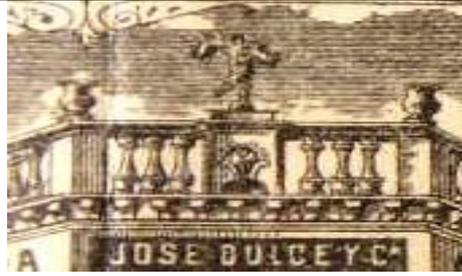


Figura 67: Nota Fiscal da Casa Dulce Fonte: Arquivo Municipal de Cáceres. (Foto: LEITE, 2005)

Verifique o detalhe da imagem do Anjo na fachada da Casa Dulce, compare as duas imagens, a que significações elas remetem?

Casa Rosa

História	Imagem
<p>construída em 1923 por Humberto Dulce, o imóvel está localizado à Rua João Pessoa, nº 252, em estilo eclético assemelhando-se ao Ar Noveau, é a única nesse modelo cheia de ramificações e adornos florais. Sua fachada está voltada para a Catedral São Luiz, com arcos e colunas, tem essa denominação por ter sido pintada de rosa, foi palco de eventos políticos comandados por Humberto Dulce. Está preservada quase que totalmente, os atuais proprietários não residem em Cáceres, deixando pessoas morando com a função de preservar o local.</p>	 <p>Figura 68: Casa Rosa. Fonte: Sem identificação. (s/d)</p> <p>Faça uma análise da fotografia da fachada da Casa Rosa, a que temporalidade ela remete? Imagine a casa sendo um cenário de um filme, como seria a sinopse do filme?</p>

Casa Humberto Dulce

História	Imagem
<p>Localizada as margens da Praça Barão do Rio Branco, nº 156 essa edificação foi construída em 1921, para ser a residência de Humberto Dulce, esta é uma dos imóveis construídos pela família Dulce, de tipologia eclética, já teve várias funcionalidades como boate, restaurante e atualmente funciona a Cooperativa de Crédito SICRED. Este estilo eclético mistura diversos estilos e elementos arquitetônicos, como Art Nouveau e Neoclássico, a fachada conta com uma platibanda cega encimada por elementos decorativos e área central com um frontão de cimalha e frisos decorados, simetria em relação a porta encimada por um adorno floral em estuque. Os dois vãos das janelas próximos ao acesso principal são vedados com venesianas e balaústres. Este imóvel foi um dos mais discutidos nas atas da CEPT, devido ter sido quase que totalmente modificado em seu interior, preservando totalmente apenas a fachada</p>	 <p data-bbox="874 734 1412 813">Figura 69: Casa Humberto Dulce Fonte: Sem identificação. (s/d)</p> <p data-bbox="842 824 1444 1014">Você conhece essa residência que atualmente é uma Cooperativa de Crédito? Que momentos relacionados a este local vêm a sua memória?</p>

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- ⇒ José Dulce Italiano de Gênova, nascido em 1847, aos dezenove anos desembarca em Buenos Aires na Argentina e no ano de 1866 acompanhou a expedição Argentina como comerciante ambulante durante a Guerra do Paraguai, com o término da guerra morou em Corumbá trabalhando em uma Casa Comercial, mudando-se para São Luiz de Cáceres em 1871.
- ⇒ No imaginário das pessoas a escultura de bronze na esquina da Rua Cel. José Dulce com Comandante Balduino, é um anjo e não uma deusa pagã alada.

⇒ No imaginário da cidade há algumas crenças sobre a Casa Rosa, disseminando que a Casa é mal-assombrada, essas histórias passaram pro imaginário popular após um acontecimento trágico, o suicídio de uma moradora em uma mangueira situada aos fundos do quintal.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

- 1 – Para você o que representa viver em uma cidade que possui um casario secular?
- 2 – Quais histórias você já ouviu sobre esses casarões?
- 3 – Faça uma análise da Matéria do Jornal Folha do Estado de Cuiabá/MT, de 10 de fevereiro de 1995.

PATRIMÔNIO

PRÉDIOS TOMBADOS

Área de preservação histórica será delimitada

Em breve Cáceres terá delimitada a sua área de preservação histórica, 41 imóveis da cidade já são tombados pelo Patrimônio Histórico Estadual, amparado por Lei Municipal, e estão sendo feitos levantamentos para que se possa tomba mais 70, primeiro a nível de Município, depois de Estado.

Os trabalhos são coordenados pela Comissão de Preservação e Tombamento do município que já mapeou a cidade e agora está levantando os imóveis que devem ser tombados. Eles passarão por uma vistoria técnica individualizada para que se possa constatar se tem valor histórico. A Comissão de Preservação e Tombamento foi criada em abril de 94, por iniciativa da Prefeitura através da Fundação Cultural. É formada por representantes da comunidade cacerense, bem como de órgão como o IBPC, é presidida pelo engenheiro Fernando Mesquita. É a comissão que, depois do mapeamento e levantamento, indica ao prefeito os imóveis que precisam ser tombados.

O chefe da Divisão de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural, Claudionor Duarte, lembra que o tombamento histórico não se restringe a imóveis, mas também pode englobar o folclore, músicas e danças. A presidente da Fundação Cultural, Marília Campos Fontes, também considera da maior importância a preservação dos

valores históricos de Cáceres. “Não podemos deixar ser descaracterizadas nossas tradições, nossos monumentos, nossa cultura”.

Uma reunião realizada na prefeitura pôs fim ao longo impasse jurídico em torno da casa denominada Humberto Dulce, que fica na Praça Barão do Rio Brando. A casa é o único dos 41 prédios tombados pelo Patrimônio Histórico que foi parcialmente demolida por seu proprietário – sem qualquer comunicação à Prefeitura, que entrou na Justiça. Pelo acordo, o empresário (...), dono do imóvel, se comprometeu a restaurar toda a sua fachada e as três salas da parte frontal mantendo todas as características arquitetônicas, inclusive uma abóbada de bronze vinda da Espanha. (Assessoria)

SUGESTÕES DE LEITURAS

Para informações sobre o Casario do Centro Histórico: História e Memória Cáceres Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda (orgs), História de Cáceres da Administração Municipal, Efemérides Cacerenses I e II, Anhuma do Pantanal, Memória Cacerense do Prof. Natalino Ferreira Mendes, Estrela de uma vida inteira/Cantos de Amor e Saudade (nome da 2ª edição do livro) – A História de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella (Martha Baptista), O Cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso 1870-1930 de Edil Pedroso da Silva, A Saga de uma família de Nei Félix de Macedo, Viveres, fazeres e experiências dos Italianos a Cidade de Cuiabá de Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: Dar um passeio na região central e pedir para os alunos elencarem as casas que considerem mais bonitas e levar os motivos que fizeram essas escolhas. Solicitar aos alunos para realizarem *selfies* em frente às casas para postar em suas redes sociais, divulgando o patrimônio cultural de Cáceres.

7. ESCOLA ESPERIDIÃO MARQUES

O prédio da erguido para funcionar a primeira escola pública de Cáceres o Grupo Escolar Esperidião Marques em 1913, situado entre a Rua Tiradentes e a Rua Comandante Balduino, com a sua fachada voltada para a Praça Duque de Caxias, hoje a Escola Estadual Esperidião Marques, o prédio pertence ao Governo do Estado de Mato Grosso, foi construído para a finalidade de escola, possui 1.416,00 m² de área construída e 2.340,00m² de área do lote. Sua fundação é em pedra, estrutura de tijolo dobrado, cobertura em telha de cimento amianto, piso e mosaico em cerâmica, forro de madeira, janelas e portas de madeira, em arco abatido e arco pleno com bandeira em vidro. O imóvel foi ampliado aos poucos, com vários anexos. A fachada bem marcada por pilastras e platibanda com moldura e dois frontões. Um dos marcos do Ensino Público na cidade de Cáceres, pois o que havia até então eram as escolas que funcionavam nas residências de algumas pessoas que tinham oportunidade de adquirir algum estudo em Corumbá e outras localidades. Neste espaço de ensino público funcionaram temporariamente várias escolas, cursos, foi o embrião da hoje conceituada Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, os seus primeiros cursos ainda como Instituto de Ensino Superior de Cáceres – IESC.

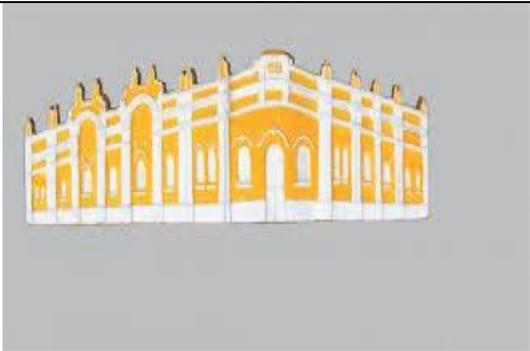
A criação do Grupo faz parte de uma política de governo de Estado que projetou a criação de oito escolas nas cidades consideradas mais prósperas no Estado de Mato Grosso (no caso Cuiabá, Campo Grande, São Luiz de Cáceres, Corumbá, Poconé e Rosário Oeste),¹²¹ foi criada em 04 de fevereiro de 1910 com o nome de Grupo Escolar Costa Marques, em 1924 sofre alteração para Grupo Escolar Espiridião Marques, atualmente mediante as reformas do ensino público intitulada de Escola Estadual Espiridião Marques. Oficialmente criada por meio do Decreto nº 297, de 17 de janeiro de 1912, em ações conjuntas entre os poderes executivos estadual e municipal. Situada em uma área doada pelo Cel. José Dulce, a construção do durou sete anos, sendo inaugurado em 09 de março de 1920, dentro do ideal difundido pela República no Brasil de ordenamento social e a busca pelo progresso, buscando a disciplinarização dos “corpos”, a modernidade e a civilidade, por meio de aparatos de poder social e político como a escola. Sendo construída nas proximidades de uma Praça e para o espaço praticado no momento pelos

¹²¹ Para maiores informações ver o excelente trabalho de conclusão de curso – TCC da Arquiteta Janaína Segatto Melo.

moradores da urbe numa localidade não tão central. A sua construção em estilo arquitetônico neoclássico, tem como objetivo mostrar a magestosidade do local e impor um poder simbólico, por parte dos governantes locais, é a única escola construída para a finalidade de Grupo Escolar e nesse modelo arquitetônico, o prédio fez parte de todos os tombamentos que a cidade de Cáceres teve, desde o mapeamento do sítio histórico em 1988.

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- ⇒ Para a sua formação no Decreto de criação indica que o corpo discente será constituído com as três escolas primárias, sendo a Escola do professor Octávio Motta, do sexo masculino, Escola Mista da Professora Escholástica Botelho e a da Professora Ritta Garcia, o primeiro Diretor foi o Professor José Rizzo, que organizou três classes, duas do 1º ano primário e um do 2º ano.
- ⇒ No prédio do Grupo Escolar, funcionou o Ginásio Estadual Onze de Março por 14 anos, enquanto esperava para ser construída sua sede própria na Praça da Bandeira, iniciada em 1953. O embrião desta Escola surgiu como Instituto Onze de Março, uma escola particular de propriedade do Major Cândido Nunes, dirigida pelo Prof. Natalino Ferreira Mendes, em uma casa na Rua Cel. José Dulce, quando esta extinguiu-se o Prof. Natalino buscou às autoridades políticas do Estado para a criação de um Ginásio, pois segundo ele, os cacerenses ao concluírem o primário, iam prestar o exame de admissão em outras localidades como Cuiabá.
- ⇒ Para a construção do prédio foi contratado o Sr. José Corbelino por 197.125\$000, entretanto a obra foi concluída por 215.005\$700 devido as modificações no decorrer da construção.

Fotografia da Escola Esperidião Marques	
	
<p>Figura 70: Escola Estadual Esperidião Marques Fonte: Sem identificação. (s/d)</p>	<p>Figura 71: Gravura da Escola Esperidião Marques. Fonte: Sem identificação. (s/d)</p>

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

- 1 – Qual a representatividade que uma Escola Pública tinha para uma cidade nas primeiras décadas do século XX?
- 2 – Que histórias vêm a sua memória ao recordar os tempos de escola?
- 3 – Desenhe algum elemento que está presente na arquitetura da Escola Esperidião Marques.
- 4 – Faça uma análise da poesia.

GRUPO ESCOLAR

Salve, Grupo Escolar Esperidião Marques,
 No octogésimo ano da tua fundação,
 Nessa já longa existência
 Semeaste, a educação e a cultura
 No coração
 Das sucessivas gerações
 De adolescentes e crianças
 Da sociedade cacerense

Imponente e acolhedor,

Foste concebido
Num momento feliz.
A administração pública voltava-se
Para o bom ensino,
Proporcionando à comunidade
Estrutura física condigna
Para seus filhos,
E um corpo docente de escola,
Sob a segura regência
Do professor José Rizzo,
De esmerada formação pedagógica
Adquirida em São Paulo

Foste a primeira escola minha.
Lembro-me da alacridade de crianças,
Salas simples e claras;
Carteiras confortáveis,
Compridos corredores
Que iam dar nos pátios de recreio,
Separados por alto muro,
Para que não se misturassem
Meninos e meninas.
Eis o novo mundo
Em que eu bisonho, penetrava
Aos sete anos de idade

Mais de meio século passou ...
E ainda hoje me encantas,
Minha primeira escola.
És um patrimônio
Que a cidade deve guardar com carinho.
Vens de longe no tempo
E segues para mais longe,

No futuro,

Impávida

Acompanhando

A evolução do ensino em nossa terra.

MENDES, Natalino Ferreira. Pássaro Vim-vim: poesias da terra. Cáceres/MT, 2010, Editora da UNEMAT. p. 72 e 73.

SUGESTÕES DE LEITURAS

Para informações sobre o Grupo Escolar Esperidião Marques: História e Memória Cáceres Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda (orgs), História de Cáceres da Administração Municipal, Efemérides Cacerenses I e II, Anhuma do Pantanal, Memória Cacerense do Prof. Natalino Ferreira Mendes, Estrela de uma vida inteira/Cantos de Amor e Saudade (nome da 2ª edição do livro) – A História de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella (Martha Baptista), O Cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso 1870-1930 de Edil Pedroso da Silva, A Saga de uma família de Nei Félix de Macedo, Viveres, fazeres e experiências dos Italianos a Cidade de Cuiabá de Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: Fazer uma reflexão com os alunos entre as escolas do passado e as do presente, quais as modificações e o que elas significaram.



Figura 72: Escola Estadual Esperidião Marques em 04/01/2018 (SANTOS, 2018)



Figura 73: Escola Estadual Espiridião Marques em 04/01/2018 (SANTOS, 2018).

8. CEMITÉRIO SÃO JOÃO BAPTISTA

O Cemitério é o primeiro construído na cidade de Cáceres, foi edificado em 1860, pela família proprietária da Fazenda Jacobina Pereira-Leite, e os primeiros enterramentos são de membros da própria família, as práticas de enterramentos foram se modificando devido as ações voltadas para a difusão do saber médico, os enterramentos nas igrejas foram se modificando tendo em vistas a disseminação de doenças em ambientes “contaminados” por certas “moléstias”. O Cemitério constituía para a religião católica um “campo santo”, com regras morais para suas práticas de enterramentos dos mortos. Assim os Cemitérios para serem construídos tinham que ser em localidades distantes da região central da cidade, nos logradouros mais afastados, para prevenir a difusão de doenças contagiosas. Assim o Cemitério São João Baptista é construído na Travessa da Jacobina (atualmente Av. 07 de Setembro, na estrada que ligava a cidade de Cáceres à Cuiabá no século XIX), incitado por um requerimento do Sr. José da Boa Morte à Câmara Municipal com Parecer favorável em 13 de março de 1862, pelo Major João Carlos Pereira Leite, que deixa em testamento à municipalidade ao falecer em 03 de outubro de 1880, a Câmara Municipal aceita no ano de 1881, com a condição que a área destinada a sua família se constituísse em privilégio perpétuo, fato que segue até a atualidade, pois no mesmo rumo da porta de entrada, próxima ao muro está o mausoléu da família Pereira-Leite. O local onde foi construído era considerado distante da cidade, nos “arrabaldes” havia uma Capela construída na ocasião que foi demolida em seu lugar foi inaugurado um monumento aos mortos em 02 de

novembro de 1966. Após a doação foi formada uma Comissão e elaboraram o Regulamento do Cemitério Lei nº 789 publicado no final do Código de Posturas Municipais de 1888, Lei nº 788, que em seu teor dispõe também sobre as práticas de enterramento. O Cemitério permanece público e com enterramentos esporádicos até a atualidade, foi aumentada a sua área em 1916, por meio da Resolução nº 79, atualmente permitido apenas as famílias que possuem jazigos, devido à falta de espaço pela dimensão em que a cidade tomou, entretanto no século XIX e no decorrer do século XX, no Arquivo Municipal tenha muitas solicitações de privilégio perpétuo ao município (Câmara e Intendência Municipal/Prefeitura).

ANOTAÇÕES SIGNIFICATIVAS/CURIOSIDADES

- A preocupação do poder público local persistiu nos anos seguintes sobre as formas e normas de enterramentos continuaram nos anos seguintes, citados nos Relatórios dos Intendentes dos anos de 1922 a 1926, encontrados no Arquivo Municipal de Cáceres.
- Na gestão do então Prefeito Ernani Martins (1967-1970), foi construído o Cemitério São Miguel Arcanjo no Bairro do Junco, localidade distante da cidade, cogita-se que para enterramentos de pessoas pobres e acometidos de enfermidades contagiosas, inclusive supõe-se ter ali enterrados presos políticos vítimas do governo militar, demandando pesquisa a esse respeito, atualmente está sendo exumados os corpos ali enterrados para a construção de uma escola técnica.
- Havia distinção social aos espaços destinados aos moradores de Cáceres, de acordo com a condição social dos proprietários dos jazigos, sendo a alameda principal destinadas a elite da cidade e os locais da lateral destinadas as pessoas mais pobres, visivelmente demonstrada devido a opulência dos mausoléus, com esculturas trazidas da Europa. Com destaques as alegorias do Pesar (túmulo do José Dulce), alegoria da oração, várias alegorias da saudade, do juízo final e várias esculturas aladas.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES/ATIVIDADES PROPOSTAS

1 – Que recordações você teve trazidas à memória quando tratamos do Cemitério?

2 – Quais as imagens mais simbólicas você encontrou no Cemitério São João Baptista? Fotografe as alegorias, em seguida realize uma pesquisa sobre os significados que cada uma representa.

3 – Faça uma análise da poesia.

CEMITÉRIO

Para os gregos,
Cemitério
Era apenas dormitório
Lugar de silêncio
- não se faz barulho
Perto de quem dorme –
E ambiente de oração
Pois rezando,
Falamos com Deus
- supremo Senhor
Do visível e do invisível,
Na certeza de que
Após a noite de sono
Surgirá esplendorosa
A manhã radiante
De um novo dia.

MENDES, Natalino Ferreira. Pássaro Vim-vim: poesia da terra. Cáceres/MT. Editora UNEMAT, 2010, p. 44.

SUGESTÕES DE LEITURAS

Para informações sobre o Cemitério São João Baptista: História e Memória Cáceres Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda (orgs), História de Cáceres da Administração Municipal, Efemérides Cacerenses I e II, Memória Cacerense e Pássaro Vim-vim do Prof. Natalino Ferreira Mendes.

INDICAÇÃO AO PROFESSOR: Fazer uma reflexão com os alunos sobre o significado da vida, das práticas atuais da indústria da morte, comparando com o passado.



Figura 74: Cemitério São João Batista em 04/01/2018 (SANTOS, 2018).

LUGARES DE MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES - MT

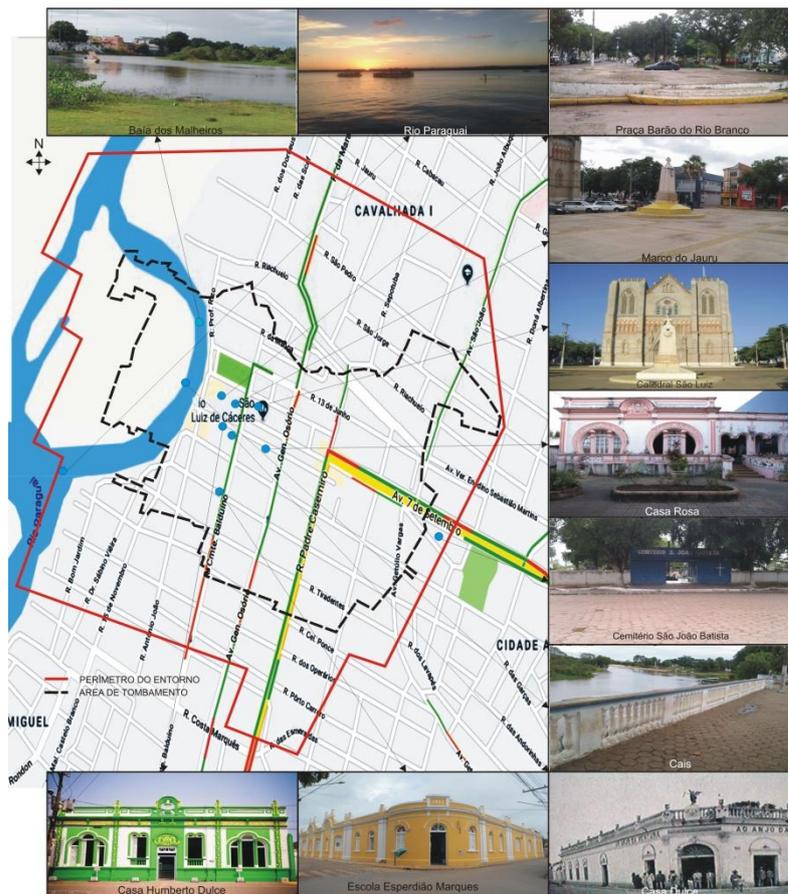


Figura 75: Mapa dos Lugares de Memória utilizados no Guia Didático-histórico (SANTOS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o presente trabalho algumas questões vêm à tona, uma cidade é formada um conjunto de fatores que faz tornar o que ela representa para as pessoas que nela vão construindo os seus viveres.

Cáceres nos dias atuais é uma cidade pólo em vários setores, principalmente em educação e saúde, da sua formação há mais de dois séculos, a sua emergência enquanto terceira Praça do Estado ao final do século XIX, a sua expansão gradativa durante o século XX, justamente após as décadas finais do século XX um movimento migratório, que até a atualidade ainda persiste embora que em menor escala.

Possuindo uma memória privilegiada em comparação com cidades de colonização recente que ainda está organizando sua memória, causa estranhamento aos que aqui convivem mais recentemente a degradação enquanto Patrimônio Cultural, quando atravessamos as ruas da região central da cidade e vemos imóveis tombados em estado de destruição. Cito principalmente a Casa Glória, o Edifício do Governo Municipal, o imóvel situado à esquina do Hospital São Luiz, entre outros e logo nos vem a pergunta por que as pessoas não se tornaram aliadas na preservação do seu Patrimônio.

É de se estranhar principalmente tendo em vista que às ações institucionais vem acontecendo desde a década de 1970, sabemos que vivemos na sociedade em que as pessoas tendem a valorizar o novo em detrimento do arcaico, mesmo assim novo e o velho podem se harmonizar perfeitamente, como vimos com a Casa Humberto Dulce.

Outro estranhamento é o fato da disseminação entre os habitantes locais do discurso do IPHAN como não aliado a população. Sabemos que boa parte desses imóveis são privados, quem tem e deve preservar são os próprios proprietários, as políticas públicas de preservação devem permanecer, fazendo com que mostrem que parte de uma ação cidadã a preservação dos bens culturais, sendo esta uma ação conjunta e não agindo de forma separada.

É justamente onde imaginamos que entra as ações de educação patrimonial, realizar por meio de sua metodologia ser inserida junto às aulas de história local, fazendo com que o aluno seja sujeito da sua própria história, e difundindo as múltiplas significações sobre o Patrimônio Cultural.

Possibilitar os educandos a participar de ações voltadas para a difusão da importância da preservação do seu Patrimônio Cultural, possibilitando que esses alunos possam interferir com suas “múltiplas memórias” na compreensão da história do lugar em que vivem, exercendo a sua cidadania e conseqüentemente perceber que como cidadãos temos direito à memória.

Uma forma de chamarmos a atenção dos alunos é levando em conta os seus interesses, assim em uma aula sobre o Patrimônio Cultural em Cáceres, seria interessante a princípio realizar um levantamento dos seus interesses para realizarmos uma reflexão em conjunto, buscando pesquisarmos sobre a nossa história local, deixando-os perceberem como sujeitos dessa história, principalmente protagonistas das ações em defesa da nossa memória.

Deixá-los perceber como a história é importante no dia-a-dia de cada um de nós, para que possamos interferir na sociedade que está posta e assim buscar as modificações no meio em que vivemos.

É nesse sentido que pensamos este Guia Didático-histórico, buscar a partir das vivências e das memórias dos alunos, sensibilizarmos para a defesa do Patrimônio Cultural de Cáceres, por ser um material que pode ser utilizado tanto em uma aula teórica e mesmo em uma aula prática, a tentativa de buscar utilizar uma linguagem mais simples e mais informativa, mesmo buscando a produção de sentidos é no anseio que outras pessoas possam produzir materiais semelhantes com outros lugares, outras informações, para buscarmos tentar preservar o que ainda existe no Patrimônio da Cidade de Cáceres/MT.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Adson. **Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A cidade de São Luís de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural. Área de concentração: Patrimônio Cultural: história, política e sociedade. IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano **Album Graphico do Estado de Mato Grosso**. Hamburgo/Corumbá, 1914.

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGUIAR, Leila Bianchi. Projetos nacionais de preservação do patrimônio: promoção, divulgação e turismo nos sítios urbanos patrimonializados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro, BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **90 anos do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, 2014.

BAPTISTA, Martha. **Estrela de uma vida inteira: A história de Cáceres contada através das lembranças da Vó Estella**: Cáceres/MT: s. ed.,1998.

BAPTISTA, Martha. **Cantos de Amor e Saudades: A história de Cáceres contada através das lembranças de Vó Estella**: Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2005.

BIENNÉS, Dom Máximo, T.O. R. **Uma Igreja na Fronteira**. São Paulo, 1987.

BITTENCOURT, Circe. (org). **O saber histórico na sala de aula**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25** de 30 de Novembro de 1937. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

BRASIL. **Portaria nº 420** de 22 de Dezembro de 2010. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais História e Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais Temas Transversais – Pluralidade Cultural**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC, 1997.

CÁCERES. **Código de Posturas de Villa Maria do Paraguai de 1860**, Lei Provincial n. 788. APMC.

CÁCERES. **Código de Posturas do Município de São Luís de Cáceres de 1888**, Lei Provincial n. 788. APMC.

CÁCERES. Impresso: **Marco do Jauru** Cáceres Mato Grosso.

CÁCERES. **Relatório sobre os negócios públicos municipais em 1925** pelo Dr. Humberto Dulce – Vice-intendente em exercício e Acto n. 2 – APMC.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, v.11, nº 21, p. 27-42, jul/dez, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA MARIA. **Lei nº 1** de 28 de Maio de 1859, assinada pelo Presidente da Província de Matto Grosso Joaquim Raimundo Lamare. Elevação de Freguesia à Vila – APMT.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA MARIA. **Lei nº 3**, de 30 de maio de 1874. APMT.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA MARIA. **Livro de Cargas e Descargas do Município de Vila Maria do Paraguai (1860/1864)**. Museu Histórico de Cáceres.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA MARIA. **TERMO DE FUNDAÇÃO**. Termo de Fundação do novo estabelecimento, a que mandou proceder o Ilmo e Ex. Snr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General d'este

Capitania de Matto Grosso, denominado Villa Maria do Paraguay. Ata de Fundação – APMT.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. **Um esboço sobre a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai: 1859-1889**. Cuiabá. KCM, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. 5 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000;

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueredo de. **História e Memória Cáceres**. Editora UNEMT, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 5 Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ESTADO DE MATO DE GROSSO. **Mapeamento do Centro Histórico** realizado pelos alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente da Escola Estadual Onze de Março em 2011.

FENELON, Déa Ribeiro (org). **Cidades**. vol 1 Pesquisa em História – Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. Olho d'água. São Paulo, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. FRANCO, Renato **Aprendendo: reflexão e ensino**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Uma abordagem etnomusicológica do cururu e do siriri de Mato Grosso** – a experiência de aplicação do Inventário Nacional de referências culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. www.hist.puc.cl/historia.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papiрус, 1993.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo. PINSKY, Jaime (Orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 5 Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Orgs). **Patrimônio Cultural e Ensino de História**. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2014.

GOMES, Cristiane Thaís do Amaral Cerzósimo. **Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá: 1890-1930**. Cuiabá: Entrelinhas. EDUFMT, 2005.

GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

GROSSI, Yonne de Souza., FERREIRA, Amauri C. Razão Narrativa – Significado e Memória. **Revista História Oral**. Nº 4 Dossiê: Narrativa e Narradores. Publicação da Associação Brasileira de História Oral, 2001.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizado**. 13ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2015.

GUIMARÃES, Selva (Orgs). **Ensino de História e Cidadania**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2016.

HORTA. Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. IPHAN/MinC, 1999.

IPHAN. **Cartilha de Fiscalização: Orientações para usuários de bens tombados**. IPHAN, Ministério da Cultura. Governo Federal.

IPHAN. **Poligonais do Tombamento Retificadas Cáceres/MT**. IPHAN/MT.

KNAUSS, Paulo (Coord.) **Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LACERDA, Dias Aroldo. Et. Al. **Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividade em contextos escolares**. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACÊDO. Félix Nei. **A saga de uma família: últimos combates da coluna prestes**. Campinas, SP. Pontes Editores; Cáceres, MT. UNEMAT Editora, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o Patrimônio Cultural – Uma Construção Permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. 1. Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO, Janaína Segatto. **Arquitetura Escolar A Escola Estadual Esperidião Marques em Cáceres/MT**. Monografia apresentada a Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres/MT, 2015.

MENDES, Luís César Castrillon. Entre memórias e esquecimentos: o Marco do Jauru e seus translados pela Fronteira Oeste.. In: Paulo Celso Miceli; Domingos Sávio da Cunha Garcia. (Org.). **História e Fronteira**. Cáceres: Editora da Unemat, 2014.

MENDES, Natalino Ferreira. **Anhuma do Pantanal (Poesia da Terra)**. Cáceres/MT: s. ed.,1993.

MENDES, Natalino Ferreira. **Efemérides Cacerenses**. Vol. I e II. Cáceres/MT: s. ed.,1992.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: história da administração municipal**. 2 ed. Revisão e atualização pelo autor. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2009.

MENDES, Natalino Ferreira. **Memória Cacerense**. Cáceres/MT: Carlini & Caniato, 1998.

MENDES, Natalino Ferreira. **Pássaro Vim-vim: Poesias da Terra**. Cáceres/MT: Editora UNEMAT, 2010.

MENESES, Ulpiano. **Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana**. Revista USP, São Paulo, n. 30, p. 144-153, 1996.

MONTECCHI, Acir Fonseca. Anjo da Ventura: a cidade e o espelho. **História e Memória: Cáceres**, Editora UNEMAT, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

MOTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso Carlos dos (Org.). **Livro do Seminário Internacional Museu e Cidades**. Rio de Janeiro: MHN, 2003.

NIKITIUK, Sônia (Org). **Repensando o Ensino de História**. 8 Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil.** Cadernos do CEOM - Ano 21, n. 29.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **História de Tangará da Serra. Tangará da Serra:** Gráfica e Editora Sanches Ltda, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.) Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano.** Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, v. 2, n. 4, 2005.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente.** Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PELEGRINI, Sandra & FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.** 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PINHO, Raquel Tegen de. **Entre monumentos e Documentos: Reflexões sobre os tombamentos de Cáceres-MT.** Artigo publicado no XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social – ANPUH, Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES. **Livro do Inventário dos Imóveis Tombados em Cáceres/MT.** Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer., 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES. **Plano Diretor de Cáceres,** 2010.

SANTOS, Camila Henrique. Educação Patrimonial: Uma ação institucional e educacional. **Patrimônio: Práticas e Reflexões.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SILVA, Edil Pedroso da. **O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso: 1870-1930.** Cuiabá: Entrelinha, 2004.

SILVA, Jocenaide Maria Rosseto. **Educação Patrimonial: lembrar para preservar, um direito do Cidadão.** – Cuiabá: Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso. Conselho de Estado de Cultura, 2011.

SILVA, Luciano Pereira. Gestão para preservação do patrimônio histórico e cultural de Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. **História e Memória: Cáceres**, Editora UNEMAT, 2011.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto & CARVALHO, Karoliny Diniz Carvalho. **Lugar de Memória e Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural**. VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 02 e 04 de outubro de 2011 – UNIVALI– Balneário Camboriú/SC.

THIEBLOT, Marcel Jules. **Poaia, ipeca ipecacuanha: a mata de poaia e os poaieiros do Mato Grosso**. São Paulo: Escola de Folclore/Livramento 1980.

UFMT. **Cartilha Exposição Itinerante Patrimônio Imaterial Mato-Grossense**. UFMT/ICHS, 2011.

UNEMAT. **Imagens da Exposição Iconográfica “Múltiplos Olhares de Cáceres”**. SERPEGEO – Sensoriamento Remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia, 2013.

UNEMAT. **Imagens da Exposição Iconográfica “Imagens da Cidade”** realizada pelo NUDHEO – Núcleo de Documentação Escrita e Oral da UNEMAT em Parceria com a Prefeitura Municipal de Cáceres (Arquivo Público de Cáceres e Museu Histórico de Cáceres). 2003.

UNEMAT. **Roteiro Turístico do Centro Histórico**. SERPEGEO – Sensoriamento Remoto, Pesquisa e Ensino de Geografia (UNEMAT).

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ZANIRATO, Sílvia Helena & CAVICCHIOL, Andrea. **Estratégias de conservação do patrimônio cultural material**. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.3, n.8, Jan./Jun.2013 – ISSN- 2177-4129.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Sombrias memórias no patrimônio cultural protegido**. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.8, n.15, Jul./Dez.2016.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível?** *Revista Confluências Culturais*, V. 5, n. 2, setembro de 2016.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Patrimônio, Cultura e Processos Educativos em História: Percursos e reflexões**. Campo Grande, MS. Life Editora, 2018.